**BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES**
**UNESP**

RESSALVA

Alertamos para ausência do início do Capítulo IV, não incluído pela autora no arquivo original.

**REGINA STELA ANDREOLI DE ALMEIDA**

# EDUCAÇÃO E TRABALHO:
## as políticas sociais públicas e o desemprego em Campo Grande/MS

**REGINA STELA ANDREOLI DE ALMEIDA**

# EDUCAÇÃO E TRABALHO:
as políticas sociais públicas e o desemprego
em Campo Grande/MS

Tese apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", para a obtenção do título de Doutor em Serviço Social.

*Orientadora:*
**Profª. Drª. Neide Aparecida de Souza Lehfeld**

**FRANCA (SP)**
**2001**

## DEDICATÓRIA

Aos meus netos, Pedro e Luíza, futuro de uma família e razão maior da luta de toda uma vida voltada para a construção de um mundo melhor, no qual todas as crianças, e não apenas algumas, possam concretizar uma utopia: a esperança de vida plena, digna e feliz, ponto final de uma linha, que nasce na confluência resultante da associação entre a educação e o trabalho.

# AGRADECIMENTOS

O comportamento humano é, simultaneamente, causa e conseqüência, produto, portanto, da relação dialética do “eu” com o mundo, razão pela qual a humildade deve estar sempre presente em nossas vidas.

Não nos fazemos sozinhos e nada fazemos sozinhos, sendo este momento, embora solitário, o resultado de todos os encontros até aqui mantidos, nos âmbitos pessoal, profissional e acadêmico, e que representaram o estímulo e o apoio necessário para que eu pudesse, em minha relação com o mundo, alcançar a realização, também pessoal, profissional e acadêmica.

Não poderia deixar, por isto, de agradecer:

ao Senhor da vida e da história, presente em todos os momentos de minha existência, de quem tudo recebi, pelos dons, pela força, pela disciplina e pela persistência, que me auxiliaram na superação de tantos limites ...

aos meus pais, Vicente e Guaraciaba, pelos exemplos, pela educação, pelos cuidados e pelo carinho, que permitiram que eu conhecesse um mundo ao qual todos devem ter acesso ...

aos meus filhos e nora: Alexandra, Fernando, Maurício e Alessandra, expressão de amor e inspiração, os grandes responsáveis pela lutas empreendidas e êxitos alcançados ...

ao Aparício, a quem devo o estímulo para que uma nova história fosse construída ...

à Universidade Católica Dom Bosco, pelo crédito e apoio dispensados, sem os quais não teria galgado tantos patamares...

aos colegas de trabalho, alunos e amigos, pelo carinho, apoio e partilha constante de conhecimentos e experiências, que representaram força nos momentos de desânimo ...

ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social que, com paciência e sabedoria, iluminou minha trajetória, permitindo que fossem vislumbrados novos caminhos ...

à Profª Drª Neide Aparecida de Souza Lehfeld, minha Orientadora, um mito, modelo de profissional a ser seguido, que me honrou com a convivência e muito contribuiu, com os conhecimentos e experiência partilhados, neste processo de crescimento que certamente deverá ter continuidade ...

à Profª. Drª. Mariluce Bittar, companheira, amiga e sempre professora, e ao Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira, membros da Comissão Examinadora no Exame Geral de Qualificação, pelas efetivas contribuições oferecidas ao trabalho ora apresentado...

... a todos, meu carinho e minha gratidão.

***"Os poderosos podem matar uma, duas e até três rosas, mas jamais poderão deter a primavera"*.**

**(Che Guevara)**

# SUMÁRIO


LISTA DE QUADROS ..... 09
LISTA DE GRÁFICOS ..... 11
INTRODUÇÃO..... 12
01 ANTECEDENTES: a construção do presente ..... 30
1.1 O modelo econômico brasileiro ..... 30
1.2 O capitalismo no Brasil ..... 36
1.3 O Estado e a sociedade no capitalismo ..... 44
02 AS POLÍTICAS SOCIAIS E O CAPITALISMO ..... 56
2.1 Política: um conceito e uma ação..... 56
2.2 As Políticas Sociais Públicas no Brasil ..... 58
2.2.1 Políticas assistenciais ..... 63
2.2.2 Políticas participativas ..... 64
2.2.3 Políticas socioeconômicas ..... 64
2.3 Políticas educacionais e socioeconômicas brasileiras dos anos 30 aos anos 90: interesses e estratégias ..... 66
2.3.1 1930 – 1964: da crise de 29 ao regime militar..... 67
2.3.2 1964 – 1985: do golpe militar à abertura..... 72
2.3.3 1985 ao final da década de 90: o processo de redemocratização e a adoção do ideário neoliberal..... 79
03 O DESEMPREGO ..... 90
3.1 Desemprego: causas e conseqüências ..... 90
3.2 A proposta governamental para redução do desemprego ..... 115
3.3 Planos Estaduais de Qualificação Profissional – 1996-1999. 120
04 MATO GROSSO DO SUL NO FINAL DO SÉCULO XX..... 122
4.1 A terra e a gente: um pouco de história ..... 122
4.2 A economia local e a ocupação da força de trabalho ..... 127
4.3 Campo Grande e seu passado recente ..... 135

4.4 A qualificação profissional em Mato Grosso do Sul ..... 139
4.4.1 Qualificação Profissional/MS – 1996 ..... 139
4.4.2 Qualificação Profissional/MS – 1997 ..... 148
4.4.3 Qualificação Profissional/MS – 1998 ..... 153
5. EDUCAÇÃO E TRABALHO..... 161
5.1 Formação ou qualificação profissional? ..... 161
5.2 Qualificação Profissional/MS: uma análise preliminar .... 177
5.3 Qualificação profissional em Campo Grande/MS: resultados obtidos ..... 190
À GUISA DE CONCLUSÃO ..... 202
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 211
ANEXOS ..... 222
A MS: ranking da população acima de 15 anos sem instrução ..... 223
B MS no Brasil: índice de desenvolvimento humano ..... 224
RESUMO ..... 225
ABSTRACT ..... 226

# LISTA DE QUADROS


**Quadro 01:** Brasil: distribuição da população rural e urbana (40-91) . 39
**Quadro 02:** Brasil: modificações estruturais na economia (33-45) ..... 69
**Quadro 03:** Brasil: analfabetismo (1940-1980) ..... 73
**Quadro 04:** Brasil: distribuição de renda (1960-1976) ..... 79
**Quadro 05:** PLANFOR: perspectiva plurianual (1996-1998) ..... 119
**Quadro 06:** PLANFOR: número de treinandos por região ..... 120
**Quadro 07:** PLANFOR/MS (1996) ..... 121
**Quadro 08:** Brasil e MS: crescimento populacional (1950-1996)..... 123
**Quadro 09:** MS: população ocupada por setor de atividade ..... 129
**Quadro 10:** Mato Grosso do Sul: mão-de-obra (1996) ..... 130
**Quadro 11:** MS: rendimento mensal médio – 1995 ..... 131
**Quadro 12:** Brasil, Centro-Oeste e MS: perfis de escolaridade ..... 133
**Quadro 13:** Campo Grande: evolução da população - 1960-2000 ..... 136
**Quadro 14:** Campo Grande: flutuação do CAGED ..... 137
**Quadro 15:** Campo Grande: rendimento mensal – 1991 ..... 138
**Quadro 16:** Cursos ministrados: níveis e linhas – 1996 ..... 140
**Quadro 17:** Cursos, habilidades e população alvo - 1996 ..... 141
**Quadro 18:** Programas Estaduais/Emergenciais – 1996 ..... 146
**Quadro 19:** Mato Grosso do Sul: educação profissional – 1996 ..... 147
**Quadro 20:** Programas Nacionais – 1997 ..... 148
**Quadro 21:** Programas Estaduais/Emergenciais – 1997 ..... 152
**Quadro 22:** Programas Nacionais – 1998 ..... 153
**Quadro 23:** Programas Estaduais/Emergenciais – 1998 ..... 159
**Quadro 24:** Plano Estadual de Qualificação Profissional – 96-98 ..... 179
**Quadro 25:** Plano Estadual de Qualificação Profissional – 96-98 ..... 180
**Quadro 26:** Campo Grande: flutuação do CAGED – 95-99 ..... 194

**Quadro 27:** Campo Grande: vagas oferecidas por setor econômico.... 198
**Quadro 28:** Campo Grande: oferta de empregos segundo a faixa etária (1998-1999)..... 199
**Quadro 29:** Campo Grande: oferta de empregos segundo a esclaridade (1998-1999)..... 200
**Quadro 30:** Campo Grande: oferta de empregos segundo a experiência (1998-1999)..... 201

# LISTA DE GRÁFICOS


**Gráfico 01:** Brasil: evolução da PEA por setor econômico (40-95).... 88
**Gráfico 02:** MS: pirâmide etária 1980 ..... 125
**Gráfico 03:** MS: pirâmide etária 1991 ..... 126
**Gráfico 04:** MS: pirâmide etária 1996 ..... 126
**Gráfico 05:** MS: ocupação urbana e rural (1950-1996) ..... 128
**Gráfico 06:** MS: pirâmide etária 2000 ..... 193
**Gráfico 07:** MS: pirâmide etária 2020 ..... 193

# INTRODUÇÃO

Objetivando definir a importância do trabalho na trajetória humana, CODO (1995:9) refere-se à história:

> *"(...) a palavra HISTÓRIA é sinônimo da evolução do trabalho dos homens. Foi através do trabalho que o homem se construiu. Nossa herança e nossos projetos se materializaram por e pelo trabalho, ponto de intersecção entre o passado e o futuro, sinônimo de História".*

De fato, pensar a história da humanidade é pensar o trabalho. Reportando-nos aos primórdios da civilização podemos inferir que, à medida que os grupamentos humanos começaram a transformar o meio, adequando-o para a satisfação das próprias necessidades, o fizeram através do trabalho. Este foi, ainda, o elemento determinante no surgimento de novos interesses, já que, em decorrência das atividades, então desenvolvidas, novos objetivos foram definidos, resultando daí, como nos

ensina RIBEIRO (1986: 35-44), mais do que a divisão social do trabalho - uma vez que, conforme CODO (1997:51) *"(...) o homem se divide para produzir (...)"* - mas a própria organização política da sociedade por ele construída, originando, mais tarde, o que hoje chamamos Estado.

Vemos que através do trabalho, aqui entendido como práxis produtiva, o homem mostrou-se capaz de transformar o meio e de transformar-se, assumindo o domínio da natureza pela consciência do poder encontrado em si mesmo. A história, porém, nos revela que a extensão de tal domínio não lhe pareceu suficiente e, assim, os meios de produção, tão significativos para o desenvolvimento humano, acabaram por tornar-se mecanismos da divisão da sociedade e de espoliação do próprio homem no processo de produção capitalista.

Novos tempos foram tecidos, ao longo dos quais, através de lutas seculares, direitos foram sendo conquistados, permitindo a construção de um ideal: a cidadania - de conceituação tão difícil quanto seu próprio exercício.

FERREIRA (1993:19), neste sentido, afirma que:

> *"Não é possível visualizar a cidadania como um 'em-si', pois ela se fundamenta em pressupostos histórico-filosóficos. Como as cores, que não podem ser pensadas sem extensão, cidadania só se configura quando encarnada em um indivíduo, o cidadão. É ele que realiza sua existência, enquanto ele lhe confere identidade".*

COVRE (1991:10) nos auxilia a entender melhor tal questão, quando nos mostra que a cidadania resulta da relação dialética do homem com o outro no mundo, ao afirmar:

> *"A categoria cidadania, como tento distingui-la, depende da ação do sujeito e dos grupos básicos em conflito, e também das condições globais da sociedade".*

Ao mencionar *"ação do* ***sujeito***", Covre começa a revelar o que o exercício da cidadania envolve: emancipação, autonomia, a possibilidade de concepção e execução de projeto próprio de desenvolvimento, como conceitua DEMO (1992:17), a possibilidade do indivíduo tornar-se sujeito da própria vida, retomando ou responsabilizando-se pela condução de uma trajetória por ele traçada.

Neste contexto, alguns elementos assumem posição de destaque, como educação, identidade e trabalho.

Concentrando nossa atenção na categoria trabalho, sem, entretanto, desconsiderar a importância das demais mencionadas, vemos que há muito somos alertados sobre alterações relativas ao trabalho. MARX (1996:43), em abordagem pertinente ao significado do trabalho no sistema capitalista, utiliza-se, à guisa de exemplo, da mercadoria, no sentido genérico, para estabelecer distinção entre o valor-de-uso e o valor-de-troca e denuncia:

> *"(...) os valôres-de-uso* [sic] *são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor-de-troca. O valor-de-troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valôres-de-uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço".*

Prosseguindo, concluiu que, no processo de produção capitalista, o trabalho tornou-se mercadoria, na medida em que a força de trabalho transformou-se em objeto de aquisição:

> *"O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira adequada. (...) Além disso, o produto é de propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. O capitalista paga (...) o valor diário da força de trabalho. Sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria (...) pertence-lhe durante o dia". MARX (1996:209-210).*

Neste processo, o trabalhador distanciou-se do produto do seu trabalho. Este não lhe pertence, assim como não lhe pertence o tempo despendido.

Valendo-nos do encadeamento de idéias proposto por FRIGOTTO (1995:14), vemos que, mais do que se distanciar do produto do seu trabalho, o trabalhador introjeta

> *"(...) uma percepção ou representação de trabalho que se iguala à ocupação, emprego, função, tarefa (...). Dessa forma perde-se a compreensão, de um lado, de que o trabalho é uma relação social (...); e, de outro, de que o trabalho é a relação social fundamental que define o modo humano de existência (...)".*

CODO (1997:7-19), aprofundando este raciocínio, nos ensina que nem todo trabalho tem o mesmo significado, estabelecendo distinção entre o **trabalho de criação** - que apresenta valor-de-uso e favorece o desenvolvimento individual -, e o **trabalho tortura**, que apresenta valor-de-troca e desominiza o homem, já que não contribui para com sua realização, ao roubar-lhe a possibilidade de crescimento.

OFFE (1989:8-9) manifestou a mesma preocupação ao comentar:

> *"O fato de uma pessoa 'trabalhar', no sentido formal de estar 'empregada', tem sido aplicado a um segmento sempre crescente da população. Não obstante, este fato tem cada vez menor relevância para o conteúdo da atividade social, a percepção de interesses, estilo de vida, etc".*

Concluiu o autor que o trabalho vem sendo considerado apenas *"(...) como uma categoria estatística descritiva e não uma categoria analítica, para se explicar estruturas, conflitos e ações sociais".*

Vemos que o mero fato de estar empregado tem pouco significado quando almejamos o que a cidadania representa em seu conceito amplo. Podemos inferir, no entanto, os reflexos do desemprego na auto-estima individual. Neste sentido FORRESTER (1997:11), referindo-se aos desempregados, afirma serem estes

> *"(...) os primeiros a se considerar incompatíveis com uma sociedade da qual eles são os produtos mais naturais. São levados a se considerar indignos dela, e sobretudo responsáveis pela própria situação, que julgam degradante*

> *(já que degradada) e até censurável. Eles se acusam daquilo do que são vítimas (...) não há nada que enfraqueça nem que paralise mais que a vergonha. Ela altera na raiz, deixa sem meios, permite toda espécie de influência (...) ela permite fazer a lei sem encontrar oposição, e transgredi-la sem temor de qualquer protesto (...) impede qualquer resistência, qualquer desmistificação, qualquer enfrentamento da situação".*

São considerações que nos permitem vislumbrar que, mais do que nunca, devemos deter conhecimentos precisos relativos a um mundo em mutação, que ofereçam a base necessária à formulação de propostas que, por sua vez, representem respostas efetivas para os problemas constatados.

Podemos, por outro lado, observar que no Brasil o desemprego vem sendo entendido de outra maneira. O governo brasileiro parece transferir para o trabalhador a culpa pelo desemprego crescente. Tratando a questão como decorrente de uma crise - algo transitório, portanto, - propõe, como medida saneadora, através do Ministério do Trabalho, o repasse de recursos financeiros às unidades federativas, com vistas ao desenvolvimento de cursos de qualificação e/ou requalificação profissional, buscando, desta forma, **adequar** o trabalhador às exigências do mercado, o que lhe garantiria a reinserção ou a permanência no sistema produtivo.

Números e valores são freqüentemente divulgados em todo o país, demonstrando a "preocupação" dos governantes na resolução de um

dos mais graves problemas nacionais: o desemprego e, por menor que seja a esperança do trabalhador, não se pode negar que esta é tida como uma alternativa de solução para uma questão que angustia a tantos.

Com este intuito, também em Mato Grosso do Sul, através da Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda, em consonância com programas do Ministério do Trabalho, vêm sendo oferecidos inúmeros cursos aos trabalhadores, preferencialmente, como veremos posteriormente, aos que se encontram desempregados.

Muitas interrogações, entretanto, permaneceram sem respostas, dentre as quais destacam-se: as medidas adotadas pelos órgãos governamentais e relativas à qualificação do trabalhador urbano estão atingindo os resultados esperados, reduzindo, efetivamente, o desemprego registrado em Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul? encontram-se em desenvolvimento estudos com a finalidade de avaliar tais resultados? quais os enfoques por eles apresentados?

Tais questões reúnem aspectos fundamentais, tanto para os que se propõem a delinear ou simplesmente entender as políticas sociais públicas, objetivando contribuir para com o desenvolvimento e/ou crescimento econômico nacional, quanto para aqueles que, concentrando sua atenção no ser humano, se preocupam com o exercício da cidadania, que se inicia com o direito a uma vida plena e digna, só possibilitada pelo trabalho.

Qualquer que seja a finalidade dos estudos, o volume de obras publicadas sobre o tema revela sua relevância, o que justifica o fato de, em todo o mundo, existir número expressivo de estudiosos debruçados sobre as questões que envolvem trabalho/desemprego, razão pela qual decidimos dedicar anos de nossa vida a uma investigação, cujos resultados, desejamos, possam subsidiar a definição de novas políticas voltadas para o desemprego.

Definimos como universo a presente pesquisa a cidade de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul e, como sujeito de nosso estudo, o trabalhador urbano.

Desde a fase inicial da elaboração do projeto que deu origem a esta tese, podíamos antever um árduo e extenso caminho a ser percorrido, ao longo do qual deveríamos investigar mais do que os resultados das políticas sociais públicas voltadas para o setor, mas as prováveis causas do desemprego em Campo Grande (MS), procurando, assim, contribuir para com a ampliação dos conhecimentos produzidos na área.

Para tanto propusemo-nos, no processo então desencadeado e cujos resultados ora apresentamos, a:

- conhecer a situação apresentada pelo mercado de trabalho no período compreendido entre 1996 e 1998, restringindo-nos à área urbana do

município de Campo Grande, observando, inicialmente, a relação existente entre as vagas oferecidas e a demanda registrada;

- identificar os programas de qualificação e requalificação profissional oferecidos em Campo Grande no período, assim como as categorias profissionais beneficiadas;
- obter, junto às categorias consideradas mais significativas, dados que permitissem avaliar os resultados do programa e, junto aos órgãos envolvidos, informações pertinentes aos critérios adotados no controle e avaliação das ações desenvolvidas.

Por ter como objeto de estudo uma situação particular - a educação profissional - numa comunidade – Campo Grande -, optamos pelo estudo de caso, que, segundo CHIZOTTI (1991:102-103), caracteriza as pesquisas que

> *"(...) coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência (...) objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora. (...) O caso deve ser uma referência significativa para merecer a investigação e, por comparações aproximativas, apto para fazer generalização a situações similares ou autorizar inferências em relação ao contexto da situação analisada".*

TRIVIÑOS (1995:134) complementa, afirmando que, nos estudos de caso, as hipóteses e os instrumentos a serem utilizados não

precisam ser definidos antecipadamente, já que a "*complexidade do exame*" aumenta conforme o estudo se aprofunda.

GIL (1996:58-60), relacionando as vantagens do estudo de caso, menciona, dentre outros: a ênfase na totalidade e a simplicidade dos procedimentos, a primeira, quando *"a multiplicidade de dimensões de um problema"* favorece a visão de totalidade, e, a última, pela possibilidade de adoção de procedimentos mais simples do que em outras modalidades de estudo.

Procuramos efetuar estudos que perpassassem as três esferas administrativas, permitindo-nos a compreensão das atribuições do poder executivo nos âmbitos federal, estadual e municipal no processo em pauta, com o intuito de apreender o Plano Nacional de Educação Profissional - PLANFOR desde sua concepção, na esfera federal, portanto, assim como analisar as ações desencadeadas pelos órgãos estaduais, com vistas à execução dos programas, e as contribuições dos órgãos municipais na elaboração dos Planos Estaduais de Qualificação Profissional.

Para tanto, valemo-nos de referenciais teórico-científicos, que favoreceram a interpretação dos dados coletados, dispensando, respeitadas suas especificidades, tratamento que possibilitasse diferentes leituras com vistas ao desenvolvimento de análise quanti-qualitativa.

A pesquisa pode, portanto, ser classificada metodologicamente como de abordagem qualitativa, uma vez que nosso

objetivo, embora não pudesse prescindir dos dados estatísticos – nacionais, regionais e locais, - contemplou aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos da população brasileira, de um modo geral, e campo-grandense, de maneira específica, reunindo, portanto, as características descritas por HAGUETTE (1995:63):

> *"(...) os métodos quantitativos supõem uma população de objetos de observação comparável entre si e métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser".*

Alicerçamo-nos na vertente dialética, pois, em todos os momentos interessou-nos desvelar fatos não conhecidos e, portanto, não observados, que entendemos serem passíveis de transformação, conforme TRIVIÑOS (1995:51-52), pela *"força das idéias, capaz de introduzir mudanças nas bases econômicas que as originou"*, devendo ser, ainda, considerado que nosso interesse esteve sempre voltado para as relações sociais em uma sociedade de classes, perpassando conceitos como os referentes ao ser social, à consciência social e aos meios de produção no sistema capitalista, dentre outros.

Quanto à finalidade, a pesquisa pode ser classificada como **descritiva** e **explicativa**[1]**:**

[1] A pesquisa descritiva, conforme BARROS e LEHFELD (2000:70), é aquela na qual o pesquisador *"(...) descreve o objeto da pesquisa. Procura descobrir a freqüência com que um fenômeno ocorre, sua natureza, causas, relações e conexões com outros fenômenos*". Quanto à pesquisa explicativa, vemos em GIL (1996:46-47) que é a *"(...) tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. (...) Pode-se dizer que o conhecimento científico está assentado nos resultados oferecidos pelos estudos explicativos".*

A pesquisa bibliográfica nos auxiliou a entender que as pesquisas descritiva e explicativa são, muitas vezes, complementares, posto que a descrição, por si, não elucida, exigindo, como nos ensina GIL (1996:46), que o fenômeno descrito seja explicitado, o que efetivamente ocorreu em nosso caso.

Assim, como procedimento inicial, voltamo-nos para a descrição do fenômeno, o que exigiu o desenvolvimento de pesquisa de campo, quando foram adotadas técnicas diversas, dentre as quais podemos destacar:

a) a **análise documental**[2] - que foi fundamental na situação em questão, uma vez que nos permitiu confrontar pronunciamentos, estatísticas, interpretações e medidas governamentais - e a

b) **observação sistemática**.[3]

Importante destacar que na categoria da observação sistemática encontra-se também inserida a observação participante, classificada por HAGUETTE (1995:66-78) como aquela na qual o

---

[2] Segundo Lüdke e André (1986:38) a análise documental inclui qualquer documento escrito "*desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares*".

[3] CARVALHO (1995:157) reúne as diferentes formas de observação em um único conceito: o da **observação sistemática**, afirmando que esta "(...) *é seletiva, porque o pesquisador vai observar uma parte da realidade, natural ou social, a partir de sua proposta de trabalho e das próprias relações que se estabelecem entre os fatos reais*".

observador participa das atividades que constituem o fenômeno observado. Neste sentido e com este intuito:

1. visitamos as Superintendências de Geração de Emprego e Renda e de Qualificação Profissional, da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Estado de Mato Grosso do Sul - SETER, onde coletamos dados relativos aos Programas Estaduais de Qualificação Profissional desenvolvidos, no período selecionado, em Campo Grande/MS, assim como pertinentes à oferta e demanda de empregos no mesmo período. A opção por tais setores prendeu-se ao fato de estarem ali concentradas as informações que procurávamos, uma vez que são diretamente responsáveis pelas ações voltadas, tanto para a intermediação de emprego, quanto para o desenvolvimento de programas de qualificação e requalificação profissional;
2. visitamos a Secretaria de Estado de Planejamento, Ciência e Tecnologia procurando, através de depoimentos e dados estatísticos, conhecer os estudos desenvolvidos e em desenvolvimento e referentes à evolução da economia e da demografia locais, o que nos possibilitaria visualizar a realidade sul-mato-grossense, antes e depois do período selecionado;
3. visitamos a Fundação de Promoção Social de Mato Grosso do Sul – PROMOSUL, objetivando, através também de depoimentos e análise documental, o aprofundamento necessário pertinente aos problemas

apresentados pela população, assim como aos programas em desenvolvimento;

4. participamos de Audiência Pública, convocada pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, através da Coordenadoria Geral do Trabalho, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho, com o objetivo de colher subsídios para a elaboração do Plano Municipal de Formação Profissional de Campo Grande (MS)/2000; e
5. assessoramos a mesma Coordenadoria na elaboração do Plano Municipal de Formação Profissional de Campo Grande/2000, que contribuiu para com a elaboração do Plano Estadual de Qualificação Profissional de Mato Grosso do Sul/2000;

Em todos estes momentos a pesquisa foi complementada pela observação direta ou participante, uma vez que, especialmente junto aos órgãos municipais, nossa participação não foi apenas como pesquisadora – embora tal fato fosse conhecido e até motivo para que indicações e convites tenham sido formulados – mas, na Audiência Pública representávamos a Universidade Católica Dom Bosco – UCDB e, exatamente por estarmos desenvolvendo estudos na área fomos convidadas para prestar a assessoria supramencionada.

O período selecionado, como já afirmamos, foi o compreendido entre 1996 e 1998, por corresponder à primeira fase do

PLANFOR, proposto pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional - SEFOR, do Ministério do Trabalho e a etapa inicial da pesquisa de campo foi desenvolvida durante o mês de março de 1999.

Nesta etapa procuramos conhecer:

- os documentos publicados pelo Ministério do Trabalho, especificamente pela SEFOR, que antecederam ao PLANFOR, assim como o próprio plano;
- os cursos realizados em Campo Grande no período selecionado;
- a demanda e a oferta de empregos registrada no mesmo período pelo setor de intermediação, na área urbana.

A pesquisa documental foi complementada através de acesso ao material disponibilizado na "internet" pelo Ministério do Trabalho, Ministério da Educação, Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sociais – DIEESE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Secretaria de Estado de Planejamento, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – SEPLANCT, Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda de Mato Grosso do Sul – SETER e Prefeitura Municipal de Campo Grande.

Os dados foram sistematizados e em sua análise valemo-nos de publicação de GOMES (1993: 77-79), referente à *"proposta de interpretação qualitativa de dados"*, de Minayo, denominada pela autora como *"método hermenêutico-dialético"*, que perpassa dois níveis:

*a)* o primeiro, relativo às determinações fundamentais, quando voltamo-nos para a *"conjuntura sócio-econômica e política da qual faz parte o grupo social a ser estudado; história desse grupo e política que se relaciona a esse grupo"* e,

*b)* o segundo, voltado para o *"encontro que realizamos com os fatos surgidos na investigação. Esse nível é, ao mesmo tempo, ponto de partida e ponto de chegada da análise"*.

O procedimento exigiu, como vemos, extensa pesquisa bibliográfica que nos permitisse, para identificar as determinações fundamentais, entender não só as relações estabelecidas entre o Estado e a sociedade brasileira ao longo de nossa história, mas os reflexos desta história na cultura brasileira, uma vez que é neste contexto que precisamos compreender a realidade sul-mato-grossense e, conseqüentemente, a realidade campo-grandense.

Esta era a nossa proposta.

Com este intuito elaboramos esta tese, apresentada em cinco capítulos, através dos quais buscamos contemplar a realidade brasileira das últimas décadas, tecida sempre pelos mesmos atores: o Estado e a elite, em defesa dos interesses comuns, assim como retratar um pouco da história e da ocupação do Estado de Mato Grosso do Sul, de maneira geral, concentrando nossa atenção em alguns aspectos do passado e do presente da população urbana de Campo Grande, uma jovem capital,

objetivando desvelar caminhos que possam ser percorridos para que um futuro melhor seja construído.

Neste contexto, procuramos, no primeiro capítulo, identificar o modelo econômico brasileiro e as relações mantidas entre o Estado e a Sociedade; no capítulo dois, estabelecemos os liames existentes entre o capitalismo e as políticas sociais, buscando apreender o sentido das políticas assistenciais, participativas e socioeconômicas e vislumbrar a distância entre o discurso governamental e os interesses efetivamente defendidos ao longo das últimas décadas; no capítulo três, procuramos correlacionar as políticas sociais públicas e o desemprego, abordando questões inerentes às causas e conseqüências do desemprego e culminando com as propostas e ações dos Planos Estaduais de Qualificação Profissional/MS – 1996-1998; no capítulo quatro voltamo-nos para a compreensão da história, da ocupação e das atividades desenvolvidas pela população sul-mato-grossense de maneira geral, destacando, neste cenário, o trabalhador urbano de Campo Grande e os Programas de Qualificação Profissional de Mato Grosso do Sul desenvolvidos em Campo Grande entre 96 e 98. No quinto e último capítulo discutimos aspectos pertinentes às diferenças existentes entre formação e qualificação profissional, via que estabelece a relação entre trabalho e educação, após o quê, passamos às nossas últimas considerações.

Apesar das dificuldades vivenciadas em meio a tantas atribuições, do pouco tempo disponível aos dados mascarados, que tantos esforços exigiram para desvelar, uma frase expressa o que sentimos: **“Combatemos o bom combate!”**

# CAPÍTULO I

# **ANTECEDENTES:** A CONSTRUÇÃO DO PRESENTE

## 1.1 O Modelo Econômico Brasileiro

O nível de ocupação da população economicamente ativa (PEA) de qualquer país é reflexo da interação de determinadas variáveis - como o sistema econômico vigente, grau de desenvolvimento da economia e qualificação da mão-de-obra -, que, por sua vez, apresentam íntimos vínculos com os interesses políticos, que se alternam nos diversos momentos vivenciados pela sociedade ao longo de sua história.

Para que nosso raciocínio seja guiado pela lógica, procuremos, inicialmente, entender o modelo econômico brasileiro para, posteriormente, analisarmos as variáveis mencionadas.

Entender o modelo econômico brasileiro exige, pelo que afirmamos, uma viagem pela história, tanto por sabermos que a origem de qualquer presente se encontra no passado, quanto pelo fato das características hoje apresentadas não serem recentes.

NEUMANN e DALPIAZ (1985:55) afirmam que, apesar de antigas, as características do modelo econômico brasileiro ganharam *"(...) feições especiais, a partir da política desenvolvimentista endossada pela classe dirigente e empresarial do país, que tinha como meta fazer do Brasil, a qualquer custo, uma grande potência"*. Com este objetivo foram delineadas políticas e contraídas dívidas, numa demonstração, para nós clara, de que os governantes desejavam tão somente a expansão do próprio poder (sonho que só seria concretizado se o país crescesse em importância no âmbito internacional) e não a efetiva elevação das condições de vida da população brasileira (nunca sujeito, sempre objeto).

Os autores citados, em pequena reflexão sobre a realidade brasileira (1985:55-58), comentam que:

- sempre o capital apresentou hegemonia em relação à força de trabalho;

- a economia nacional vem sendo utilizada, com prejuízo para a nação brasileira, como instrumento de desenvolvimento exógeno, o que nos permite inferir que, apesar de ambicionarem o poder, os governantes não têm conseguido impedir as interferências de governos e empresas estrangeiras, o que fragiliza ainda mais a soberania nacional, já debilitada pela globalização, com suas múltiplas dimensões[4];
- a dependência, que se origina na adoção de modelo de desenvolvimento estrangeiro (o que também sempre ocorreu), vem sendo mantida, já que não há estímulo à pesquisa, daí decorrendo a importação tanto de novas tecnologias quanto de alternativas encontradas por **outros,** na solução de **seus** problemas;
- dificilmente será alcançado equilíbrio na balança comercial, uma vez que são exportados produtos primários (a preços inferiores aos praticados pelo mercado interno) e importados produtos industrializados, cujo preço é elevado por incluir mão-de-obra e tecnologia, além da matéria-prima;
- a concentração de renda ocorre em vários níveis: **regional** (as regiões que concentram maior número de produtores permanece com maior

---

[4] ALMEIDA et alii (1999:95), no que concerne à dimensão política da globalização, afirmam que: "*A era global, buscando respostas para as crises do capitalismo, terminou por gerar outras, para as quais são ainda aguardadas fórmulas eficientes. Assim, como pode ser entendida a soberania, se os territórios passaram a ser praticamente de todos os que desejarem ali investir, fazendo com que os interesses deixassem de ser nacionais para se tornarem internacionais?*

volume da renda); **administrativo** (à União, aos Estados e aos Municípios cabem diferentes percentuais dos impostos recolhidos, ficando a parcela maior com a primeira e a menor com os últimos); e **social**[5];

- os que efetivamente produzem as riquezas (os trabalhadores) não têm acesso a nenhum tipo de crescimento pessoal.

Pelos motivos expostos os autores classificam o modelo de desenvolvimento brasileiro como *"capitalista, periférico, dependente, exportador, concentrador e excludente"*. (NEUMANN e DALPIAZ, 1985: 56).

Aos aspectos mencionados podemos acrescentar, como o demonstra publicação do Ministério da Educação (1994:21), destinada a professores e dirigentes escolares[6], a associação também existente entre desenvolvimento e educação.

> *"Para que o país volte a se desenvolver, impõe-se um profundo ajustamento econômico e financeiro que torne possível um novo modo de inserção no mercado internacional. Para tanto serão necessárias profundas transformações estruturais, desconcentração espacial da*

---

[5] Sônia ROCHA (1995:225-226) afirma que *"Os pobres no Brasil seriam 30% da população ou cerca de 42 milhões de pessoas em 1990. A pobreza tem um forte componente regional (...) sendo mais elevadas (*as proporções*) no Norte e Nordeste e reduzindo-se em direção ao Sul. No Recife e nas áreas rurais do Nordeste as proporções de pobreza correspondem a 50% da população"*.

[6] A publicação em questão divulga o documento de Jomtien, na Tailândia, que sediou em 1990 a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, convocada pela UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial. A esta, seguiu-se reunião realizada em 1993, em Nova Delhi, Índia, da qual participaram representantes de nove países em desenvolvimento, dentre eles o Brasil, o que nos permite inferir que a associação mencionada ocorre no âmbito internacional.

> *economia e redistribuição de renda e riqueza. (...) Serão necessários novos critérios de planejamento educativo e de relações entre escola e sociedade, capazes de gerar oportunidades educacionais mais amplas e diferenciadas para os vários segmentos da população"*.

Buscando maior aprofundamento, procuremos entender melhor o sistema capitalista.

Vemos, em MARX, que o capitalismo teve início com a circulação de mercadorias. O próprio pensador faz esta correlação ao afirmar: *"O comércio e o mercado mundiais inauguram no século XVI a moderna história do capital"*. (MARX 1996:165). Neste processo ocorre a transformação do dinheiro em capital e Marx percebe a distinção existente entre duas formas de circulação:

1. M-D-M - a mercadoria converte-se em dinheiro, que será utilizado na aquisição de outra mercadoria. Trata-se de *"vender para comprar"* (1996:166);
2. D-M-D - o dinheiro é convertido em mercadoria que, comercializada, transforma-se novamente em dinheiro, processo que, no dizer de MARX (1996:166), deve ser entendido como: *"O dinheiro que se movimenta de acôrdo* [sic] *com esta última circulação transforma-se em capital, vira capital e, por sua destinação, é capital"*.

Com o surgimento do trabalho assalariado a força de trabalho transformou-se em mercadoria, uma vez que há um comprador e um vendedor. Para que esta situação seja mantida,

> *"(...) o possuidor da força de trabalho vende-a sempre por tempo determinado, pois se a vende de uma vez por todas, vender-se-á a si mesmo, transformar-se-á de homem livre em escravo, de um vendedor de mercadoria em mercadoria"*. (MARX, 1996:188).

O autor observa, ainda, que o processo de trabalho no sistema capitalista apresenta dois aspectos característicos: o primeiro é pertinente à relação estabelecida entre quem compra e quem vende a força de trabalho, isto é, entre o capitalista e o trabalhador, visto que quando a força de trabalho passa a pertencer ao capitalista, este toma todas as providências para que não haja nenhum desperdício: da mão-de-obra, de matéria-prima e/ou dos instrumentos de trabalho, e, o segundo, concernente ao produto do trabalho, uma vez que, como o tempo despendido na produção é pago pelo capitalista, tudo o que for produzido a ele pertence, o que transforma o trabalho em valor-de-uso do capitalista, concluindo que:

> *"Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valôres-de-uso* [sic]*. Produz valores-de-uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valor-de-troca. Tem dois objetivos. Primeiro, quer produzir um valor-de-uso, que tenha um valor-de-troca, um artigo destinado a venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la (...). Além de um*

> *valor-de-uso quer produzir mercadoria, além de valor-de-uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais valia)"*.(MARX, 1996:210-211).

Voltando-nos para nosso país, vemos em GORENDER (1987:19-25) que, ao contrário do que pode parecer, o capitalismo não se instalou no Brasil por ocasião da Abolição, isto é, com o surgimento do trabalho assalariado, razão pela qual os trabalhadores livres da época não devem ser confundidos com trabalhadores assalariados do tipo capitalista. Foi necessário um período de formação (classificado como pré-capitalista), existindo, conforme menciona o autor, diferentes concepções relativas ao processo em questão, processo este que não atingiu só as relações de trabalho urbanas, mas as relações sociais e de produção rural.

## 1.2. O capitalismo no Brasil

GNACCARINI (1980:31-33), em reflexão referente à formação do proletariado rural brasileiro, afirma que no século XIX diversas transformações sócio-econômicas ocorreram no Brasil, dentre as quais devem ser destacadas:

1. a economia local, então exportadora agrícola, possibilitou o crescimento de empresas que atuavam no setor de exportação e importação;
2. com a vinda da família real ocorreu *"a transferência maciça de capitais, antes sediados em Portugal, para o Brasil"*.
3. pressões externas, especificamente por parte dos ingleses, cujos interesses encontravam-se em jogo, já que grande parte dos investimentos locais era decorrente de seus financiamentos.

Considerando as diferenças entre a ocupação das terras brasileiras e as que constituíam os feudos europeus, percebe-se que, ao contrário do que nos relata MARX (1996:831-850), referindo-se à Europa, aqui não existiram, em princípio, os camponeses proprietários, uma vez que a população livre não dispunha de condições financeiras para cultivar extensas áreas. Segundo GNACCARINI, o próprio Estado encarregou-se de manter esta situação através de legislação, de 1850, relativa à propriedade de terras, que estabeleceu:

> *"Podem... ser importados para as colônias, trabalhadores das metrópoles, tomadas as providências necessárias a fim de obrigá-los a servir dois ou três anos pelo menos (...) Para que estes não se possam tornar proprietários demasiado cedo, é, entretanto, necessário que as terras sejam vendidas a preço suficientemente elevado"*. (1980:34).

GNACCARINI (1980:39) prossegue comentando que na primeira metade do século XIX *"o trabalho escravo já começava a mostrar-se oneroso para o sistema econômico em transição"*. Com a acumulação de capital, atividades comerciais e industriais foram implementadas, o que contribuiu para que o interesse pela abolição dos escravos fosse manifestado por uma parcela dos proprietários rurais.

Na área rural, com o aumento populacional, ainda na sociedade escravista, havia o trabalho classificado como livre quando, em troca da utilização de terras inexploradas, os chamados agregados prestavam serviços aos senhores das propriedades, processo também mencionado por GORENDER (1987:38), mas só após a Abolição, chegaram os que Marx chama *"assalariados, propriamente ditos"*, no caso, os imigrantes.

Com a abolição, as transformações foram intensificadas em duas direções:

1. em relação ao investimento: não necessitando investir mais na aquisição de mão-de-obra, o produtor rural passou a investir em terra, que se transformou em instrumento de poder [7];

[7] Segundo GORENDER (1987:28) *"O fundamental para o domínio econômico passou a ser o domínio da terra (...) dominar a terra passou a significar dominar a própria economia"*.

2. não sendo interessante[8] o pagamento dos trabalhadores rurais através de salários e necessitando de mão-de-obra, agora que não dispunham mais dos escravos, os proprietários rurais optaram pela contratação de trabalhadores na modalidade de agregados, segundo GORENDER (1987:29) caracterizada pela concessão de terra para o cultivo de gêneros alimentícios (sendo permitida a comercialização do excedente) e criação de animais; moradia, água e lenha, além da complementação salarial.

Tais despesas, somadas às referentes à aquisição e manutenção da mão-de-obra escrava, vigente até então, reduziram as possibilidades de acumulação do capital no período pré-capitalista. Estabelecendo comparação com a situação européia pós-feudalismo, pode ser afirmado que o mesmo não aconteceu com os senhores feudais, cujas condições favoreceram a acumulação de capital pelo fato de não terem necessitado dispor de suas reservas para custear despesas pertinentes à mão-de-obra.

Quanto aos trabalhadores rurais brasileiros, vemos que, ao longo da história, depararam com muitas adversidades[9], situação que

---

[8] Além da despesa que a remuneração integralmente salarial representaria, era considerada a inexistência do chamado exército de reserva, fato que, pelas leis de mercado, significaria a elevação dos salários.

[9] Os trabalhadores rurais não contaram sequer com legislação que os defendesse. Ao longo da história poucas conquistas foram registradas, como a de 1943, com pequena menção na Consolidação das Leis do Trabalho e, em 1963, com o Estatuto do Trabalhador Rural.

contribuiu para com o processo migratório, conforme demonstra o quadro a seguir, com dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e relativos à ocupação urbana/rural.

**Quadro nº. 01**
**Brasil: distribuição da população rural e urbana**
**(1940-1991)**

| ANO | URBANA | % | RURAL | % | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 1940 | 12.880.182 | 31,23 | 28.356.133 | 68,77 | 41.236.315 |
| 1950 | 18.782.891 | 36,16 | 33.161.506 | 63,84 | 51.944.397 |
| 1960 | 31.303.034 | 44,67 | 38.767.423 | 55,33 | 70.070.457 |
| 1970 | 52.084.984 | 55,92 | 41.154.053 | 44,08 | 93.139.037 |
| 1980 | 80.436.409 | 67,60 | 38.566.297 | 32,40 | 119.002.706 |
| 1991 | 110.875.826 | 75,47 | 36.041.633 | 24,53 | 146.917.459 |

Fonte: IBGE/91

A migração para espaços urbanos fica patente: é o êxodo rural que se intensifica. Vemos, ao compararmos a Taxa de Urbanização dos censos de 40 e 80, que em quatro décadas houve total inversão, já que o percentual relativo ao segmento populacional que se encontrava no campo no primeiro censo mencionado, passa a ser praticamente o referente à população urbana no segundo. O censo de 1991 revelou uma concentração urbana ainda mais elevada.

Merece destaque o fato de que os dados apresentados pelo IBGE representam a média nacional, havendo localidades com Taxas de Urbanização superiores às apresentadas, como Campo Grande, com índice superior a 96% no mesmo período.

Trata-se de um processo doloroso e com conseqüências cruéis - que tem origem com a impossibilidade de permanência do homem no campo -, no qual a sociedade, aqui compreendida em seu todo, comporta-se simultaneamente como algoz e vítima, uma vez que todos são culpados pela omissão, aceitação e reprodução, assim como todos acabam sofrendo as conseqüências dos erros cometidos, dos quais decorrem muitos dos graves problemas enfrentados, hoje, pela população em grande parte do território brasileiro: desemprego, subemprego, péssimas condições de moradia, fome, miséria e criminalidade, dentre outros. Não poderia ser diferente uma vez que com o processo migratório deslocou-se e continua se deslocando, para as cidades, parte da População Economicamente Ativa - PEA despreparada para o trabalho urbano.

Vemos que os problemas vigentes não surgiram ao acaso: foram forjados durante longo período, instalando-se de maneira tão sutil que escapou à percepção da maioria, que participou do processo sem identificar as possíveis conseqüências. Aos resultados do êxodo rural associaram-se outros, mais recentes, como os decorrentes da globalização, que restringiram o mercado de trabalho à mão-de-obra mais qualificada.

A globalização implica na ampliação de horizontes em termos de mercado e de precauções, já que os concorrentes encontram-se em qualquer parte do planeta. Assim, as estratégias devem ser definidas,

não pela análise da situação nacional, mas pela avaliação da competitividade no âmbito global.

Das alterações mencionadas decorreram mudanças paradigmáticas como:

1. **flexibilização da produção** que, de padronizada, passou a ser sob encomenda, e
2. **descentralização**, processo através do qual grandes organizações verticais tiveram sua estrutura desmantelada, passando a compor redes horizontais entre unidades econômicas.

As relações de trabalho não saíram ilesas do processo em curso, pois, da flexibilização resultou a automação ou robotização (com sérias perdas para os trabalhadores, que se viram substituídos pelas máquinas) e a descentralização teve como conseqüência a redução dos níveis hierárquicos das estruturas organizacionais, rompendo com os paradigmas taylorista-fordista, uma vez que a divisão de tarefas foi direcionada para um movimento criativo, no qual o pensar e o relacionar-se, segundo o modelo toyotista, assumiram posição de destaque frente ao fazer. Com o intuito de reduzir as conseqüências do absenteísmo, espera-se, ainda, que o trabalhador seja capaz de desempenhar, além das próprias, as atribuições dos outros membros da equipe. Outras conseqüências da

globalização foram sentidas pelo trabalhador a **desregulamentação**[10], que representou retrocessos importantes nas lutas trabalhistas (como a redução da jornada de trabalho com a correspondente redução salarial e o contrato temporário de trabalho, dentre outros) e o processo de **terceirização**, através do qual o trabalhador, assumindo o papel de parceiro do empregador, arca com os ônus da produção, tem sua jornada de trabalho aumentada e passa a vender seu trabalho e não mais a mão-de-obra.

No contexto das relações capital/trabalho podemos inferir que se para uns a globalização representa a maximização dos lucros, para os trabalhadores significa a potencialização da mais-valia [11], uma vez que o objetivo dos empregadores é a elevação da produção, com redução do custo operacional.

---

[10] É inegável que o desemprego, com a conseqüente formação do exército de reserva, reduz a força do trabalhador, no que concerne à defesa dos próprios interesses. Em tempos de desemprego, o assalariado, mais do que buscar a elevação das condições de trabalho, procura manter o espaço ocupado, isto é, garantir o emprego.Neste contexto muitas de suas conquistas vêm sendo perdidas no processo conhecido como **desregulamentação,** quando o que foi regulamentado, deixa de sê-lo, como a impossibilidade de redução salarial ou do contrato temporário de trabalho, agora permitidos.

[11] Trata-se da mais-valia absoluta, pois, segundo o Prof. Dr. Ubaldo SILVEIRA, em aula ministrada em 07/05/99 no Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado - em Serviço Social, desenvolvido em Campo Grande/MS, através do convênio firmado entre UNESP/UCDB, a mais-valia pode ser: **a) extraordinária**, quando há elevação da produção sem o aumento do sistema produtivo; nesta situação a exploração do trabalhador é maior (maior produção sem aumento salarial) e, embora devam ser consideradas as horas-extras recebidas pelo trabalhador, o lucro é maior; **b) relativa**: quando parte da mais-valia é aplicada em investimentos, que representam a expansão do sistema produtivo, o que pode até gerar empregos; **c) absoluta:** quando **c.1)** há elevação da produção sem aumento de investimento e sem aumento da jornada de trabalho, ou **c.2)** quando a produção é mantida, embora a jornada de trabalho e o número de trabalhadores sofram redução.

A situação gerada exige medidas saneadoras face à importância do trabalho na vida humana, uma vez que, como vemos em MARX (1996:50)

> *"O trabalho, como criador de valôres-de-uso* [sic], *como trabalho útil, é indispensável à existência do homem, - quaisquer que sejam as formas de sociedade – é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana"*.

Importante observarmos que o trabalho não só mantém a vida humana, mas determina a qualidade de vida na estrutura social na qual o indivíduo se encontra inserido, conferindo-lhe – ou não – a dignidade almejada.

Antes, porém, de observarmos as medidas adotadas pelos governantes nas últimas décadas, ao buscarem ter sob controle o desenvolvimento nacional, ou mesmo fazer qualquer avaliação de seus resultados, vejamos os papéis que foram e/ou são atribuídos e/ou assumidos pelo Estado e pela sociedade civil no sistema capitalista.

## 1.3 O Estado, a sociedade civil e o capitalismo

Segundo RIBEIRO (1986:35-44), *"todas as sociedades são, de alguma forma, politicamente organizadas, mesmo as mais primitivas"*.

A organização política sempre foi uma conseqüência lógica da forma de organização social. Seguindo o raciocínio do autor, vemos que, ao longo da sua história, o homem foi adotando diferentes estratégias para a superação de crises, como a escassez de alimentos - antes coletados e, posteriormente, cultivados -, dentre outras, objetivando o atendimento das próprias necessidades. Parece-nos que tais necessidades foram responsáveis pelo abandono do nomadismo e por sua fixação em determinados espaços, onde passou a desenvolver atividades definidas. Duas conseqüências daí decorreram:

a) as primeiras invenções, que representaram as protoformas dos avanços tecnológicos; e
b) o surgimento de diferenças entre os membros das comunidades humanas, que se instalaram com a divisão social do trabalho.

Os interesses, concentrando-se em áreas também diferentes, constituíram-se elos entre algumas pessoas, que passaram a

compor subgrupos, face à consciência da existência de interesses comuns. Com as diferenças instaladas entre os subgrupos, emergiram conflitos, sempre vencidos, como ainda o são, pelos mais fortes, que passaram a buscar estratégias para se manter no poder – processo no qual a constituição de hábitos foi preponderante.[12]

Conclui o autor:

> *"No momento em que a chefia passa a ter existência (mesmo que abstrata, expressa em símbolos como o cetro ou a deferência da coletividade) independente do chefe, essa chefia se torna uma* ***instituição*** *(...) Com a institucionalização da chefia, institucionaliza-se também o processo sucessório (...)"*. (grifo do autor) RIBEIRO (1986:43)

Qualquer organização pressupõe, ainda, o estabelecimento de normas - como as leis, que regulam a vida em coletividade - que constituem a organização jurídica.

Podemos definir, então, o **Estado** como o **conjunto de instituições que representam a organização política e jurídica da sociedade.**

---

[12] Mencionamos a preponderância dos hábitos cultivados, pois, de acordo com BERGER e LUCKMANN (1999:77-79), os hábitos são os principais responsáveis pelo surgimento de uma instituição, qualquer que seja ela: *"Toda atividade humana está sujeita ao hábito. (...) A institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores. (...) As instituições têm sempre uma história, da qual são produto"*.

É importante ressaltar que a organização social, como afirmamos inicialmente, preexiste ao Estado, cuja criação dela decorre.

SILVEIRA (1998:86-87) faz esta mesma reflexão, citando Boff[13] quando este afirma: *"Não é o Estado que constitui a Nação, mas o contrário"*. O autor continua sua reflexão, afirmando que o Estado não é a sociedade, com suas divisões e antagonismos, nem tampouco é o governo. Não podemos nos surpreender com isto, uma vez que o governo, como bem argumenta o autor, é uma das instituições (o poder executivo) que constituem o Estado, mas não é a única, ou como afirma SILVEIRA (1998:87) *"O governo é uma peça da máquina estatal, ao lado de outras*.

A existência do Estado está, pois, condicionada à sociedade, não havendo possibilidade daquele modificar-se, sem que esta se transforme. Daí a preocupação, dentre os que detêm o poder, em engendrar toda a sorte de obstáculos, de forma a impedir que mudanças sejam efetivadas.

O Estado vem, desde seu surgimento, assumindo inúmeras faces, em locais e épocas diferentes, num processo ininterrupto e com características miméticas das quais deriva a concentração ou descentralização do poder, que podem conduzir ao autoritarismo ou à

---

[13] O autor citado é Clodovis BOFF, em Comunidade eclesial, comunidade política, publicado pela editora Vozes em 1978 (p.88).

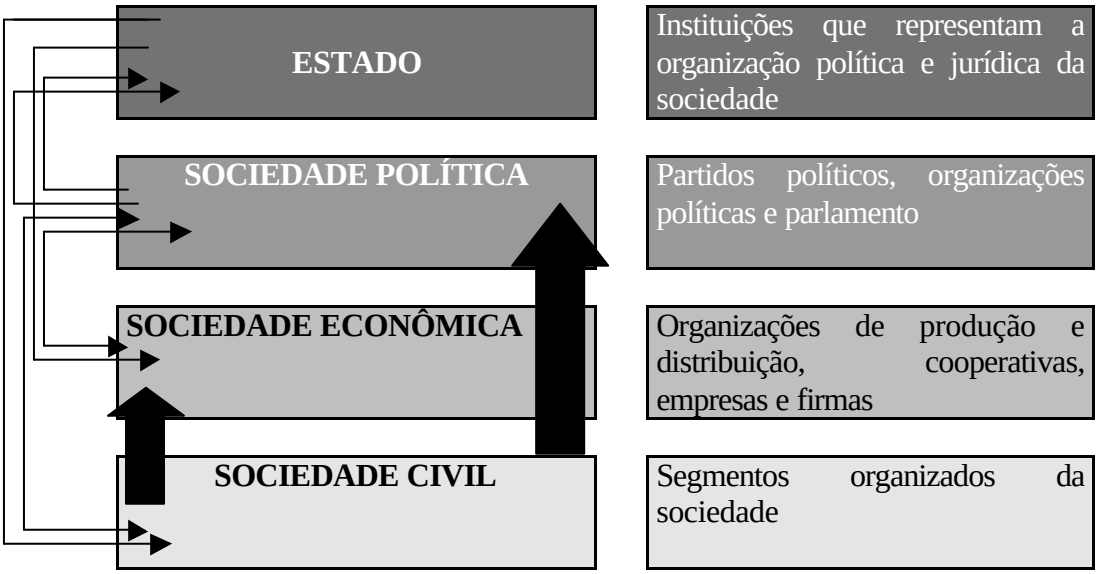
abertura democrática, sempre segundo os interesses da minoria que o detém e a força manifestada pela sociedade civil[14].

Neste contexto, antes de prosseguirmos em nossa análise, devemos permitir que duas preocupações direcionem nosso estudo, favorecendo melhor entendimento quanto aos papéis passíveis de serem desempenhados pelo Estado e pela sociedade civil no mundo capitalista, assim como suas relações.

VIEIRA (1997:44) explica que o conceito de sociedade civil vem sendo associado às lutas desenvolvidas pelos movimentos sociais, que emergiram em contraposição aos regimes totalitários - de direita ou de esquerda - vigentes, por longos períodos, em várias partes do mundo. De acordo com VIEIRA (1997:44-48) - que por sua vez se apóia em Cohen e Arato -, entre o Estado e a sociedade civil, duas outras esferas são encontradas: a sociedade política e a sociedade econômica, o que nos permite afirmar que a sociedade estaria organizada com base na interação de quatro grandes esferas, conforme representação gráfica a seguir.

---

[14] Referimo-nos à **força demonstrada pela sociedade civil** porque, mesmo os regimes totalitários não enfrentam explicitamente a sociedade organizada, para não perderem a legitimidade.




Como o esquema demonstra, a sociedade econômica e a sociedade política são oriundas da sociedade civil, da qual provêm, também, aqueles que organizam, comandam e atuam nas instituições que constituem o Estado.

Deve ser observado, porém, que a sociedade civil é constituída por segmentos com realidades, anseios, problemas e interesses distintos e, por vezes, antagônicos[15]. Diante disto, vemos ser impossível, para qualquer grupo político, representar a **sociedade em sua totalidade**, posto que, é impossível defender, simultaneamente, os interesses de uns e de outros.

---

[15] No sistema capitalista o antagonismo sempre está presente, uma vez que nas relações de trabalho vemos, de um lado o empregador, cujo objetivo é o lucro e, de outro, o trabalhador que procura, através da remuneração obtida com a venda da mão-de-obra, melhores condições de vida, o que significa melhor salário. Ora, para satisfazer os anseios do trabalhador, o lucro do patrão será reduzido, o mesmo ocorrendo em relação ao lucro por este obtido, que sabemos ser proveniente da mais-valia.

VIEIRA (1997:45) afirma:

> *"É necessário distinguir a sociedade civil tanto de uma sociedade política (...) quanto de uma sociedade econômica (...) As sociedades política e econômica surgem da sociedade civil, partilham com ela de algumas formas de organização e comunicação (...) Mas os atores da sociedade política e econômica estão diretamente envolvidos com o poder do Estado e com a produção econômica visando o lucro, que eles procuram controlar e gerir".*

A sociedade política deveria ser a esfera intermediária, que procura identificar os problemas que afetam o segmento que representa (das sociedades civil ou econômica) para, junto aos poderes constituídos (ou Estado), envidar esforços no sentido de viabilizar o apoio necessário para que as soluções mais adequadas sejam encontradas e para que todos os direitos de cidadania, duramente conquistados ao longo dos últimos séculos, sejam respeitados.

Aí vemos, como pano de fundo, o papel do Estado, em seus três níveis (federal, estadual e municipal): viabilizar a implantação de um efetivo Estado Democrático de Direito, tendo como fundamentos, conforme o art. 1º da Constituição Federal:

> *"I – a soberania;*
> *II – a cidadania;*
> *III – a dignidade da pessoa humana;*
> *IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;*
> *V – o pluralismo político"*

A chamada Constituição-Cidadã vai muito mais longe, uma vez que no art. 3º são definidos como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

> *"I- Construir uma sociedade livre, justa e solidária;*
> *II Garantir o desenvolvimento nacional;*
> *III Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;*
> *IV Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, idade e quaisquer formas de discriminação".*

São fundamentos, entretanto, vazios de sentido por não serem devidamente considerados pelos governantes, e, quanto aos objetivos estabelecidos, estes ainda não foram alcançados, o que nos remete à sociedade.

No que concerne à sociedade civil, vemos em VIEIRA (1997:45)

> *"O papel político da sociedade civil não está diretamente relacionado à conquista do poder, mas à geração de influência na esfera pública cultural (...) É verdade que a política da sociedade civil não se resume à contestação realizada, dentre outros, pelos movimentos sociais. Fazer também parte de sua política as formas institucionais normais de participação – votar, militar em partidos políticos, formar grupos de interesse ou* ***lobbies****".* (grifo do autor).

O papel da sociedade civil, através dos diversos grupos que a constituem, é, portanto, exercer influência, direcionando, desta forma, as ações do Estado, gestor dos recursos públicos, para o atendimento de interesses da população; é exercer influência para que o Estado cumpra suas

atribuições, aquelas determinadas pela Constituição Federal; é exercer influência para que aqueles que têm sob seu comando as instituições, que representam a organização política e jurídica da sociedade brasileira, cumpram efetivamente seu papel, percebendo e, principalmente, demonstrando, que se encontram a serviço da nação.

Procurando maior compreensão referente à sociedade civil, encontramos em SEMERARO (1999: 157) que, apesar de Gramsci ter valorizado *"a sociedade civil como o lugar da liberdade, da gestação de culturas e da formação de novos sujeitos políticos"*, outros, antes mesmo de Hegel, Marx e Croce, ainda no século XII, já haviam desenvolvido reflexões sobre o tema. O autor lembra que a sociedade civil teve origem na burguesia e no liberalismo. Com Gramsci, entretanto, não só sua constituição, mas seu sentido ampliou-se, posto que esta passou a ser entendida como o "locus" a ser utilizado por qualquer segmento social, mesmo os subalternos, para organizarem *"suas associações, articularem suas alianças, confrontarem seus projetos sociopolíticos e disputarem o predomínio da hegemonia"*. SEMERARO (1999:159)

Os estudiosos vêm observando, porém, que, na medida que o capitalismo foi se instalando, o Estado distanciou-se da sociedade, como que afirmando tacitamente nada ter a ver com a situação da população pauperizada, sendo constatadas fases diversas. SANTOS (2000:139) demonstra que o surgimento de outras interpretações ao afirmar:

> *"No campo jurídico e político, a 'prova real' do paradigma da modernidade ocorre no século XIX. É justamente nesse período que o capitalismo se torna no modo de produção dominante nos países centrais e que a burguesia emerge como classe hegemónica* [sic]*. Daí para a frente, o paradigma da modernidade fica associado ao desenvolvimento do capitalismo. Seguindo a proposta inicialmente apresentada por Hilferding, e continuada por Offe e outros, divido esse desenvolvimento em rês períodos. O primeiro, o período do capitalismo liberal, cobre todo o século XIX (...); o segundo, o período do capitalismo organizado, começa nos finais do século XIX (...); finalmente, o terceiro período, o do capitalismo desorganizado, começa nos finais dos anos 60 e ainda continua".*

Outros, como WANDERLEY e BONETI, perceberam que na década de 90 foi registrada a maximização da exclusão.

Em WANDERLEY (1997:74) vemos que:

> *"Mendigos, pedintes, vagabundos e marginais povoaram historicamente os espaços sociais, constituindo universos estigmatizados que atravessaram séculos. Porém, é mais precisamente a partir dos anos 90 que uma nova noção – a de exclusão – vai protagonizar o debate intelectual e político".*

No Brasil, o distanciamento entre Estado e Sociedade sempre ocorreu. Na verdade os governantes, até passado recente, não eram sequer questionados pelo povo, cuja aprendizagem não ultrapassou a obediência nos períodos colonial, imperial e ditatoriais, não tendo conhecido, portanto, a verdadeira democracia, ainda por ser conquistada. Durante os nossos quinhentos anos de historia, os governantes distorceram

a realidade a ponto da criatura ser confundida com o criador[16], o que mantém as atribuições de uns e outros em meio a densa névoa, que restringe a visão.

O Estado, criado pela sociedade, é fonte de todos os programas que a envolve e os que estão a serviço do povo agem como se devessem ser servidos, numa total inversão de valores, que sempre foram (e continuam sendo) incorporados pelos segmentos sociais dominados. No Brasil, muitas das decisões governamentais não passam sequer pela análise dos que representam o povo - o poder legislativo: são as medidas provisórias, que já superam a casa das duas milhares, sendo reeditadas tantas vezes quantas forem necessárias até que o executivo, no caso federal, tenha a certeza da sua aprovação. Como resultado desse processo vemos uma população que, em sua maioria, conforma-se com a própria condição, uma vez que muitos são os instrumentos utilizados para a manipulação da mentalidade vigente, que já apresenta sinais de cristalização. VAZQUEZ (1977:200) nos auxilia a identificar as maiores dificuldades daí decorrentes, quando afirma:

> *"Nas condições da sociedade dividida em classes antagônicas, a política compreende a luta de classes pelo poder e a direção e estruturação da sociedade, de acôrdo*

[16] No Brasil, a noção de Estado veio com a força do colonizador. O povo brasileiro, tendo estudado tão pouco, não tem oportunidade, nem condições para reflexões como esta. No senso comum, o Estado é quem manda e o papel político só é desempenhado pelos que representam o povo.

> [sic] *com os interesses e finalidades correspondentes. A política é uma atividade prática na medida em que a luta que os grupos ou organizações travam está vinculada a certo tipo de organização real de seus membros (...); em segundo lugar, ainda que a atividade política seja acompanhada de um choque e contraposição de idéias (...) e essa luta ideológica exerça uma influência indubitável nas ações políticas reais, concretas, o caráter prático de atividade política exige formas, meios e métodos reais, efetivos, de luta (...) Em terceiro lugar a atividade política gira em tôrno* [sic] *de conquista, conservação, direção ou contrôle* [sic] *de um organismo concreto como é o Estado. O poder é um instrumento de importância vital para a transformação da sociedade".*

Assim, como esperar que a população brasileira, que por tão pouco tempo ocupa os bancos escolares, possa ser capaz de fazer uma leitura de mundo no tempo presente, se o pouco que conhece da história de seu país e do povo ao qual pertence é parte de uma estória de heróis, em sua grande maioria, fabricados, enquanto que muitos dos homens e mulheres que lutaram anonimamente por mudanças não chegaram a "fazer" a história[17]?

Como esperar que a população brasileira possa organizar-se, se tem que trabalhar tão duramente pela sobrevivência, que o pouco tempo que lhe sobra já é insuficiente até para o repouso?

---

[17] José Antônio SOLA (1989:8) em abordagem relativa a Canudos, afirma: *"Infelizmente só se passa aos estudantes (...) a idéia de que o Brasil se desenvolveu e evoluiu graças ao desempenho de grandes heróis (...). Canudos não consta nos livros, pois retrata um momento em que o povo toma consciência de sua realidade social e, questionando-a, decide romper com o sistema. Também porque foi um dos principais movimentos de contestação ao governo central, tanto assim que os governantes tiveram que se armar como para uma guerra, para poderem destruí-lo".*

Como esperar encontrar senso crítico num povo que sempre se viu pequeno e sem valor, e que de tanto sofrer, aguardando um futuro que nunca chegou, deixou até de sonhar?

São perguntas cujas respostas pretendemos encontrar ao longo de nosso estudo.

# CAPÍTULO II

# AS POLÍTICAS SOCIAIS E O CAPITALISMO

## 2.1 Política: um conceito e uma ação

BOBBIO (1998:954) afirma que o termo **política**, embora signifique, por derivar de **pólis** (politikós), *"tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social (...)"*, após a publicação da obra de Aristóteles – **Política** – adquiriu outra conotação, como veremos adiante.

O mesmo autor ensina que o conceito de política, usado originalmente para referir-se ao estudo das *"coisas do Estado"*, foi sendo substituído com o tempo, passando a referir-se às atividades ou práxis humanas, sempre associado ao poder de um ou mais seres humanos sobre outros, já que tais atividades envolvem processos desencadeados por algum tipo de interesse[18]. Objetivando avaliar os diferentes tipos de poder, vemos em BOBBIO (1998:955) que,

> *"Há várias formas de poder do homem sobre o homem; o poder político é apenas uma delas. Na tradição clássica, que remonta especificamente a Aristóteles, eram consideradas três formas principais de poder: o poder paterno, o poder despótico e o poder político. Os critérios de distinção têm sido vários (...). Em Aristóteles se entrevê a distinção baseada no interesse daquele em benefício de quem se exerce o poder: o paterno se exerce pelo interesse dos filhos; o despótico, pelo interesse do senhor; o político, pelo interesse de quem governa e de quem é governado, o que ocorre apenas nas formas corretas de Governo (...)".*

Tendo como objetivo a defesa de algum tipo de interesse, torna-se evidente o caráter teleológico da política, uma vez que, antevendo os resultados ideais, as atividades que lhe são intrínsecas são voltadas para determinado fim. Por isso o termo também é utilizado para designar conjuntos de ações voltadas para a consecução de objetivos, que, conforme

---

[18] O autor, explicitando a associação existente entre política e poder, cita HOBBES, que define o poder como *meios adequados à obtenção de qualquer vantagem"* e RUSSELL, que o define como "*conjunto de meios que permitem alcançar os efeitos desejados"* (BOBBIO, 1998:954).

PEREIRA (1994:02) "*requerem participação ativa do Estado no planejamento e execução de procedimentos e metas voltados para a satisfação coletiva*", como as políticas sociais, educacionais, econômicas, agrárias ou ambientais, dentre outras.

Embora a política deva ser entendida como uma atividade humana - desenvolvida em qualquer situação, portanto -, face aos interesses definidos neste estudo, restringiremos nossa análise ao campo das políticas sociais.

## 2.2 As Políticas Sociais Públicas no Brasil

Segundo DEMO (1996:14), as políticas sociais podem ser ou não públicas, uma vez que deve ser considerada a existência das políticas sociais empresariais, sindicais, acadêmicas e religiosas, dentre outras.

Concentrando nossa atenção nas Políticas Sociais Públicas e valendo-nos, ainda, do raciocínio de DEMO (1996:14), podemos afirmar que estas são propostas institucionais que objetivam a redução das

desigualdades sociais e supõem planejamento, por representarem possibilidades de intervenção no processo histórico.

Aqui encontramos, entretanto, as primeiras controvérsias, uma vez que, embora possa haver consenso no fato de que qualquer política social deve ter como pressuposto a existência de desigualdades, a interpretação de suas causas, associada a alguns conceitos - como pobreza e direitos -, pode indicar diferentes caminhos na busca por alternativas de solução, o que significa afirmar que as políticas sociais são delineadas ou não, segundo a visão que se tem da própria desigualdade.

Neste contexto DEMO (1996:14-18) apresenta, inicialmente, três diferentes posturas referentes ao caráter da desigualdade, que pode ser entendida como decorrente de aspectos históricos, histórico-estruturais e/ou apenas estruturais, conforme detalhamos a seguir.

a) Histórica - a desigualdade surge na história, com a *"introdução da propriedade privada e em seguida do trabalho assalariado"*. Neste caso a desigualdade está relacionada ao surgimento do capitalismo e poderá ser suprimida com a eliminação da mais-valia. Segundo DEMO (1996:15), nesta situação as políticas sociais perdem a finalidade, uma vez que a desigualdade pode e deve ter outra solução, encontrada também na história, através da mudança de sistema econômico.

**b)** A segunda postura – estrutural - confere à desigualdade características estruturais, ou seja, de uma forma ou de outra estará sempre presente, podendo, entretanto, ser minimizada pela adoção de estratégias corretas, como o desenvolvimento de processos efetivamente democráticos e, neste caso, conforme afirma DEMO (1996:16), a *"Política Social é importante e necessária"*.

c) Visão histórico-estrutural – oposta à primeira concepção, vê a desigualdade como determinada pela história.Neste contexto a Política Social *"(...) poderia reconhecer a igualdade e arquitetar modos de acomodação, mas nunca chegar a propostas de redução substancial"* (DEMO, 1996:16).

Como se pode observar, apenas os que interpretam a desigualdade segundo a visão estrutural defendem a adoção de políticas voltadas para sua redução. DEMO menciona, ainda, considerações de alguns autores de que a política social torna-se inviável no sistema capitalista pelo fato da exploração ser dele imanente, ponderando, posteriormente, que é exatamente no capitalismo, pelas desigualdades existentes, que tal política é mais necessária.

A desigualdade, neste caso, é sempre relacionada à pobreza material - classificada por DEMO (1996:19-23) como **pobreza socioeconômica** - por tratar-se do aspecto aparente, que pode ser

quantificado, deixando de ser percebidos ângulos muito mais profundos, nos quais estão configurados os maiores obstáculos para a superação daquilo que poderia ser uma etapa na vida de alguns segmentos sociais: a **pobreza política**, resultado da pressão exercida pelos valores hegemônicos existentes na superestrutura, que impede grande parcela da população brasileira de:

- ter consciência de si e de mundo, de ver-se, portanto, num mundo para-si;
- perceber a sociedade em sua totalidade, com as desigualdades e contradições ai presentes;
- identificar os próprios interesses, observando que seus problemas não são só seus, mas são comuns aos que pertencem à sua classe social;
- organizar-se para, defendendo os interesses comuns, tornar-se efetivamente sujeito da própria existência;
- exercer a cidadania, deixando de ser objeto de manipulação dos poderosos.

Esta análise nos auxilia a perceber que a **política social**, além de **compensatória**, uma vez que deve atender às necessidades mínimas dos que dela se utilizam, deve ser caracterizada também como **preventiva**, contribuindo de maneira efetiva para que determinadas situações sejam evitadas, **redistributiva**, na medida em que interfere na

concentração de renda, **universal,** possibilitando a todos, de maneira equânime, o acesso às oportunidades e **emancipatória**, associando, no dizer de DEMO (1996:23) a *"autonomia econômica com autonomia política"*, o que certamente favorecerá o exercício da cidadania, possibilitando o surgimento de um nova sociedade: mais justa e, portanto, menos desigual.

PEREIRA (1994:01) observa que nunca se falou tanto em política social como atualmente, embora, no Brasil, não haja clareza quanto ao sentido que o termo apresenta, o que podemos complementar: pela ocorrência da pobreza política, como denomina DEMO. Política Social, no entanto, *"tem identidade própria"* no dizer da autora, que conclui:

> *"Refere-se a programa de ação que visa, mediante esforço organizado, atender necessidades sociais cuja resolução ultrapassa a iniciativa privada, individual, espontânea, e requer decisão coletiva regida e amparada por leis impessoais e objetivas, garantidoras de direitos (...) a política social é uma espécie, dentre outras, do gênero política pública (...) embora as políticas públicas sejam reguladas e freqüentemente providas pelo Estado, elas englobam preferências, escolhas e decisões privadas podendo (e devendo) ser controladas pelos cidadãos. Política pública expressa, assim, a conversão de decisões privadas em decisões e ações públicas, que afetam a todos"*. PEREIRA (1994:1-2)

A política social pública deve ser o instrumento utilizado pelo poder público com vistas ao respeito devido aos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal em vigor[19]. Por isso, segundo o

[19] Cf. Constituição Federal: artigo 6º, complementado pelos artigos 192 e 193.

mesmo autor, deve ser entendida como direito e não como uma mera concessão de favores, devendo, pelas características que apresenta, ser desenvolvida em três linhas, que se complementam: políticas assistenciais, políticas participativas, e políticas socioeconômicas.

### 2.2.1 Políticas assistenciais

As políticas assistenciais envolvem a assistência, por parte do poder público, direcionada aos segmentos populacionais que não dispõem de condições para o atendimento das necessidades básicas, - sendo, portanto, compensatórias - devendo garantir-lhes o direito, não somente à sobrevivência, mas a uma vida digna.

Considerando situações diversas, DEMO (1996:26-32), lembra que a própria Constituição determina a prestação de assistência aos grupos vulneráveis[20], devendo em tais grupos ser incluídos tanto a criança e o adolescente em situação de risco, quanto os deficientes impossibilitados de trabalhar; os idosos que não dispõem de quem deles se responsabilize; os presos; os que apresentam doenças infecto-contagiosas e os mendigos, dentre outros.

---

[20] "A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social" - Art. 203.

### 2.2.2 Políticas participativas

Quanto às políticas participativas, são assim classificadas aquelas que, através do oferecimento de determinados serviços, favorecem o exercício da cidadania sendo mencionadas à guisa de exemplos, por DEMO (1996:39-40), as políticas educacionais, culturais, de comunicação, de defesa da cidadania, de conquista de direitos, de organização da sociedade civil, partidárias, de justiça, sindicais e de segurança pública. São, como vemos, emancipatórias, preventivas e redistributivas.

O próprio autor considera, porém, que as políticas participativas, embora públicas, são originárias da própria sociedade civil, sendo apenas normatizadas pelo Estado. Acrescentamos, a este raciocínio, o fato da cidadania ser sempre objeto de conquista popular, não podendo, portanto, ser entendida como concessão do poder público.

### 2.2.3 Políticas socioeconômicas

As políticas socioeconômicas põem em relevo as características redistributiva e emancipatória da política social e, associando as áreas social e econômica, voltam-se para a reinserção dos excluídos no

processo produtivo e/ou elevação da renda familiar, como forma de reduzir as desigualdades existentes.

Dentre as políticas que DEMO (1996:33-37) define como socioeconômicas, destacamos:

> *"(...)*
> *a) políticas de emprego, que são ao mesmo tempo a forma mais estrutural de redistribuir renda, seja no setor dito formal, seja no setor dito informal (...);*
> *b) políticas de apoio às formas de microprodução, com vistas a ocupar espaço sólido no mercado agrícola ou urbano (...);*
> *c) políticas de profissionalização da mão-de-obra, algo certamente dependente do mercado de trabalho (...) mas relevante como estratégia de preparação, adequação, retreinamento, etc.; (...)".*

A esses, o autor acrescenta os programas como o do Seguro-Desemprego e o da Reforma Agrária.

Apesar de entender que as três linhas não podem ser dissociadas, concentraremos nossa atenção nas políticas socioeconômicas e educacionais, pelo fato de nosso interesse estar voltado para o aprofundamento de uma realidade que envolve essas duas áreas: as oportunidades de trabalho e a formação que tal exercício requer, e por sabermos que ambas sempre se apresentaram associadas quando se trata de desenvolvimento social.

## 2.3 Políticas educacionais e socioeconômicas brasileiras dos anos 30 aos anos 90: interesses e estratégias

Procurando entender a relação existente entre as faces participativa, distributiva e emancipatória das políticas sociais e o sentido que as políticas sociais têm para os governantes, observaremos o período compreendido entre as décadas de 30 e 90, no qual fases diversas foram vivenciadas, daí decorrendo as diferentes políticas adotadas pelos governos que se sucederam.

Entendemos que o estudo comparativo dessas políticas e da situação dos trabalhadores em cada período pode ser significante, pois poderá contribuir para que entendamos os interesses defendidos, as estratégias adotadas e suas conseqüências.

Para facilitar a análise e exposição deste item, o período considerado foi dividido em três fases, que coincidem com as diferentes etapas vivenciadas pela nação brasileira:

1) a primeira, de 1930 a 1964, abrangendo, portanto o período chamado populista-desenvolvimentista, de Vargas a Kubistcheck, passando pela gestão de Quadros e Goulart, até o golpe de 64;
2) a segunda, de 1964 a 1985, perpassando o período ditatorial; ea terceira, de 1985, período que se inicia na "nova república", chegando até o final da década de 90.

## 2.3.1 - 1930-1964: da crise de 29 ao regime militar

Período iniciado logo após a crise de 1929, em decorrência da qual a economia mundial foi redirecionada, seguindo novo modelo. No Brasil, segundo informações contidas no "site" do Ministério da Educação – MEC, vemos que em 1930 foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública (Decreto nº. 19.402, de 14/11/30)[21], e algumas determinações constitucionais promoveram alterações no ensino. Como se percebe o Estado assumiu a responsabilidade pelo ensino[22] no momento em que isto se tornou interessante, já que, com a implantação de indústrias, seria necessária mão-de-obra qualificada. Segundo FREITAG (1986:52)

> ***"****A política educacional do Estado Novo não se limita à simples legislação e sua implantação. (...) visa, acima de tudo, transformar o sistema educacional em um instrumento mais eficaz de manipulação das classes subalternas. Outrora totalmente excluídas do acesso ao sistema educacional, agora se lhes abre generosamente uma* ***chance****. São criadas escolas técnicas profissionalizantes ('para as classes menos favorecidas')".*[23]

---

[21] O Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública era, na verdade, uma Secretaria de Estado, cujo regulamento foi aprovado em 05/01/31, pelo Decreto nº. 19.560. Através da Lei nº. 378/37 transformou-se em Ministério da Educação e da Saúde Pública.

[22] Em FREITAG (1986:50) vemos referência à criação, em 1890, do Ministério de Instrução, Correios e Telégrafos, que parece não merecer destaque, tanto por não serem encontrados comentários relativos aos procedimentos então adotados, quanto por sua existência efêmera, já que foi extinto após dois anos.

[23] FREITAG (1986:54) demonstra os avanços obtidos, ao comparar o número de estabelecimentos de ensino técnico industrial de 1933 (133) e 1945 (1368), assim como o número de alunos neles matriculados: em 1933, 14.693 alunos encontravam-se matriculados, número que se elevou para 65.485 em 1945.

Conforme vemos em FREITAG, a Constituição Federal de 46 havia determinado a elaboração de novas leis e diretrizes para a educação. Assim, em 1948 foi encaminhado, pelo então Ministro da Educação, Clemente Mariani, para a avaliação dos parlamentares, projeto de lei relativo à Educação, que, pelas características consideradas progressistas, permaneceu esquecido por longos anos, sendo o texto definitivo, após, certamente, inúmeras adequações e tantas outras alterações, sancionado somente em 1961 (Lei nº. 4.024, de 20/12/61). Sobre o texto original, afirma FREITAG (1986:56):

> *"(...) expressão das preocupações populistas (...) procura corresponder a certas ambições das classes subalternas. A burguesia nacional (...) abre (...) algumas concessões às classes camponesa e operária. Primeiro, propondo a extensão da rede escolar gratuita (primário e secundário), segundo, criando a equivalência dos cursos de nível médio (inclusive técnico) (...)"*.

De 50 a 60 continuaram em vigor os programas implantados (escolas técnicas profissionalizantes), uma vez que os interesses não tinham sofrido alterações. Comprova nossa afirmação o fato da Educação somente em 1953 ter sido desvinculada da Saúde, com a criação do Ministério da Educação e Cultura.

Em 1957, conforme, ainda, FREITAG (1986:57), novo projeto de lei contemplando a Educação foi encaminhado à Câmara: o substitutivo Lacerda, que procurava *"reduzir ao máximo o controle da*

*sociedade política sobre a escola, restituindo-a, como instituição privada, à sociedade civil"*. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 61, foi uma síntese dos dois projetos (Mariani e Lacerda), refletindo, como afirma FREITAG (1986:58) *"as contradições e os conflitos que caracterizam as próprias frações de classe da burguesia brasileira"*.

Na área econômica a meta era a redução das importações, através do fortalecimento do parque industrial (implantação da indústria, o que, face aos altos custos, foi assumido por empresas estatais). Vemos, em MENDONÇA (1996:272), dados que comprovam a afirmação.

**Quadro nº. 02**
**BRASIL: modificações estruturais na economia**
**1933-1945**

**Taxas anuais de crescimento (%)**

| PERÍODO | AGRICULTURA | INDÚSTRIA | TOTAL |
|---|---|---|---|
| 1933-1939 | 4,1 | 2,8 | 3,9 |
| 1939-1945 | 1,7 | 5,4 | 4,9 |

Fonte: Villela e SUZIGAN[24] apud Sônia Regina Mendonça (1996:272)

Os objetivos foram alcançados e o setor privilegiado foi o da produção industrial de bens de consumo correntes. (MENDONÇA e

[24] Aníbal VILLELA e Wilson, SUZIGAN. *Política do governo e crescimento da economia*. RJ: IPEA, 1975.

FONTES, 1996:8). A preparação do cenário para o desenvolvimento dos planos estabelecidos, teve início nos anos anteriores, uma vez que Vargas, segundo FALEIROS (2000:45-46), com o intuito de controlar a força de trabalho necessária, no sentido de evitar movimentos operários que interferissem nos programas estabelecidos, desenvolveu política trabalhista e implantou *"um sistema de seguro social"*, enquanto estimulava o que chamava *"colaboração de classes"* . As ações de controle foram, aos poucos complementadas, com a criação do Ministério do Trabalho, a Consolidação das Leis Trabalhistas, e a implantação da Legião Brasileira de Assistência – LBA, em princípio voltada para as famílias dos pracinhas que lutavam na II Guerra, sendo suas ações, posteriormente, direcionadas para a infância e maternidade.

A partir da década de 50, o processo de industrialização não só prosseguiu como se intensificou. As oportunidades de trabalho nas áreas urbanas, somadas à falta de legislação trabalhista que amparasse o homem do campo, estimularam o êxodo rural (conforme demonstra o Quadro nº. 01), favorecendo o capitalismo, que era beneficiado:

- pela existência de exército de reserva que se formou e pela falta de organização dos trabalhadores, o que mantinha em baixa os salários;
- pela rede de suporte à indústria que, neste contexto, constituiu-se elemento de significativa importância: eram as oficinas de "fundo de

quintal", barateando o custo de produção (MENDONÇA e FONTES, 1996:16).

Entre 1956 e 1960 o objetivo maior era estimular os investimentos estrangeiros no país. Os setores privilegiados eram o automobilístico e o de eletrodomésticos.

Embora o crescimento econômico tenha ocorrido, outras conseqüências foram sentidas, como a elevação das importações e o desvio de recursos financeiros para as matrizes. A política fiscal, conservadora, favoreceu a concentração de capitais, o que redundou na *"estruturação monopolista do setor"*, concentração de renda. Os empregos gerados eram nas áreas técnica e administrativa (considerado o nível de escolaridade na época, restritos a pequena parcela da população) e os salários foram mantidos sob maior controle. (MENDONÇA e FONTES, 1996:8-9).

De 61 a 64, com a ascensão de Goulart ao poder, novas propostas foram delineadas, sendo registrada grande mobilização popular. Iniciou-se impasse entre legislativo (conservador) e executivo (progressista), face à discussão das reformas de base [25]. O movimento

[25] As reformas de base contemplavam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, a Reforma Agrária e o desenvolvimento de lutas imperialistas. Conforme Sônia Regina MENDONÇA (1990:311-312) *"o censo de 1960 fornece amplo material para a análise da questão agrária n Brasil, destacando-se, desde logo, o fato de que, dos 8.510.000 km², apenas 31% encontravam-se ocupados, e nem sempre de forma efetiva, com 3.350.000 propriedades (...)"*. A autora menciona, ainda, que a ocupação era, como ainda é, extremamente desigual, com 0,9% das propriedades (com mais de 1000 há.) ocupando 47,3% do total de terras, 9,5% do total de propriedades (de 100 a 1000 há.) ocupando 32,5% da área cadastrada e 36,5% das propriedades (com menos de 100 há.), ocupando 10,8% da área total.

sindical tornou-se expressivo e greves foram desencadeadas em vários setores. Em 1962 iniciou-se período de recessão que perdurou até 1967 (MENDONÇA e FONTES, 1996:13-14).

### 2.3.2 - 1964-1985: do golpe militar à abertura

Embora desde 1961, ainda no governo Goulart, tenham sido implantados programas compensatórios de combate ao analfabetismo, dentre os quais deve ser destacado o desenvolvido pela igreja católica – **Movimento de Educação de Base – MEB**, e o executado pela prefeitura de Natal, RN – **"De pé no chão também se aprende a ler"**, conforme vemos em WEREBE (1997:221-227), o analfabetismo no Brasil foi reduzido apenas *"em termos percentuais,* (já que) *em números absolutos há cada vez mais analfabetos, pois este progresso não acompanha o crescimento da população"*. O problema, portanto, não tinha sido (como ainda não o foi) equacionado. Apesar dos índices apresentados no Quadro nº. 3, demonstrarem avanços, em 01/07/97 a Folha de S. Paulo[26] publicou matéria informando que a *"taxa oficial de analfabetismo"* era "*da ordem de*

[26] Jornal "FOLHA DE S. PAULO apud ALMEIDA (1996:155)".

*18%*". A matéria mencionava, ainda, que tais dados não retratavam a realidade,

> "(...) *por derivar de conceitos antiquados, estabelecidos pela UNESCO em 1958 e não mais adotados, uma vez que '(...) a exigência de quatro anos de escolaridade é requisito mínimo para que alguém não seja considerado um analfabeto funcional'"* (ALMEIDA, 1996:156)[27]

**Quadro nº. 3**
**BRASIL: analfabetismo**
**(1940-1980)**

| POPULAÇÃO | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 |
|---|---|---|---|---|---|
| Com mais de 15 anos | 23.709.769 | 30.249.423 | 40.278.604 | 54.008.604 | 73.541.943 |
| Pessoas analfabetas | 13.269.381 | 15.272.632 | 15.964.852 | 18146.977 | 18.716.847 |
| Índice analfabetismo | 56% | 50,5% | 39,6% | 33,6% | 25,5% |

Fonte: IBGE/Censo demográfico 1940,1950,1960,1970,1980 apud WEREBE (1997:227)

No período ditatorial foi instituído o **Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL** - também classificado como compensatório - que, segundo dados divulgados pelos organizadores do programa[28], *"alfabetizou 11,3 milhões de pessoas entre 1970 e 1977,*

[27] De acordo com os novos critérios a taxa de analfabetismo brasileira passa a ser considerada uma das mais elevadas do mundo: 39%.

[28] Segundo WEREBER (1997:229) a manipulação vergonhosa de dados foi desmentida em 1977 pela PNAD, através dos dados reais publicados em 1979. A autora complementa: *"Na verdade o MOBRAL foi um malogro total, seja nas suas intenções eleitoreiras, seja na intenção de promover a alfabetização das grandes massas de iletrados no país"*.

*através do Programa de Alfabetização Funcional"* reduzindo a taxa de analfabetismo para 14,2% (WEREBE, 1997:229).[29]

As Leis 5.540/68 e 5692/71, vigorando em regime de repressão, estimularam a privatização do ensino, a exclusão de parcela significativa das classes populares do sistema educacional, a institucionalização do ensino profissionalizante de 2º grau[30] e o tecnicismo pedagógico. O Conselho Federal de Educação, através do parecer 45/72, relacionou 130 habilitações técnicas que poderiam (mas não o foram) ser adotadas pelas escolas. A medida exigia que as unidades de ensino fossem equipadas adequadamente, o que não ocorreu em todas as regiões do país, favorecendo a distinção entre discurso, legislação e prática. Ainda neste período, foi sancionada a lei 7.044/82, pelo General João Figueiredo, revogando o ensino profissionalizante.

Como vemos, a educação formal no Brasil foi sempre concebida de acordo com os interesses dos governantes e, no período em questão, o que se queria era um povo submisso, cordato e que, de preferência, não estabelecesse nexos entre medidas e interesses, acreditando, portanto, no discurso governamental.

---

[29] O Movimento Brasileiro de Alfabetização apresentava, como aspecto subliminar, a intenção de cooptar os estudantes, objetivando a redução da resistência ao regime em vigor.

[30] O ensino profissionalizante tinha como objetivo maior adequar o ensino à ideologia vigente: **desenvolvimento com segurança**.

A ditadura militar trouxe em seu bojo, como todo regime totalitário, uma série de medidas que restringiram a liberdade individual:

a) fim do direito de greve, das associações de camponeses, das organizações populares;
b) fim da estabilidade no emprego, com a criação do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e início do chamado arrocho salarial – medidas essas que mantinham o povo no seu "devido lugar".

Buscando conquistar legitimidade, o governo voltou-se para o combate à inflação. (MENDONÇA e FONTES 1996:20)

Em 1965, alterações na legislação trabalhista e na política salarial, tinham, como vemos em ERICKSON, objetivos tríplices:

> *"1º) a sujeição dos trabalhadores a um verdadeiro programa de poupança forçada; 2º) a criação de um novo sindicato, com funções bem mais assistencialistas – e menos políticas -, que impedisse uma organização efetiva da classe trabalhadora; e 3º) o fortalecimento da estrutura sindical e corporativa enquanto alicerce da coesão social"*. (ERICKSON 1979:209, apud MENDONÇA e FONTES 1996:22-23).

Esses eram alguns dos elementos necessários para a redução das pressões exercidas pelos trabalhadores ou por seus representantes, favorecendo a concentração do poder então exercido pelo executivo. Como conseqüências foram obtidas: a subordinação crescente do trabalhador à disciplina da fábrica e a redução das pressões pela falta de

estabilidade, o que, em síntese, representava tanto a manipulação do trabalhador, quanto vantagens, como a elevação da produtividade e o crescimento econômico. O preço foi pago, como sempre, pelo trabalhador, sendo considerados indicadores da exploração então vigente: a desnutrição crônica popular e a elevação da mortalidade infantil e dos acidentes de trabalho, assim como das doenças epidêmicas.

A idéia central defendida era o liberalismo econômico, também com graves conseqüências, como a recessão, a concentração de capital, a restrição do crédito, o estrangulamento da pequena e média empresa. Como resultado assistiu-se às falências das mais frágeis e às fusões de outras. Tudo isto representou o fortalecimento das multinacionais, aumentando a dependência brasileira no mercado internacional, já que além da remessa de lucros para as matrizes, o investimento em equipamento e tecnologia (direitos e assistência técnica) elevou-se cada vez mais: caminho sempre seguido pelos que não oferecem o apoio devido à ciência.

A estratégia adotada foi a elevação da produção destinada à exportação, mais precisamente à monocultura, com maiores investimentos na agricultura voltados para a produção e beneficiamento de soja, o que teve como desdobramento, por se tratar de atividade totalmente mecanizada, a substituição do trabalho braçal pelo maquinário agrícola.

Em 66, conforme nos lembra FALEIROS (2000:47-48), os institutos de aposentadoria e pensão foram unificados, através da criação do

Instituto Previdência de Seguridade Social – INPS, cuja ação foi estendida *"aos trabalhadores rurais (1971), aos empregados domésticos (1972), aos jogadores de futebol (1973) e aos ambulantes (1978)*"

Entre 1968 e 1974 ocorreu o chamado "milagre". A economia legitimava o poder ditatorial, uma vez que a estrutura técnica e financeira do capital apresentaram um salto qualitativo. O favorecimento das empresas multinacionais prosseguia (das 5.113 maiores empresas brasileiras, 30% eram mantidas por capital estrangeiro) e a excessiva divulgação dos sucessos na área econômica visava dar maior popularidade ao presidente buscando, assim, legitimar um regime de força.

A partir de 1973 o milagre dava os primeiros sinais de esgotamento, com indicações de que a economia entraria em recessão, o que efetivamente ocorreu. As taxas de crescimento entraram em queda e o arrocho salarial continuou[31], tendo início a chamada política de distensão[32]. Neste período procurou-se reduzir o "deficit", através da redução de importações e implementação da produção interna. A economia estava em crise, mas o governo, ignorando as alterações apresentadas pelo cenário internacional, voltou-se novamente para as áreas de siderurgia, hidrelétricas, química básica e mineração, desviando os investimentos com o intuito de desestimular o setor de bens duráveis. Foram definidos os

[31] Em 1974 o valor real do salário mínimo era equivalente a pouco mais do que a metade do valor apresentado em 1940.
[32] Abertura – lenta e gradual – objetivando a redemocratização do país.

novos pólos industriais (Trombeta e Carajás), enquanto outras medidas valorizavam mais e mais os papéis (o valor das LTN e ORTN subiu de 47,8 bilhões /74 para 240 bilhões/77).

Começaram as reações populares e o movimento sindical, reanimado, encetou luta pelo reajuste salarial. A especulação, face a pouca credibilidade dos governantes, assumiu o lugar da produção como meio de enriquecimento, sendo o trabalho substituído por aplicações do tipo "overnight" e "open-market", o que veio a contribuir para com a elevação da inflação e da recessão.

Em 1979 as greves trabalhistas se sucediam, sendo constatado que 75,9% do movimento correspondia ao ocorrido no parque industrial, demonstrando que medidas que viabilizassem o crescimento econômico não mais podiam ser adiadas. Dentre as possibilidades, optou-se por uma: recorrer ao Fundo Monetário Internacional, que, a partir daí, em função de empréstimos efetuados ao governo brasileiro, passou a controlar explicitamente a economia nacional.

Antes de prosseguirmos no levantamento pertinente às origens de alguns dos nossos problemas, ou seja, as diversas dimensões da desigualdade, é interessante observarmos que, se compararmos os dados relativos à distribuição de renda nos anos 60, 70 e 76, destaca-se o fato de que os 20% mais ricos tiveram elevação na participação da renda nacional

da ordem de 13%, enquanto que a participação dos 50% mais pobres, na renda nacional, apresentou queda de 5,91%, conforme quadro a seguir.

**Quadro nº. 04**
**BRASIL: distribuição da renda**
**(1960-1976)**

(Dados em %)

| POPULAÇÃO REMUNERADA | PARTICIPAÇÃO | | |
|---|---|---|---|
| | **1960** | **1970** | **1976** |
| 50% mais pobres | 17,71 | 14,91 | 11,80 |
| 30% Seguintes | 27,92 | 22,85 | 21,10 |
| 15% Seguintes | 26,66 | 27,38 | 28,00 |
| 05% mais ricos | 27,69 | 34,86 | 39,00 |
| **TOTAL** | **100,00** | **100,00** | **100,00** |

Fonte: GUIMARÃES (1981:150)[33] apud MENDONÇA e FONTES (1996:32)

### 2.3.3 – De 1985 ao final da década de 90: o processo de redemocratização e a adoção do ideário neoliberal

Neste período, se preocupações pareceram permear o poder público, as alternativas de solução foram pouco significativas quanto aos resultados. WEREBE (1997:262-3) registra a distância existente entre o discurso e a realidade, uma vez que tanto se fala em redemocratização e tantas são as desigualdades apresentadas pela realidade, que não se renova: desigualdades entre as oportunidades de acesso e permanência na escola; entre aos índices de analfabetismo das áreas urbana e rural; entre as várias

[33] Alberto Passos GUIMARÃES. *As classes perigosas.* RJ: Graal, 1981. p.150

regiões do país[34] e entre as etnias, dentre outras. A autora comenta, ainda, as perspectivas oriundas do Plano Decenal de Educação para Todos - de 1993 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei 9394/96. Sobre a LDB, lembra que o projeto original, de 1988, foi encaminhado à Câmara Federal em 1989, recebendo 923 emendas da Comissão de Educação e mais 1.264 em Plenário, totalizando 2.187 emendas, que o transformam em uma grande colcha de retalhos. Quanto ao Plano Decenal, vemos que, embora a educação seja **para todos** e os dados oficiais[35] comprovem que a escola acolhe 96% das crianças em idade escolar, a qualidade do ensino deixa – e muito – a desejar, sendo as condições das unidades de ensino piores à medida que ocupam áreas mais periféricas, razão pela qual a autora citada comenta:

> *"As desigualdades econômicas e sociais se refletem no sistema educacional. Assim, ao lado de uma elite bem educada, formada em boas escolas, encontra-se uma população analfabeta ou semi-alfabetizada que não conseguiu ingressar no sistema escolar ou foi dele excluída precocemente"*.(WEREBE, 1997-283).

Concordamos com a autora e nossa experiência nos permitiu observar que a gravidade apresentada pelas condições do ensino básico e médio é também constatada no nível superior, chegando mesmo a,

---

[34] Werebe, sobre as desigualdades regionais, afirma que, no que concerne ao analfabetismo, em 1987 a região Nordeste registrava índice de 45,6%, enquanto na região Sudeste o mesmo índice atingia 18,2% .

[35] No "site" do Ministério da Educação, sob o título Palavras do Ministro é divulgado: "*A taxa de escolarização líquida da população de 7 a 14 anos passou de 91% em 1994 para 96% em 1998"*.

de certa forma, comprometê-lo, especialmente nos cursos em que a concorrência no processo seletivo – o vestibular – não é significativa.

O cenário internacional encontrava-se em plena transformação. Desde 1979, época em que o movimento sindical foi intensificado no Brasil, medidas adotadas pelos países de capitalismo avançado começavam a enfraquecer as lutas trabalhistas, amordaçando, com a ameaça implícita no desemprego emergente, trabalhadores de todas as áreas: políticas neoliberais, resgatadas em princípio pela Inglaterra, começaram a ganhar espaço.

Em 1985, no Brasil, o primeiro governo civil após duas décadas de ditadura, embora ainda através de eleições indiretas, assumiu o poder. Do governo Sarney esperava-se muito e vemos, hoje, que neste período, sob um "slogan" populista *"Tudo pelo Social"*, procurou-se atender a muitas das necessidades do povo, embora o saldo não tenha sido positivo. Dentre os mais relevantes podemos destacar a implementação de programas de complementação alimentar; o início da implantação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (Decreto nº. 91.766 de 10/10/1985) - 21 anos após ter sido sancionado o Estatuto da Terra (Lei nº. 4.504, de 30/11/64). Paralelamente alguns setores da indústria nacional foram, em meio a muitos protestos, protegidos; sucessivos planos econômicos desenvolvidos, numa tentativa de minimizar a inflação, que já atingia índices preocupantes; e, sobretudo, procurou-se estimular a participação

popular, tanto nos programas como o de distribuição do leite – quando os líderes comunitários eram responsáveis pela seleção e atendimento dos usuários - quanto em tarefas de fiscalização[36], podendo, tais fatos, terem sido o embrião das manifestações populares que passaram, posteriormente, a ocorrer no país.

Entre 1990 e 1995 a nação vivenciou período instável dos governos Fernando Collor/Itamar Franco, no qual merece destaque a fragilidade política, responsável pela adoção de medidas favoráveis a interesses exógenos, como o ideário neoliberal, que longe de representar alternativas de solução, agudizaram os problemas socioeconômicos vigentes. Com a intenção de reduzir a interferência do Estado na economia, em consonância com o paradigma internacional emergente, o país começou a preparar-se para o início a amplo processo de privatização e de estímulo à demissão voluntária de servidores públicos, complementado pela abertura econômica, comercial e financeira, também exigência externa, com vistas à ampliação do mercado global. Tais medidas, somadas à redução de inversão, pelo poder público, de recursos financeiros na área social, tiveram, como conseqüência, a elevação do índice de desemprego e da pauperização populacional, o que insere o Brasil, conforme afirmam PAULIANE e BRAGA (2000:235)

[36]Tornaram-se históricos os "fiscais do Sarney", que chegaram a fechar supermercados que não obedeciam às fixações de preços.

> "(...) *no grupo de países com grandes contingentes de população miserável abaixo da linha da pobreza. Mesmo considerando como mínimo o valor de US$ 1,00 por dia, por pessoa, são 38 milhões os brasileiros que não o atingem. Em termos absolutos, trata-se de um contingente superior ao da Indonésia, que possui 197 milhões de habitantes (...) e ao da Nigéria, que possui 115 milhões de habitantes"*.

Em 1995, defendendo "a*s liberdades individuais e a livre iniciativa"*, conforme BRUM (1998:491), iniciou-se o período Cardoso, no qual o governo, concentrando-se na estabilização da moeda, adotou medidas - como a elevação dos juros, valorização cambial e abertura comercial - que inibiram os investimentos econômicos. Paralelamente, começaram a ser desenvolvidos, pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional - SEFOR, do Ministério do Trabalho, programas de qualificação profissional, política compensatória que procura, através do ensino profissionalizante, suprir a lacuna deixada pela baixa escolarização, reduzindo o índice de desemprego.

Em princípio parece-nos paradoxal que, em meio à recessão econômica, busque-se preparar o trabalhador para um mercado que se sabe ser restrito, como se a falta de qualificação para o trabalho fosse a única causa do desemprego crescente.

Como podemos observar através desta síntese, ao longo de nossa história a educação esteve sempre a serviço do capital, preparando a mão-de-obra que o mercado entendia ser necessária para o atendimento dos

interesses defendidos. Enquanto o setor primário deteve a hegemonia, não houve sequer órgão governamental específico para as questões educacionais; quando a industrialização do país tornou-se importante, a escolarização também passou a sê-lo, e sempre na medida certa, já que, conforme reflexão de LUCKESI (1990:37-52) relativa à educação, na tendência reprodutivista os governantes utilizaram-se da escola como instrumento ideológico, com vistas à reprodução da mentalidade necessária aos meios de produção, mantendo, assim, a força de trabalho. Valendo-se do raciocínio de Althusser, LUCKESI (1990:42-43) afirma que *"não há produção possível sem que seja assegurada a reprodução das condições materiais de produção: a reprodução dos meios de produção"*. Assim, tanto a força de trabalho quanto a mentalidade, à qual já nos referimos anteriormente, devem ser reproduzidas pela multiplicação biológica (aspecto quantitativo, sustentado pelo salário) e cultural (aspecto qualitativo, assegurado pela escola, que ensina técnicas e transmite valores). Com este intuito, especialmente nos períodos ditatoriais, a escola exerceu (e continua a exercer) significativo papel na construção da superestrutura, com vistas à manutenção da estrutura social vigente.

A realidade, porém, mostra-nos outros ângulos, através dos quais vemos que no atual momento histórico a população brasileira paga um preço elevado por não ter sido capaz de perceber, em tempo hábil, os efeitos perversos das teias da globalização, encontrando-se despreparada

para atender às exigências de um mercado que deve manter-se, por sua vez, obediente aos critérios e padrões internacionais.

Podemos observar a ineficiência[37] das políticas adotadas, uma vez que no início da década de 90 os dados relativos à educação no Brasil eram os a seguir expostos:

1. o documento oficial do Ministério da Educação e do Desporto -MEC e do Fundo de População das Nações Unidas - FNUAP - "Diretrizes para uma política nacional de jovens e adultos" - retrata as tendências do analfabetismo no Brasil desde 1920 - ano em que o índice era de 64,9% - até 1990, quando num universo de 100.721.426 habitantes de 15 anos ou mais, 18% eram analfabetos. O mesmo documento observa, porém, que:
   a) se for adotado critério de avaliação mais rigoroso, considerando **analfabeto** também aquele que não tiver cursado, pelo menos, as quatro séries iniciais do primeiro grau, o índice eleva-se significativamente [38];
   b) considerando-se as oito séries que compõem o ensino de primeiro grau - obrigatório pela Lei 9.394/96 [39]-, vemos que quase 80% dos

[37] As políticas, na verdade, não foram ineficientes. Pelo contrário; atingiram os objetivos, uma vez que o analfabetismo nunca foi alvo de governantes que preferiram ter à disposição uma sociedade massificada.

[38] Neste sentido, matéria publicada pela "Folha de São Paulo", em 01.07.95, de responsabilidade da reportagem local, afirmava que, considerando-se os analfabetos funcionais, a taxa de analfabetismo no Brasil estaria próxima de 39%: uma das mais elevadas do mundo.

[39] A Lei nº 9.394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no inciso I do Art. 4º, define como dever do Estado a garantia de "*ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria*".

brasileiros com mais de 15 anos não conseguiram cursá-las, não tendo, portanto, concluído, sequer o I grau;

2. publicação da Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança e Companhia Brasileira de Metalúrgica e Mineração, com apoio financeiro do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF [40] revelou, em 1994, que:

> *"dos alunos matriculados na 1ª série:*
> *60% não conseguem concluir a 8ª série;*
> *24% são excluídos ou abandonam os estudos nas primeiras séries;*
> *97% repetem de ano em alguma série do ensino básico e*
> *21% ,apenas, conseguem terminar a 4ª série na zona rural".*

Participamos todos hoje, como vemos, de mais uma etapa de um processo iniciado há 500 anos, ao longo dos quais, valendo-se, não raras vezes, de cartas marcadas, a classe hegemônica, tendo em sua defesa os poderes constituídos, manipulou, sem o menor constrangimento, a cada vez mais numerosa classe dominada de forma tal, que conseguiu construir o que na visão de COSTA (1997:73) não passa de uma sociedade dicotômica que, através da indiferença, nega o pertencimento a um povo, classe ou nação. Prossegue o autor afirmando que:

> *"Da mesma forma que, para as elites, a vida dos mais pobres não tem nenhum valor, para o* ***lumpen*** *da cidade a vida dos privilegiados tornou-se mero objeto de barganha. A massa de pivetes assaltantes, bandidos de aluguel, seqüestradores e traficantes de cocaína, vê nos 'ricos' apenas consumidores de droga ou corpos que podem ser*

[40] "10 Medidas Básicas para a Infância Brasileira", p.72.

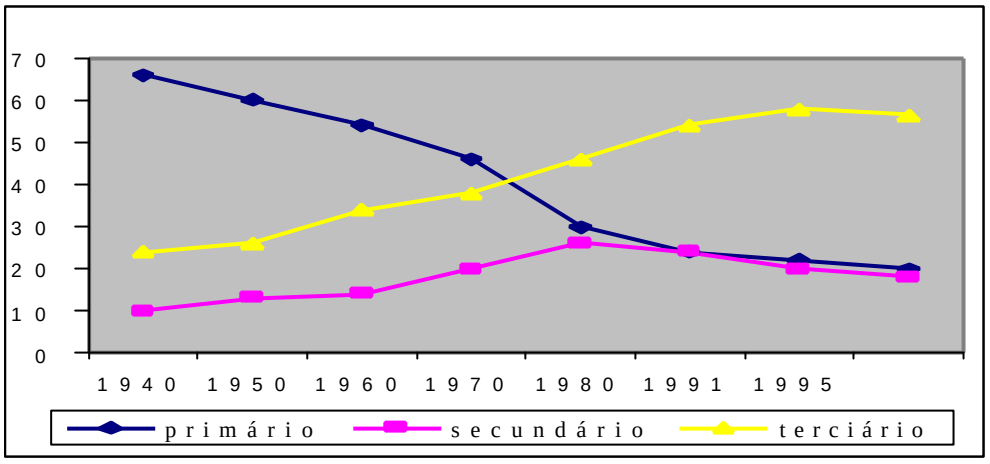
> *assaltados, estuprados, seqüestrados e assassinados em troca de dinheiro"*.(COSTA, 1997: 73-74) (Grifo do autor).

No que concerne ao desemprego, muitos são os indicadores da elevação dos índices registrados. Segundo matéria publicada pela Folha de S.Paulo em 01.05.98: *"Abertura da economia ao exterior amplia os efeitos da crise; nos anos 90, país gerou 3,3 milhões de desempregados ao ritmo de um desocupado a cada 1,1 minuto"*. A mesma matéria, mensurando a evolução do desemprego no Brasil, afirma que o número de desempregados apresentou elevação significativa, já que em 1989 1,82 milhão de trabalhadores encontravam-se desempregados, o que representava 3% da PEA - População Economicamente Ativa, enquanto que em 1996 este número elevou-se para 5,08 milhões (7,3% da PEA) em 1996.

POCHMANN (1999:71) considera, ainda, que a partir dos anos 80 a economia brasileira passou a apresentar deslocamento nas ofertas de emprego dentre os setores econômicos:

> *"Observou-se uma desaceleração na queda do número das ocupações no setor primário da economia, enquanto o setor secundário deixou de apresentar maior contribuição. Um inchamento do setor terciário ocorreu e, ao mesmo tempo em que o desemprego tornava maior, mais precárias eram as ocupações geradas. Em conseqüência, o setor secundário apresentou, em 1995, uma participação relativa na ocupação total não muito diferente da verificada no início dos anos 70"*.

**Gráfico nº. 01**
**BRASIL: evolução da PEA por setor econômico**
**1940-1995**




Fonte: POCHMANN (1999:71)

Este deslocamento confirma nossos comentários anteriores:

- as áreas agricultáveis vêm sendo utilizadas cada vez mais na monocultura mecanizada, não necessitando, portanto, de mão-de-obra humana em quantidade significativa;
- o setor secundário, pela sofisticação ininterrupta da tecnologia, que reduz o custo, eleva a produtividade e a qualidade da produção, também vem reduzindo a utilização da força de trabalho;
- o setor terciário, especialmente a parcela correspondente à prestação de serviços na economia informal, vem sendo a alternativa encontrada pelos que, com determinadas habilidades, mesmo sem a escolarização, conseguem driblar o desemprego.

Buscando entender melhor este fenômeno, procuramos conhecer a opinião de diversos autores, conforme veremos a seguir.

# CAPÍTULO III

# O DESEMPREGO

## 3.1 Desemprego: causas e conseqüências

O desemprego, como sabemos e procuramos demonstrar, ao longo deste estudo, encontra-se em debate.

Obras publicadas em todo o mundo alertam o trabalhador para as transformações do mercado de trabalho e, no Brasil, notícias veiculadas pelos meios de comunicação revelam a “preocupação” dos governantes em relação ao desemprego e divulgam as medidas que vêm

sendo adotadas em todo o país para que a situação seja "contornada e revertida". Aliás, as promessas de combate ao desemprego foram amplamente propagadas pelos candidatos aos cargos dos poderes executivo e legislativo municipais na última campanha eleitoral, assim como foram o carro-chefe da campanha para a Presidência da República, e certamente, continuarão a sê-lo, uma vez que os candidatos expressam sempre os desejos populares.

CATTANI (2000:43) afirma que

> *"(...) segundo relatório preparatório ao Encontro Mundial sobre o Desenvolvimento Social, realizado na Dinamarca, em 1995, o Bureau Internacional do Trabalho estimou que, no início de 1994, 820 milhões de pessoas estariam desempregadas ou em situação de subemprego tão precárias e mal-remuneradas, que equivaleriam a estar sem emprego. Ou seja, aproximadamente 1/3 da população ativa mundial – apta para o trabalho e necessitando trabalhar – não só está fora do mercado de trabalho regular, como não tem perspectivas de encontrar emprego a curto prazo"*.

A situação apresenta tal abrangência e intensidade que as condições de trabalho e questões salariais deixaram de ser centro das negociações desenvolvidas entre patrões e empregados. Estas, permeadas pela ameaça que o desemprego significa, favorecem o empregador, que vem obtendo avanços como a flexibilização e a desregulamentação, já objetos de comentários anteriores.

As causas apontadas têm sido múltiplas e entendemos ser fundamental, para que possamos melhor interpretar as políticas sociais

públicas voltadas para o desemprego, entender as diferentes concepções relativas ao próprio fenômeno em questão, suas causas e suas conseqüências, assim como aos diferentes elementos presentes neste contexto.

SANCHIS (1997:59-79), em sua análise, afirma que o desemprego vem sendo debatido sob dois enfoques:

1. mais do que explicações específicas, são expostas visões referentes ao funcionamento do sistema econômico;
2. tentativas de explicações sobre o desequilíbrio entre a oferta e a demanda no mercado de trabalho.

O autor associa o primeiro enfoque às interpretações neoclássica, keynesiana e marxista, que detalharemos a seguir, e, o segundo, a questões já mencionadas: demográficas e tecnológicas.

**a) Visão Neoclássica**

Esta visão, segundo o autor, se baseia na Lei de Say *"toda oferta gera sua demanda"*. O desemprego é tido, então, como imperfeição do mercado, apresentando-se sob duas formas:

- desemprego friccional - manifestado em alguns setores, enquanto vagas, na mesma medida, existem em outros;
- desemprego voluntário - aquele que existe em decorrência das exigências do trabalhador.

Podemos inferir que nos dois casos o trabalhador é culpabilizado pelo desemprego, no primeiro, por não aceitar outra ocupação, e, no segundo, por desrespeitar as leis de mercado ao apresentar-se com nível de aspiração incompatível com o nível de possibilidades. Para os adeptos da visão neoclássica, sempre será registrada a *"taxa natural de desemprego"*, já que o chamado pleno emprego só existiria num mercado perfeito, algo impossível de ser conquistado pela inadequação do capital humano às necessidades vigentes (e aí vemos, ainda, a culpa do trabalhador). Explica o autor, citando Toharia[41], que

> "(...) *no caso dos pobres e desempregados, a teoria sugere que o problema reside em seu inadequado nível de capital humano. Daí que as soluções de política econômica que esta teoria oferece para estes problemas estejam sempre relacionados à melhoria dos níveis educativos (aumento do capital humano)"*. SANCHIS (1997:64)[42]

**b) Visão Keynesiana**

Na visão keynesiana o enfoque é deslocado: o mercado deixa de ser percebido como auto-suficiente, sendo consideradas possíveis

[41] A obra citada é "El mercado de trabajo: teorías y aplicaciones", de L. TOHARIA. Madri: Alianza, 1983, p. 11-15.

[42] Vemos em SANCHIS (1997:210) que: *"Para a teoria do capital humano, a educação é uma inversão em si mesma, e o assalariado, um capitalista de sua própria força de trabalho. A educação deixa de ser valorizada exclusivamente como consumo, seja como consumo das elites, seja como direito civil básico e começa a ser considerada também como uma inversão produtiva. (...) A teoria do capital humano afirma, essencialmente, que existe uma estreita relação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento educativo, sendo que este último incrementa a produtividade do trabalho"*. Por seu discurso, vemos que é nesta teoria que o governo brasileiro se apóia.

alterações decorrentes do *"mau funcionamento do sistema econômico" (*SANCHIS, 1997:66*).* O desemprego deixa de ser considerado como um problema meramente conjuntural, passando a ser visto como estrutural e como um problema endógeno ao sistema econômico. Política intervencionista do Estado pode atenuar as ineficiências do sistema.

**c) Visão Marxista**

Segundo o autor, na visão marxista o desemprego é *"(...) algo intimamente ligado à lógica da economia capitalista"*. (SANCHIS, 1997:67). Interessa ao capitalismo na medida em que, tendo o trabalho se transformado em mercadoria, a mera existência de um contingente de desempregados regula o valor do salário, segundo as próprias leis de mercado, favorecendo, ainda, a manutenção da disciplina.

Sanchis comenta, porém, a existência de autores que afirmam que a utilidade do exército de reserva só existiria durante a acumulação de capital, deixando de ser interessante quando as empresas estivessem abastecidas da força de trabalho necessária. Neste período, a preocupação seria desviada para a manutenção da estabilidade social face à existência de força de trabalho ociosa, o que exigiria a criação do **Estado Assistencial.**

A visão marxista estabelece diferenças entre o **trabalho** (realização efetiva da atividade produtiva) e a **força de trabalho**

(capacidade potencial de realizar determinada atividade produtiva) e entende que a formação do salário depende muito mais de uma “lei social”, considerados os aspectos de conflito entre as classes sociais: organização do trabalho, distribuição e o modo de consumo.

A busca por alternativas para a redução do desemprego pode ter início com a opção por uma das três vertentes apresentadas, já que os procedimentos a serem adotados dependem das causas consideradas verdadeiras. Sanchis deixa transparecer, com nitidez, a relação íntima que a adoção do ideário neoliberal – que trouxe em seu bojo as aberturas comercial, econômica e financeira - tem com o desemprego.

Entre tais concepções existem, entretanto, semelhanças e diferenças, que procuraremos detalhar:

- os neoclássicos e os keynesianos consideram os indivíduos isoladamente;
- os marxistas, ao contrário, trabalham com grupos de indivíduos e com classes sociais. O sistema econômico é percebido como um conjunto de relações sociais entre homens, consideradas circunstâncias econômicas, históricas e sociológicas
- os keynesianos e marxistas entendem que o Estado deve interferir na economia, enquanto para os neoclássicos é suficiente a adequação da força de trabalho às necessidades do sistema produtivo.

SINGER (2000:59-81) também classifica as diferentes concepções, referindo-se, em seu trabalho, às visões individualista e estruturalista. No primeiro grupo, que segundo sua leitura é constituído pelos neoliberais[43], a exclusão social é entendida como resultado de fatores individuais, enquanto que no segundo estão inseridos os paradigmas marxista e keynesiano.

Segundo Singer os individualistas, como vimos em Sanchis, defendem a acumulação do capital humano, rejeitam as políticas de bem-estar e afirmam que o pobre deve ser estimulado a ajudar-se a si próprio, defendendo, para tanto pressupostos como a liberdade e a igualdade.

Os estruturalistas têm em comum a visão de que o Estado deve responsabilizar-se pela economia, nela interferindo tanto através do estímulo a investimentos financeiros, quanto através de políticas de bem-estar.

Os marxistas estabelecem distinção entre a exploração e a exclusão. SINGER (2000:73), neste sentido afirma, que: *"Marx escreveu certa vez que pior do que ser explorado pelo capital é não ser explorado por ele, quer dizer, estar excluído do mercado de trabalho"*.

[43] Pelas características percebidas por Singer na concepção neoliberal, podemos inferir que se trata da visão denominada por Sanchis como neoclássica.

Quanto ao segundo enfoque - tentativas de explicações sobre o desequilíbrio entre a oferta e a demanda no mercado de trabalho – isto é, sobre o desemprego, muitos autores desenvolveram estudos que, conforme nosso entendimento, longe de se contraporem, terminam se complementando.

FORRESTER (1997:7-22) dá ao tema outro tratamento: mais do que estabelecer nexos entre as leis de mercado e o desemprego, enfoca a realidade do desempregado e os interesses que podem estar sendo defendidos. Afirma que vivemos um engodo diante de um mundo desaparecido, que teimamos em não reconhecer como tal. A autora enfatiza que vemos um mundo em crise, deixando de perceber que este se encontra em mutação. Assim, ao esperarmos a superação de uma crise, aguardamos que a situação anterior a ela retorne – o que não acontecerá -, deixando de buscar alternativas adequadas, utilizando-nos de placebos, que ajudam a maquiar a realidade. Enquanto isso, complementando a farsa:

- governos divulgam dados estatísticos manipulados;
- milhares de pessoas são colocadas “entre parênteses” perdendo, com o emprego, o teto, a credibilidade, a autoconsideração, a auto-estima, enquanto outra multidão aceita tudo para não se ver em situação semelhante;
- os desempregados são julgados pelos critérios vigentes em tempos em que os empregos eram abundantes;

- os excluídos do sistema produtivo introjetam uma representação social, de acordo com a qual são incompatíveis com uma sociedade da qual são produtos e, considerando-se responsáveis pela própria situação, acusam-se daquilo de que são vítimas;
- os excluídos são enfraquecidos pela vergonha, numa sociedade na qual útil é aquele que produz e/ou consome – o que transforma os desempregados em inúteis. As estatísticas trabalham com percentuais, sem considerar os efeitos da miséria nos indivíduos.

É no capitalismo, na ganância, cujo fim último é o lucro, que tudo tem início. Na era global a concorrência foi multiplicada e a ordem é reduzir custos em nome da competitividade, mesmo que o preço seja a produção de um percentual significativo de seres "descartáveis", uma vez que se não produzem, nem consomem, tornam-se inúteis para a sociedade.

Conclui FORRESTER que é assim que se constrói uma sociedade de escravos. Seu grito tem a pretensão de alertar-nos que, desconsiderando as causas, concentramo-nos apenas nas conseqüências: o desemprego e a pobreza, deixando de encontrar alternativas que revertam a situação.

Prosseguindo na coleta de dados que nos auxiliem a entender o desemprego, para podermos classificar as políticas vigentes em

nosso país a ele relacionadas, procuramos conhecer a visão de MARTINS relativa à exclusão.

Para MARTINS (1997:25-38), estamos diante não da exclusão, mas da inclusão marginal[44]. O autor afirma que o uso do termo EXCLUSÃO demonstra a existência de uma nova consciência da sociedade diante de situações antigas que não éramos capazes de perceber; que o processo exclusão/inclusão tem sua origem no capitalismo, que faz do mercado e da mercadoria sua lógica. Assim, tudo tem que ser *"desenraizado"*, para ser submetido às leis de mercado. Afirma que, na Europa, o processo se desenvolve há, pelo menos, 300 anos, podendo ser utilizado como exemplo o caso dos imigrantes europeus que se fixaram no Brasil. Vieram por terem sido *"desenraizados"*, para que o capital se apossasse de suas terras e, com a adoção de sistemas modernos, elevasse a produtividade. Foram desenraizados - como ainda o são todos os excluídos do processo produtivo - para que servissem melhor ao capital: como operários, assalariados, vendedores da força de trabalho, como mercadoria.

Exclusão e inclusão, explica-nos o autor, são faces da mesma moeda: *"a sociedade capitalista desenraíza, exclui para incluir"*. (MARTINS, 1997:32) É na inclusão que se encontra o problema. Nos últimos anos novos fatos passaram a ocorrer:

---

[44] FORRESTER (1997:15) comunga com Martins neste sentido ao afirmar: *"... eles são chamados de excluídos. Mas, ao contrário, eles estão lá, apertados, encarcerados, incluídos até a medula"*.

- o intervalo entre as duas fases do processo tornou-se maior;
- o modo que o trabalhador encontra para ser incluído retrata degradação, a ponto de reaparecer o trabalho escravo no Brasil. *"Essas formas extremas e dramáticas de inclusão indicam que o modo de absorver a população excluída está mudando"*. (1997:33)

MARTINS, autoridade quando se trata de formas atuais de escravidão[45], informa que somente nos últimos vinte anos, através dos casos que foram objeto de denúncia, foram detectados 80.000 casos de escravidão no Brasil, acreditando-se, pelos indícios existentes, que o número transcenda a casa dos 300.000.

Prosseguindo em sua análise, percebe diferenças neste processo já antigo: a situação vivenciada na transição da exclusão para a inclusão está se tornando padrão de vida e, embora reincluído no sistema produtivo, o indivíduo não consegue a inclusão social. À guisa de exemplo, vemos o caso de crianças e/ou adolescentes prostituídos: fazendo de si próprios mercadorias, garantem a sobrevivência, mas têm comprometida a dignidade, sendo socialmente rejeitados.

Para MARTINS, o processo vem criando uma sociedade paralela: includente no ponto de vista econômico e excludente nos aspectos

[45] José de Souza Martins, em 1996, foi nomeado pelo Secretário Geral da Organização das Nações Unidas – ONU, membro do Comitê de Curadores do Fundo Voluntário das Nações Unidas sobre as Formas Contemporâneas de Escravidão.

social, moral e político. Nessas sociedades paralelas os sistemas de justiça também paralelos – justiceiros e traficantes que controlam morros, assim como casos de chacina. A justiça popular, o autor não comenta, mas representa um retrocesso a tempo anterior à Lei de Talião[46], primeira tentativa de organização das idéias penais.

São duas formas de humanidade na mesma sociedade, uma das quais é composta por cidadãos de segunda categoria, o que parece nos reconduzir à sociedade feudal, quando vigorava o Estado de Nascimento, ajudando-nos a compreender porque uma sociedade imita a outra, até com falsificações de "griffes".

GÉNÉREUX (1998:9-18) faz uma leitura diferente dos aspectos que a realidade nos apresenta: Entende, como os demais autores que as alterações hoje constatadas são decorrentes da crise que atinge o capitalismo, uma vez que a economia liberal gera cada vez mais miséria e a obsessão pelo lucro leva à extinção muitos postos de trabalho, nos quais o trabalhador é substituído pelo sistema "self-service". Afirma que a última esperança é a **democracia política**, expressão para nós redundante, já que democracia, por si, envolve aspectos políticos. Tal afirmação pode ser comprovada pela mera observação da correlação de forças existente no

[46] "*Até o século XVIII, a vingança era a única forma de reação à ofensa, conhecida e aplicada. Tratava-se, a princípio da vingança privada, quando a parte ofendida, revidava*" (ALMEIDA, 1993:23-24).

Brasil: a classe dominante não o é por acaso, mas pelo seu poder de articulação em defesa dos interesses comuns.

Retomando as idéias do autor, vemos que, através da sua ótica, a exclusão não é fruto da globalização[47] e sim da tirania, já que o problema não está localizado na geração de riquezas, mas na sua distribuição.

Para GÉNÉREUX (1998:36-37), o desemprego e a pobreza não são fatalidade tecnológica, nem imposição de potências estrangeiras, mas resultado de nossas opções políticas, pois, decorrem de leis votadas pelos deputados e executadas pelos governantes que elegemos. O autor infere daí que, a longo prazo, o próprio sistema morrerá por falta de consumidores – tendência contraditória, já que os meios de produção são ampliados, sem expansão dos mercados consumidores, pela má distribuição de renda. Conclui que o equilíbrio é compensado pela ampliação do setor de serviços[48]. Para o autor a ausência de políticas eficazes demonstra que os governantes não têm interesse em resolver os problemas de uma minoria desarticulada. O autor pondera, entretanto, que o desemprego é medida de avaliação dos governos, razão pela qual nele está concentrada a atenção da situação e da oposição. Os políticos contam, porém, com a *"amnésia e a*

[47] GÉNÉREUX (1998:22-23).
[48] Márcio POCHMANN (1999:71) chegou à mesma conclusão como demonstrado no Gráfico 01.

*ignorância*"[49] dos que os elegeram. Complementamos a idéia interpretando a ignorância que, no caso brasileiro, envolve a mentalidade vigente no que concerne ao exercício do papel político: no Brasil o indivíduo comum, do povo, não foi educado para a cidadania, não sabe o que é política, não tem consciência de classe e seu saber vem do senso comum. Para este indivíduo, **política** é uma ação a ser desenvolvida pelos **políticos** (eleitos pelo povo para representá-lo, os que fazem da política uma profissão, devendo ser consideradas também as mulheres, com elegibilidade crescente).

GÉNÉREUX, e concordamos com ele, entende que mais urgente do que a volta do emprego é o retorno à credibilidade e à construção da verdadeira democracia (pouco conhecida dentre nós). A opinião do autor ganha sentido quando observamos que é na desarticulação que o problema maior está situado, tanto por expressar a carência de toda a sorte de conhecimentos, quanto por não apresentar as condições mínimas de ter voz e vez pela pobreza política, podendo esta realidade ser projetada para o futuro.

Para o autor, não são as pressões exógenas, de governos ou das multinacionais e/ou transnacionais, que nos impedem de agir. Não são, tampouco, as leis da economia. Faltam-nos vontade, coragem e ideais políticos. Nossa ação é entravada pelo mecanismo político emperrado pela mentira, pela desconfiança e pelo silêncio. No caso brasileiro, podemos

[49] GÉNÉREUX (1998:79)

complementar, ratificando o que já afirmamos, que a ação é entravada pela desinformação.

A visão de GÉNÉREUX pode tornar-se mais clara se nos valermos de reflexões de SINGER (2000:60-63), quando este conclui que a **exclusão social** é um processo que representa a associação de diversas formas de exclusão. Este processo está relacionado à desigualdade e pode até elevá-la, mas não pode ser entendido como dela resultante. A exclusão apresenta-se em diferentes graus, do mais leve, decorrente da baixa renda, ao mais grave, apresentado pelos sem-teto.

A **desigualdade** e a **pobreza**, ao contrário, são situações distintas, embora apresentem imbricações. SINGER (2000:60) explicita que **desigualdade** *"refere-se à renda, ao consumo ou acesso a serviços e oportunidades"*. Quanto às suas causas, enquanto os individualistas a concebem como decorrente da diversidade apresentada pelos indivíduos entre si, os estruturalistas a vêem como conseqüência de distorções relativas à distribuição de renda apresentadas pela economia de mercado.

A **pobreza** é uma situação que, para ser mensurada, exige a adoção de parâmetros como os "mínimos sociais", que se referem ao atendimento das necessidades básicas. Conforme o autor, "*implica padecimento por privação do mínimo necessário para manter a pessoa viva e saudável"*. (SINGER, 2000:61)

Confirmando a opinião de Singer, não poderíamos deixar de destacar que, em recente trabalho sobre os Moradores de Rua de Campo Grande (MS), ainda não publicado, ALMEIDA e TAVEIRA (2000:14-15) mencionam estudo de BONETI[50], que reúne diferentes concepções de autores contemporâneos sobre a exclusão:

a) ***Robert Castel*** *- 'considera a exclusão social como rupturas de vínculos sociais lábeis';*

b) ***Sarah Escorel*** *- afirma que, 'o conceito de exclusão[51] é reservado para definir situações e condições nas quais há um processo social ativo de discriminação, estigmatização e expulsão de um conjunto de âmbitos sociais não determinados por decisões individuais'. Escorel observa, ainda, que a exclusão abrange diferentes dimensões: social, cultural e política;*

c) *Para* ***Vincent Gaulejac e Isabel Léonetti,*** *a exclusão social apresenta íntima relação com a conquista de espaço e construção da identidade. Segundo BONETI (1998:16) para os autores 'a exclusão se dá graças à ruptura de três grandes vínculos':* ***econômicos*** *– através do desligamento das relações de produção,* ***sociais*** *– através do afastamento de familiares e amigos, e* ***simbólicos*** *– através da renúncia dos sonhos acalentados e da introjeção dos valores que permeiam o meio social e relativos à inutilidade do excluído – a própria inutilidade;*

d) ***Bernard Perret e Guy Roustang*** *chegaram a resultados semelhantes em suas pesquisas. Concluíram que o trabalho é o fator determinante no 'processo de integração social'. Neste sentido perceberam que da* ***exclusão econômica*** *decorre outra: a* ***exclusão relacional.*** *Neste processo o*

[50] O texto de Lindomar Wessler BONETI, Estado e exclusão social hoje, encontra-se inserido em *Os caminhos da exclusão. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 1998,* publicado em parceria com Paulo Afonso ZARTH, Nöelle Marie Paule LECHAT e Ivaldo GEHLEN.

[51] Para a autora, segundo BONETI (1998:15) *"o termo 'excluir' significa mais do que 'separar', 'segregar', 'discriminar' grupos sociais por determinadas características inatas ou desenvolvidas. Excluir significa expulsar do mundo dominante (...) 'pôr para fora dos parâmetros e das normas que regem as relações sociais'; é não apenas 'marginalizar' e sim 'desconsiderar a existência humana'".*

> *imaginário social, ou seja, a prática simbolizadora[52], como SEVERINO (1992:26) denomina a superestrutura, é o mecanismo através do qual a exclusão econômica produz a exclusão relacional, que atinge, também a dimensão afetiva".*

DEJOURS (1999:19-25), concorda com os autores citados quanto aos efeitos do desemprego[53], afirmando que *"esse processo leva à doença mental ou física, pois ataca os alicerces da identidade".*

O autor conduz sua reflexão, entretanto, para aspectos não abordados por outros: a representação social do desemprego.

Nesta linha salienta que o desemprego pode ser interpretado como decorrente de uma **fatalidade** ou de uma **injustiça**. No primeiro caso não há outro culpado além do "destino" e, pelo sofrimento causado ao desempregado, o sentimento que perpassa quem dele se apercebe é de *"compaixão, piedade ou caridade"*. No segundo, como são identificados os causadores, o sentimento é de "*indignação, cólera ou apelo à ação coletiva",* em outras palavras, concluímos nós: à mobilização política.

A distinção entre as diferentes leituras que o desemprego pode propiciar é importante, uma vez que delas decorre as posturas

---

[52] Em abordagem referente às três esferas da existência humana: produtiva, social e simbolizadora, SEVERINO (1992:26) assim define a prática simbolizadora: *"as relações produtivas e sociais são simbolizadas em nível de representação e de apresentação valorativa, no plano subjetivo visando a significação e a legitimação da realidade social e econômica vivida pelos homens"*.

[53] Christophe DEJOURS é psiquiatra, psicanalista, professor do Conservatório Nacional de Artes e Ofícios e diretor do Laboratório de Psicologia do Trabalho na França, sendo, portanto, sua opinião relevante.

assumidas, que poderão ser de **resignação**[54], diante de um fenômeno econômico ou de **responsabilidade pessoal**, ante um problema do qual alguém pode ser culpabilizado, o que nos remete, segundo o autor, à ética por ser a área de conhecimento que contempla as questões concernentes à responsabilidade e à justiça (DEJOURS, 2000:20).

A imbricação entre sofrimento e justiça é, para Dejours, manifestação da **banalização do mal**, valendo-se de concepção de Hannah Arendt[55]

> *"A exclusão e a adversidade infligidas a outrem em nossas sociedades, sem mobilização política contra a injustiça, derivam de uma dissociação estabelecida entre a diversidade e a injustiça, sob o efeito da banalização do mal no exercício dos atos civis comuns por parte dos que são vítimas da exclusão (ou não o são ainda) e que contribuem para excluir parcelas cada vez maiores da população agravando-lhes a adversidade".*

Conclui o autor que esta postura não resulta apenas da resignação, seja por leitura incorreta do fenômeno, seja por não ver alternativas de solução, mas como resultado de um mecanismo de defesa, que impede o indivíduo de ver aí refletida dose de cumplicidade própria.

---

[54] Entendemos ser pertinente complementar, em relação à situação brasileira, que a resignação, associada ao medo e ao controle da informação, são considerados por SOUZA (1985:35-36) mecanismos de controle social Quanto à resignação o autor afirma que *"é um dos mecanismos mais eficientes de controle social porque ele se estabelece no interior, na subjetividade do próprio indivíduo ou classe social. Aceita-se a ordem social, suas leis, seus mecanismos, seus horizontes como algo inevitável e que não tem como nem por que sofrer mudanças. (...) a vítima se transforma em carcereira de si própria, daí sua eficiência como arma de dominação"*.

[55] Dejours explicita que Hannah Arendt usou a expressão "banalizacão do mal, referindo-se a Eichmann, enquanto ele vale-se dela para definir a situação da França no final do século XX".

Daí a importância da denúncia, que contribui para que tais fatos emerjam e passem a ser vistos sem a maquiagem que muitos insistem em aplicar-lhes.

Podemos inferir que Dejours também atribui as misérias existentes em nossa realidade - pois vemos aí, que se trata de um fenômeno global -, à pobreza política, à pouca expressão de segmentos da sociedade que poderiam defender os interesses do trabalhador.

As leituras de FORRESTER, MARTINS, GÉNÉREUX, POCHMANN, DEJOURS, SINGER e SANCHIS, referenciados neste trabalho, revelam diferentes interpretações relativas aos efeitos da globalização.

Continuemos, portanto, nossa reflexão buscando encontrar os nexos existentes entre a globalização, o desemprego e a exclusão social, avaliando em que medida a globalização é responsável pelo alto índice de desemprego e pela conseqüente exclusão social registrada em nosso país.

Não se pode afirmar que o desemprego tenha como única causa a globalização. A história da evolução do capitalismo nos mostra que na década de 70 (quando a globalização não tinha atingido tanta intensidade), o keynesianismo foi preterido, dentre outras razões, por não apresentar respostas para o desemprego, na época já em níveis preocupantes. Não podemos desconsiderar, entretanto, o fato do fenômeno globalização, por razões diversas como procuramos expor, ter alterado de maneira significativa o mercado de trabalho no Brasil.

É impossível negar que a informatização da rede bancária, em nosso país, foi responsável pela demissão de milhares de empregados de agências localizadas em todas as unidades federativas e vimos que o avanço tecnológico é uma das marcas da globalização.

É impossível negar que as imposições exógenas referentes à minimização do Estado tenham deflagrado, em muitas regiões brasileiras, dentre elas o Estado de Mato Grosso do Sul, os Programas de Demissão Voluntária, aos quais milhares de funcionários públicos, de todas as esferas administrativas aderiram voluntariamente mesmo ou em função de estratégicas alterações promovidas pelo Estado. Situação semelhante foi vivenciada pelos que trabalhavam nos setores privatizados E vimos que o comprometimento da soberania é uma das marcas da globalização.

Devemos ponderar, entretanto, que num Estado Democrático de Direito, como a Constituição Federal "propõe" que o Brasil seja, a população deveria ter força suficiente para, se não impedir, minimizar as graves conseqüências da crise do capitalismo.

SINGER (2000:19-20) afirma que

> "P*ode-se dizer que a globalização é um processo que se realiza sem solução de continuidade já há mais de cinqüenta anos (...) A globalização em curso apresenta duas etapas: a primeira, do fim da guerra ao fim dos anos 60, quando ela abarcava sobretudo os países hoje considerados desenvolvidos; a Segunda, que já dura cerca de um quarto de século e que inclui boa parte do Terceiro Mundo"*

Segundo o autor, a globalização *"não reduz de forma sistemática e contínua"* o nível de empregos, mas, na medida em que, pela abertura comercial, o volume das importações torna-se maior que o das exportações, o índice de desemprego eleva-se: trata-se do desemprego estrutural.

Conclui o autor que

> *"O desemprego estrutural, causado pela globalização, é semelhante em seus efeitos ao desemprego tecnológico: ele não aumenta necessariamente o total de pessoas sem trabalho, mas contribui para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de produzir. Neste sentido, a Terceira Revolução Industrial e a globalização se somam". SINGER (2000:23)*

POCHMANN trabalha com os mesmos elementos, mas na relação causa/conseqüência faz uma leitura distinta da realidade constatada no âmbito internacional. Para ele o processo de globalização, tornando mais acirrada a concorrência, exige a reestruturação das empresas, objetivando a redução do custo de produção. O processo tem como origem a modernização conservadora. Citando Tavares[56], o autor afirma que os problemas que hoje se destacam (desemprego, precarização do trabalho e desregulamentação, dentre outros)

> "(...) *são decorrentes da Terceira Revolução Industrial, sob a forma de modernização conservadora"(...)* resultantes das "*mudanças estruturais, tecnológicas, produtivas e organizacionais em meio ao colapso da velha*

[56] A obra citada é "Ajuste e reestruturação nos países centrais: a modernização conservadora", de M. TAVARES, publicada em Economia e Sociedade nº 1. Campinas, SP: IE/Unicamp, 1992.

> *ordem econômica internacional e das instituições que articulam os diferentes Estados e interesses nacionais".* (POCHMANN, 1999:25-27)

POCHMANN, ao contrário de GÉNÉREUX e SINGER, conclui que

> *"... a crise do desemprego não é irreversível nem inevitável (...) Ela tem implicações diretas que decorrem do processo dominante de globalização financeira e de adoção generalizada de políticas neoliberais. (...) a instabilidade no mundo do trabalho, a precarização das condições e relações de trabalho e a permanência de elevadas taxas de desemprego devem ser referidas ao movimento do capitalismo contemporâneo neste final de século, que ocorre desprovido de uma coordenação favorável à produção e ao emprego para todos entre os principais países avançados".*(POCHMANN, 1999:47)

Em nosso cotidiano testemunhamos as situações e processos aqui demonstrados. Em 01.05.98, a Folha de São Paulo, referindo-se ao desemprego, destacou dentre suas causas: a) avanço tecnológico; b) crescimento econômico inadequado; e c) altas taxas de juros. A mesma matéria publicou números: entre 90/97 foram eliminados mais de 600.000 postos de trabalho na área rural; entre 94/97 foram demitidos mais de 140.000 trabalhadores das indústrias têxteis e de vestuário. Tecendo paralelos, vemos que a influência do item "**a"** nas demissões no campo (mecanização agrícola) e do item "**c"** nas demissões da indústria, já que o custo dos financiamentos, torna mais viável a

importação do que a produção. No segundo caso, vemos, ainda, porque a elevação da importação de produtos representa a exportação de empregos.

São dados que nos permitem observar que os autores mencionados estão corretos em sua análise, já que a ampliação de mercados para uns, representa restrições para outros e, neste contexto, como ocorre entre as classes sociais, a exploração dos países chamados emergentes ocorre de maneira explícita por parte dos de capitalismo avançado.

Por essas razões a estrutura social brasileira vem sendo (com grande contribuição da década em curso) contornada por uma faixa, que se alarga cada vez mais: o "locus" dos excluídos. Este, para HABERMAS (1995:99), é um dos indicadores da adaptação das políticas internas à ordem externa: o crescimento da chamada "*underclass*" - os abandonados à própria sorte.

> *"Enquanto no plano mundial a economia opera basicamente livre de controles políticos, no plano nacional os governos nacionais estão limitados a fomentar a modernização de suas economias. Uma das conseqüências é a necessidade de adaptar os sistemas nacionais de bem-estar social ao que vem sendo chamado de competitividade internacional. Deste modo, os governos são compelidos a permitir que as fontes de solidariedade social ainda mais. Um inquietante sinal disso é o surgimento de uma '**underclass**'. Cada vez mais, grupos marginalizados se vêem gradualmente apartados do restante da sociedade. Aqueles que já não são capazes de mudar sua condição social por conta própria são abandonados à própria sorte".*(grifo do autor)

Vemos aí a marca da globalização, contrariando as afirmações de GÉNÉREUX, que desconsidera as pressões exógenas. O autor, porém, está correto em um aspecto: falta-nos a consciência política. Em estudo por nós desenvolvido[57] verificamos que a **consciência política** estimula o indivíduo a aprender mais sobre o mundo e sobre a própria realidade, na qual deseja interferir. Deste conhecimento, complementado pela intencionalidade (a transformação da realidade), decorre a **consciência de práxis**, que, conforme VÁZQUEZ (1977:192-193), resulta da associação das atividades cognoscitiva e teleológica. Em tal situação, concluímos em nossa pesquisa, a aprendizagem adquire significado e é desenvolvida, formal ou informalmente.

A exclusão é a negação da cidadania e, por conseqüência, a negação da identidade social, o que compromete seriamente a identidade pessoal.

Ser excluído é sinônimo de não ser nada; é não ter autonomia; é ser objeto ... e de repúdio. Ser excluído é ter que provar incessantemente o "não ter" e o "não ser", em nome da sobrevivência.

Observando que o marco inicial da exclusão é o desemprego, e neste aspecto há consenso entre os autores, podemos perceber o mais perverso traço da globalização.

---

[57] Em nossa dissertação de mestrado "Consciência e Escolarização" desenvolvemos um estudo sobre a importância da escolarização para determinados grupos, com o objetivo de identificar os fatores de interferência e o caráter de reversibilidade apresentado.

Para FORRESTER (1997:11), *"um desempregado, hoje, não é mais objeto de marginalização provisória, ocasional*". Por mais otimistas que sejamos, não podemos nos esquecer que o entorno social, embora em desenvolvimento, isto é, crescendo, é freqüentemente desconsiderado, já que muitas abordagens relativas à sociedade tratam dos aspectos organizacionais das relações intra e intergrupais, deixando de lado, literalmente à margem, os milhões que, ocupando os *"lugares residuais"*, como os denomina MARTINS (1997:26), não chegam sequer a serem inseridos nas pesquisas e até nos censos, já que não têm domicílio.

A globalização apresenta aspectos altamente positivos, dentre os quais sobressai o acesso à informação e à tecnologia, assim como a maior aproximação entre os povos, num mundo sem fronteiras.

Dentre os aspectos negativos, vemos a situação de subordinação dos países emergentes e a situação de submissão de homens, mulheres e crianças em todo o mundo, em estado de miséria: os excluídos.

Apesar dos sinais emitidos por tantos, como os autores por nós citados, o mundo espera a crise passar e providências urgentes deixam de ser tomadas.

As relações de trabalho, mais do que tudo, sofreram transformações, que se refletem nas exigências apresentadas pelo mercado de trabalho.

Neste processo, entendemos que a educação deve ser vista como prioridade também global, ao lado das políticas públicas que a situação (que nada tem de emergencial) exige.

Quanto às considerações de SANCHIS e SINGER, procuremos conhecer a ações propostas pelo governo brasileiro, para que possamos, "a posteriori", desenvolver as avaliações pertinentes.

## 3.2 A proposta governamental para redução do desemprego

Objetivando o desenvolvimento de ações voltadas para a redução dos problemas decorrentes do desemprego, em 1995 a Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional - SEFOR, do Ministério do Trabalho publicou o documento "**Educação Profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado**", contendo, após breve análise relativa ao mercado de trabalho no mundo globalizado e ao novo perfil do trabalhador, proposta de ação.

O documento enfatiza que as empresas - e isto vem sendo percebido nas últimas décadas -, sentindo a necessidade de adequação às exigências do mercado, vêm investindo na qualificação de seus

empregados, buscando, assim, tanto elevar o padrão de qualidade dos produtos, quanto compensar a baixa escolaridade dos trabalhadores.

O Ministério do Trabalho, através da SEFOR, entende que, ante o fato de dois terços dos trabalhadores brasileiros apresentarem apenas quatro anos de escolaridade (o que nem sempre equivale à aprovação nas quatro séries iniciais), o treinamento oferecido pela empresa interessa também ao trabalhador. Observa, porém, que parcela significativa da população brasileira, pela situação de desemprego, permanece à margem deste processo, o que torna a cada dia mais remotas as possibilidades de reinserção no mercado de trabalho. Assim, sendo a qualificação profissional de interesse das empresas e dos trabalhadores, buscou, dentre as alternativas de solução, uma estratégia que favorecesse o atendimento de todo e qualquer trabalhador[58] e não somente o que se encontra empregado. Com este intuito, a SEFOR propôs o estabelecimento de parcerias entre governo, empresas, trabalhadores e educadores, objetivando a educação ou qualificação profissional, prioritariamente dos excluídos, que são, segundo o próprio documento *"(...) os que sobrevivem na informalidade, os que 'sobram' da modernização ou sequer lograram se inserir no processo"*. (1995:9)

A proposta contemplou ações em três áreas:

[58] Neste estudo o termo **trabalhador** é utilizado para designar os integrantes da PEA – População Economicamente Ativa – ocupados ou não – uma vez que, pelo fato de encontrar-se desempregado, o indivíduo não deixa de ser trabalhador.

1. **avanços conceituais**, uma vez que a realidade do mundo do trabalho deve ser decodificada, já que as transformações ocorridas delineiam novos perfis que precisam ser desvelados;
2. **articulações institucionais**, com vistas à utilização racional dos recursos - humanos, físicos, materiais e financeiros - dos setores públicos e privados, assim como a partilha de saberes e experiências, o que deveria conferir à ação maior unidade, eficiência e eficácia; e
3. **apoio à sociedade**, através do fortalecimento dos segmentos marginalizados e/ou excluídos, razão pela qual a proposta envolveu o oferecimento de cursos em três linhas: a) **habilidades básicas**, voltados para os de menor ou nenhuma escolaridade, abrangendo, portanto, a leitura e o cálculo; b) **habilidades específicas**, destinados à obtenção de conhecimentos técnicos; e c) **habilidades de gestão**, estímulo a empreendimentos individuais ou coletivos com vistas à geração de trabalho e renda.

O documento previu a elaboração do Plano Nacional de Educação Profissional - PLANFOR, que começou a vigorar em todo o país a partir de 1996, abrangendo programas de três níveis - nacionais, estaduais e emergenciais.

O PLANFOR foi uma das propostas consideradas prioritárias no Plano Plurianual do Primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso. Sua execução teve como meta elevar a oferta de educação

profissional do país dos 5% - constatados em 1995 - para, pelo menos, 20% da População Economicamente Ativa - PEA, em 1999, percentual este equivalente a cerca de 15 milhões de trabalhadores.

Conforme proposta apresentada, seu desenvolvimento deveria ser favorecido pelo estabelecimento de parcerias:

1) com as Secretarias Estaduais de Trabalho que, acompanhadas e supervisionadas pelas Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho, são responsáveis pela elaboração dos Planos Estaduais de Qualificação; e

2) com a rede de educação profissional do país - responsável pela operacionalização.

No período compreendido - entre 1996-1998 - as metas nacionais estabelecidas foram assim apresentadas:

## Quadro nº. 05
## PLANFOR: perspectiva plurianual
## (1996-1998)

(mil)

| PLANOS NACIONAIS DEFINIDOS | TREINANDOS | |
|---|---|---|
| | 96-98 | 96 |
| 01. Artesanato e desenvolvimento comunitário | 150 | 24 |
| 02. Assentamentos e comunidades rurais | 500 | 62 |
| 03. Bancários e outros trabalhadores do setor financeiro | 150 | 01 |
| 04. Conscritos das Forças Armadas | 040 | 02 |
| 05. Detentos e egressos do sistema penitenciário | 020 | 08 |
| 06. Indústria da construção | 20 | 45 |
| 07. Jovens em situação de risco social | 700 | 25 |
| 08. Pesca | 080 | 20 |
| 09. Pessoas portadoras de deficiência | 150 | 15 |
| 10. Portuários | 060 | -- |
| 11. Saúde | 150 | -- |
| 12. Serviços pessoais | 300 | 40 |
| 13. Servidores da administração pública | 500 | 65 |
| 14. Turismo | 180 | 31 |
| **Subtotal** | **3.230** | **340** |
| **Programas Nacionais a definir** | **270** | **--** |
| **Subtotal – Programas Nacionais** | **3.500** | **340** |
| **Programas Estaduais/Emergenciais** | **1.500** | **410** |
| **TOTAL – PLANOS ESTADUAIS DE QUALIFICAÇÃO** | **5.000** | **750** |
| **REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PAÍS** | **19.000** | **4.250** |
| **TOTAL PLANFOR** | **24.000** | **5.000** |

Fonte: MTb/SEFOR

Em termos gerais, observamos que o PLANFOR se propunha a reduzir as desigualdades sociais e regionais através:

- da inserção ou reinserção no mercado de trabalho, com a erradicação do analfabetismo e elevação do nível de escolaridade e

- do estímulo *"à ampliação da oferta de emprego e de oportunidades de geração de renda buscando alternativas de trabalho autogerido, associativo ou em micro e pequenos empreendimentos"*. (1996:13).

No mesmo ano, publicação também da SEFOR - **Plano Nacional de Educação Profissional: Trabalho e Empregabilidade** - com base nos convênios então firmados, divulgou dados relativos a cada região do país (1996:6), que a seguir transcrevemos.

## 3.3 Planos Estaduais de Qualificação - 1996/1999

**Quadro nº. 06**
**PLANFOR: número de treinandos por região**

(mil treinandos)

| REGIÃO | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| Norte | 075 | 200 | 250 | 300 | **0825** |
| Nordeste | 200 | 400 | 700 | 850 | **2150** |
| Sudeste | 235 | 600 | 800 | 950 | **2585** |
| Sul | 157 | 340 | 400 | 500 | **1397** |
| Centro-Oeste | 083 | 260 | 350 | 400 | **1093** |
| **BRASIL** | **750** | **1800** | **2500** | **3000** | **8050** |

Fonte: MTb/SEFOR (Planos Estaduais de Qualificação/ Secretarias Estaduais de Trabalho)

O documento (1996:8), informava, ainda, que, em conformidade com convênios firmados em 29.04.96, a situação do Estado de Mato Grosso do Sul, considerando-se o exercício de 1996, era a seguinte:

**Quadro nº. 07**
**PLANFOR/MS**
**1996**

(R$ 1.000,00)

| UNID. FED. | PEA – MIL | TREINANDOS | QUALIFICAÇÃO | PROJ. ESP |
|---|---|---|---|---|
| MS | 797 | 8500 | 3625 | 350 |

Fonte: Plano Estadual de Qualificação Profissional

Trata-se, como vemos, de números e valores que não terão, para nós, significado se não buscarmos conhecer, antes de analisá-los, um pouco da história do jovem estado de Mato Grosso do Sul e da vida de seu povo.

**Quadro nº. 16**
**Cursos Ministrados: níveis e linhas**
**1996**

| NACIONAIS | | | ESTADUAIS/EMERGENCIAIS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **HB (37)** | **HE (87)** | **HG (17)** | **HB (26)** | **HE (73)** | **HG (13)** |
| 03 | 13 | 01 | 04 | 08 | 01 |
| 02 | 14 | 02 | 05 | 06 | 02 |
| 01 | 05 | 03 | 01 | 04 | 02 |
| 01 | 03 | 01 | -- | 03 | 01 |
| 09 | 10 | -- | 04 | 07 | 01 |
| 16 | 18 | 07 | 01 | 05 | 02 |
| 04 | 16 | 01 | 01 | 07 | 02 |
| 01 | 08 | 02 | 07 | 07 | -- |
| -- | -- | -- | 01 | 03 | -- |
| -- | -- | -- | 01 | 22 | 01 |
| -- | -- | -- | 01 | 01 | 01 |

Fonte: Seter/MS
Observações[1]

Os cursos foram ministrados na capital e no interior do Estado conforme detalhamento a seguir, devendo ser enfatizado que, dentre os elementos mencionados pelo relatório, dois deixam de ser transcritos pelo fato de não haver correlação com o local de ocorrência: o número de concluintes e o encaminhamento dos mesmos ao mercado de trabalho, dados que não aparecem nos relatórios dos anos subseqüentes. No que concerne ao encaminhamento para o mercado de trabalho, dentre os 19

[1] Como vimos no capítulo anterior, os cursos podem apresentar até três linhas: a) **habilidades básicas**, para os menos instruídos, abrangendo, portanto, leitura e cálculo; b) **habilidades específicas,** voltadas para conhecimentos técnicos e c) **habilidades de gestão,** voltadas para a geração de rendas, quando conhecimentos relativos à administração do próprio negócio torna-se fundamental.

programas desenvolvidos, apenas em três [2] o número aparece, sem que, entretanto, haja qualquer indicação de localidade.

**Quadro nº. 17**
**PLANFOR/MS: cursos, habilidades e população alvo**
**1996**

| Nº. | POPULAÇÃO ALVO | CURSOS |
|---|---|---|
| 01 | **Administração Pública**<br>(1631 alunos – 17 cursos)<br>Campo Grande: 1631<br>100% | ▪ Secretária de Gabinete (HB-23) (HE-23)<br>▪ Informática: Introdução (HB-227) (HE-318) Banco de Dados Access (HE-70) Word (HE-180) Excel (HE-180) Manutenção de equip.informática (HE-35)<br>▪ Licitação na Adm. Pública (HE-70)<br>▪ Planejamento Estratégico (HE-41)<br>▪ Relações Interpessoais (HE-60)<br>▪ Qualidade Total (HB-45) (HE-45)<br>▪ Técnicas Atendimento em Postos de Saúde (HE-33)<br>▪ Segurança no Trabalho (HE-28)<br>▪ Elaboração Projetos (HE-41)<br>▪ Técnicas de Gerenciamento Básico (HG-115) |
| 02 | **Indústria da Construção Civil**<br>(1337 alunos – 09 cursos)<br>Campo Grande: 555 alunos (41,51%)<br>Cursos: não identificados | ▪ Projeto Trabalhar (HB-619)<br>▪ Carpinteiro de Obras (HE-59)<br>▪ Pedreiro: Geral (HE-341) Revestidor de Paredes (HE-131)<br>▪ Pintor de Obra (HE-65)<br>▪ Mestre de Obra (HE-20)<br>▪ Formação de Formadores (HG-27)<br>▪ Formação de Formadores Sindical (HG-20)<br>▪ Treinamento Gerencial Básico (HG-31) |
| 03 | **Detentos e Egressos**<br>(41 alunos – 05 cursos)<br>Campo Grande: 41 alunos<br>(100%) | ▪ Tempo de Alfabetizar (HB-22)<br>▪ Artesanato: Tricô (HE-15)<br>▪ Corte e Costura (HE-10)<br>▪ Mecânica Preventiva (HE-10)<br>▪ Técnicas de Gerenciam. Básico (HG-25) |

[2]Programa Nacional para Indústria da Construção (12 municípios - 201 encaminhamentos); Programa Emergencial para o setor Ferroviário Federal (3 municípios, 18 encaminhamentos) e Programa Estadual de Apoio à Capacitação Profissional da População Indígena (4 municípios, 4 encaminhamentos)

(continuação)

| Nº. | POPULAÇÃO ALVO | CURSOS |
|---|---|---|
| 04 | **Trabalhadores Rurais**<br>(1161 alunos – 18 cursos)<br>Campo Grande: 85 alunos (7,32%)<br>Cursos: não identificados | ▪ Formação de Formadores (HB-50)<br>▪ Preparação Básica – Tempo de Alfabetizar (HB-539)<br>▪ Aproveitamento de Alimentos (HE-40)<br>▪ Aproveitamento Carne Suína (HE-50**)**<br>▪ Avicultura de Corte (HE-32)<br>▪ Horticultura (HE-11)<br>▪ Manejo Pequenos Animais (HE-19)<br>▪ Práticas de Atividades rurais (HE-171)<br>▪ Produção e Manejo de Silagem (HE-47)<br>▪ Apicultura (HE-12)<br>▪ Aplicador de Med. Bovino (leite) (HE-37)<br>▪ Fabricação caseira de Conservas e Compotas (HE-36)<br>▪ Produção Caseira Derivados do Leite (HE-100)<br>▪ Fruticultura (HE-59)<br>▪ Corte e Costura (HE-29)<br>▪ Construções Alternativas de Hab. Rurais (HE-05)<br>▪ Gerenciamento de empresas Rurais (HG-144)<br>▪ Prática de Atividades Rurais (HG-171) |
| 05 | **Jovens em Situação de Risco**<br>(719 alunos - 19 cursos)<br>Campo Grande: 719 alunos (100%) | ▪ Cabeleireiro (HB-28) (HE-28)<br>▪ Gráfica (HB-27) (HE-27)<br>▪ Informática: Introdução (HB-141) (HE-141) Word (HB-141) (HE-141) Planilha Eletr. (HB-136) (HE-136)<br>▪ Mecânica Geral (HB-53) (HE-53)<br>▪ Panificação (HB-43) (HE-43)<br>▪ Serralheria (HB-32) (HE-32)<br>▪ Industrialização de Alimentos (HB-40) (HE-03)<br>▪ Confecção Tapetes e Caixas para Presente (HE-40) |

(continuação)

| Nº. | POPULAÇÃO ALVO | CURSOS |
|---|---|---|
| 06 | **Portadores de Deficiência Física**<br>(178 alunos – 41 cursos)<br>Campo Grande: 178 alunos (100%) | ▪ Técnicas Artísticas/Artesanato: Tapeçaria (HB-03) (HE-03) (HG-03) Calçados (HB-09) (HE-09) (HG-09) Pintura em Tecido (HB-03) (HE-03) (HG-03)<br>▪ Confeitaria (HB-05) (HE-10)<br>▪ Auxiliar de Jardinagem (HB-04) (HE-04)<br>▪ Confecção de Fraldas e Absorventes (HB-09) (HE-09) (HG-09)<br>▪ Formação de Instrutores (HB-07) (HE-07) (HG-07)<br>▪ Corte e Costura (HB-13) (HE-05)<br>▪ Inseminação Art. Bovino (HB-05) (HE-05) (HG-05)<br>▪ Informática: Introdução (HB-13) (HE-13) Básico II (HE-27)<br>▪ Produção de mudas (HB-05) (HE-05)<br>▪ Telefonista (HB-08) (HE-08)<br>▪ Interpretação Língua Portuguesa (HB-11) (HE-11)<br>▪ Datilografia (HB-08) (HE-08<br>▪ Manicure (HB-03) (HE-03) (HG-03)<br>▪ Recepcionista (HB-03) (HE-03)<br>▪ Doces Decorativos (HE-06) |
| 07 | **Serviços Pessoais**<br>(1599 alunos – 21 cursos)<br>Campo Grande: 1465 alunos (91,62%) | ▪ Preparação Básica tempo de Alfabetizar (HB-286)<br>▪ Cabeleireiro (HB-102) (HE-298)<br>▪ Vigia (HE-49)<br>▪ Reparador de Eletrodoméstico (HE-31)<br>▪ Reparador de Ap. Refrigeração (HE-29)<br>▪ Encanador Hidráulico (HE-35)<br>▪ Mecânico: motor de auto (HE-75)Diferencial e Câmbio (HE-13)<br>▪ Embelezamento Pessoal (HE-11) (HE-110)<br>▪ MOPE (HE-21)<br>▪ Operador de Caixa (HE-74)<br>▪ Telefonista (HE-26)<br>▪ Gerenciamento do Lar (HB-14) Nível I (HE-76) Nível II (HE-96)<br>▪ Secretária (HB-29) (HE-66)<br>▪ Treinamento Gerencial Básico (HG-232)<br>▪ Manutenção Equip Informática (HE-74) |

(continuação)

| Nº. | POPULAÇÃO ALVO | CURSOS |
|---|---|---|
| 08 | **Setor Turismo**<br>(739 alunos – 11 cursos)<br>Campo Grande: 284 alunos (38,43%)<br>Cursos: não identificados | ▪ Preparação Básica p/ Trabalho (HB-136)<br>▪ Copeiro (HE-58)<br>▪ Emissor passagens aéreas (HE-65)<br>▪ Motorista Táxi (HE-38)<br>▪ Recepcionista Hotel (HE-74)<br>▪ Produção de Iscas Vivas (HE-86)<br>▪ Guia de Compras (HE-25)<br>▪ Atendente Esp. Para Turista (HE-92)<br>▪ Treinamento Gerencial Básico (HG-423)<br>▪ Motorista Turismo (táxi) (HG-26)<br>▪ Garçom (HE-103) |
| 09 | **Administrativo: Comércio e Indústria**<br>(1847 alunos – 13 cursos)<br>Campo Grande: 1179 alunos (63,83%)<br>Cursos: não identificados | ▪ Datilografia (HB-104) (HE-244)<br>▪ Telefonista (HB-207) (HE-201) (HE-201)<br>▪ Secretária (HB-254) (HE-254)<br>▪ Secretária Informatizada (HE-171)<br>▪ Office-Boy (HB-95) (HE-95)<br>▪ Auxiliar de Contabilidade (HE-180)<br>▪ Auxiliar Departamento Pessoal (HE-193)<br>▪ Técnicas de Gerenciamento Básico (HG-40) |
| 10 | **Comércio**<br>(1468 alunos – 13 cursos)<br>Campo Grande: 952 alunos (64,85%) | ▪ Vendedor lojista (HB-139) (HE-274)<br>▪ Balconista (HB-40) (HE-220)<br>▪ Operador de Caixa (HB-152) (HE-397)<br>▪ Promotor de Venda (HB-97) (HE-295) (HG-12)<br>▪ Gerenciam. de Micro e Pequena Empresas I (HB-72)<br>▪ Gerenciam. Empr.Comercial II (HE-72)<br>▪ Gerenciam.Pequena Empresa (HG-129)<br>▪ Auxiliar de Vendas (HE-33) |
| 11 | **Informática (com. e ind.)**<br>(2575 alunos – 04 cursos)<br>Campo Grande: 2575 alunos (100%) | ▪ Informática: Introdução (HE-1328) (HG-70) Word (HE-757) Planilha eletrônica – Excel (HE-263) |
| 12 | **Setor Ferroviário**<br>(224 alunos – 12 cursos)<br>Campo Grande: 127 alunos (56,70%) | ▪ Auxiliar Contabilidade (HB-24) (HE-24)<br>▪ Datilografia (HB-13) (HE-13)<br>▪ Mecânico motor diesel (HB-20) (HE-20)<br>▪ Informática: Introdução (HB-67) (HE-30) (HE-37)<br>▪ Pintor de Obras (HE-20)<br>▪ Assentador de Piso e Azulejo (HE-20)<br>▪ Gerenciamento de Pequena Empresa (HG-60) |

(continuação)

| Nº. | POPULAÇÃO ALVO | CURSOS |
|---|---|---|
| 13 | **Indústria do Vestuário**<br>(718 alunos-08 cursos)<br>Campo Grande: 485 alunos (67,55%)<br>Cursos: não identificados | ▪ Preparação Básica Tempo de Alfabetizar (HB-117)<br>▪ Costura Reta (HE-162) (HG-137)<br>▪ Mecânico: manutenção de máquina (HE-63) (HG-63)<br>▪ Operador de máquina Galoneira (HE-130)<br>▪ Overloque (HE-131)<br>▪ Modelagem Industrial (HE-60) |
| 14 | **Indústrias emergentes**<br>(547 alunos – 10 cursos)<br>Campo Grande: 429 alunos (78,43%)<br>Cursos: não identificados | ▪ Tempo de Alfabetizar (HB-179)<br>▪ Mecânico Motor Diesel (HE-56) (HG-56)<br>▪ Operador de Caldeira (HE-33)<br>▪ Documentação e Escrita Fiscal (HE-41)<br>▪ Estoquista (HE-26)<br>▪ Informática: Introdução (HE-101)<br>▪ Cortes Nobres Europeus Bovinos e Suínos (HE-25)<br>▪ Higiene Sanitária Estabelec. Prod. Carne (HE-42)<br>▪ Como Negociar com o Fornecedor (HG-43) |
| 15 | **Jovens Tipif. Judicialmente**<br>(122 alunos – 14 cursos)<br>Campo Grande: 122 alunos (100%) | ▪ Informática: Introdução (HB-06) (HE-06) (HE-13)<br>▪ Práticas em Atividades Rurais (HB-16) (HE-16)<br>▪ Office-Boy (HB-07) (HE-07)<br>▪ Embelezamento Pessoal (HB-13) (HE-13)<br>▪ Manicure (HB-08) (HE-08)<br>▪ Cabeleireiro (HB-13) (HE-13)<br>▪ Preparação Básica para o trabalho (HB-16) |
| 16 | **Setor Saúde**<br>(271 alunos – 03 cursos)<br>Campo Grande: 124 alunos (45,76%) | ▪ Auxiliar Enfermagem (HB-271) (HE-162) (HG-40) |

Fonte: Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda/MS

O material coletado nos mostra que a carga horária dos cursos ministrados varia de 8 horas/aula (como o de Treinamento Gerencial Básico, na Habilidade de Gestão) a 357 horas/aula (como o curso de

Auxiliar de Enfermagem[3] – Habilidade Básica). Entendemos que, segundo a extensão do conteúdo programático necessário em cada curso, a carga horária deve oscilar. Observamos, porém, que em algumas situações, o mesmo curso apresenta diferenças neste aspecto. É o que ocorre com o programa "Tempo de Alfabetizar", que foi ministrado, em diferentes localidades, com também diferente duração: com 120, 140 e até 180 horas/aula, com até 33%, portanto, de variação.

**Quadro nº. 18**
**Programas Estaduais/Emergenciais**
**1996**

| Nº.. | PROGRAMA | TREINANDOS | C. GRANDE |
|---|---|---|---|
| 1. | Administração Pública | 1631 | 1631 |
| 2. | Comércio | 1468 | 952 |
| 3. | Informática | 2575 | 2575 |
| 4. | Ferroviário Federal | 224 | 127 |
| 5. | Indústria Vestuário | 718 | 485 |
| 6. | Indústria da Construção Civil | 1337 | 555 |
| 7. | Indústrias emergentes | 547 | 429 |
| 8. | Jovens em situação de risco | 719 | 719 |
| 9. | Jovens tipificados judicialmente | 122 | 122 |
| 10. | Trabalhadores rurais | 1161 | 85 |
| 11. | Assentamentos e comunidades rurais | 1446 | 50 |
| 12. | Serviços Pessoais | 1599 | 1465 |
| 13. | Área administrativa: com. e indústria | 1847 | 1179 |
| 14. | Turismo | 739 | 284 |
| 15. | Detentos e Egressos | 41 | 41 |
| 16. | Portadores de Deficiência | 178 | 178 |
| 17. | Setor Saúde | 271 | 124 |
| 18. | Erradicação do trabalho escravo | 258 | -- |
| 19. | População Indígena | 98 | -- |
| **SUBTOTAL** | | **16979** | **11001** |

Fonte: Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda

[3]Merece destaque o fato do curso em questão – Auxiliar de Enfermagem – ser de interesse do Governo do Estado, que preparava recursos humanos para atuarem no Hospital "Rosa Pedrossian" que, na época, ainda não tinha entrado em funcionamento.

Com base nos dados obtidos, vemos que, dos dezenove programas desenvolvidos em todo o Estado de Mato Grosso do Sul em 1996, onze envolveram a capital e o interior, seis, somente a capital e dois apenas o interior do Estado, conforme demonstra o quadro a seguir.

**Quadro nº. 19**
**Mato Grosso do Sul: educação profissional**
**1996**

| PROGRAMAS/ MS | TREINANDOS | TREINANDOS/LOCALIZAÇÃO | |
|---|---|---|---|
| | | C. GRANDE | INTERIOR |
| 11 | 11.357 | 5.735 | 5.622 |
| 06 | 5.266 | 5.266 | -- |
| 02 | 356 | -- | 356 |
| **19** | **16.979** | **11.001** | **5.978** |
| **%** | **100,00** | **64,79** | **35,21** |

Fonte: Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda/MS

Entendemos que alguns aspectos devem ser inicialmente enfatizados:

1. a meta estabelecida para o exercício - 8.500 treinandos -, foi superada em 99,75%;
2. dos 11.001 treinandos de Campo Grande, 85 são trabalhadores rurais (conforme item 04 do Quadro nº. 11 e item 10 do Quadro nº. 12), o que nos permite inferir que **na capital do Estado foram atendidos, em 1996**, **10.916 trabalhadores urbanos** de diversas faixas etárias, número que equivale a **64,29%** do total de treinandos no âmbito estadual.

### 4.4.2 Qualificação Profissional/Campo Grande-MS - 1997

Com o intuito de favorecer a análise pertinente aos dados coletados e referentes ao exercício de 1997, procuraremos apresentar quadros semelhantes aos relativos ao ano anterior, já que nos relatórios 97 e 98, com outra formatação, os dados considerados foram: Cursos, Programas, Entidades Executoras e Número de Treinandos, dispostos por município, razão pela qual concentraremos nossa atenção apenas no município de Campo Grande, universo de nosso estudo. Observamos, ainda, que os números apresentados após a identificação dos programas e cursos referem-se aos treinandos.

**Quadro nº. 20**
**Programas Nacionais**
**1997**

| Nº. | PROGRAMAS | CURSOS |
|---|---|---|
| **01** | **Administração Pública** (2420) | • Formação de Formadores (48)<br>• Secretária (57)<br>• Recepcionista (46)<br>• Rel. Humano Adm.Pública (715)<br>• Controle Execução Orçament.(15)<br>• Administração Pessoal (28)<br>• Fecham. Contas Municipais (36)<br>• Noções de Direito Adm. (31)<br>• Informática (1395)<br>• Contabilid.Gerencial Pública (21)<br>• Auditoria Int. e Ext. (11)<br>• Análise de Balanço (17) |

(continuação)

| Nº. | PROGRAMAS | CURSOS |
|---|---|---|
| **02** | **Assentamentos /comunidades rurais** (87) | • Comercialização Agrícola (10)<br>• Cultivo Plantas Medicinais (15)<br>• Inseminação Artificial (12)<br>• Princípios Filos.de Educação (40)<br>• Sistema Controle Financeiro (10) |
| **03** | **Indústria da Construção Civil** (724) | • Pedreiro (75), (171)<br>• Mestre de Obra (15), (18)<br>• Eletricista Predial (14)<br>• Pintor de Obra (31) (15)<br>• Marcenaria (16)<br>• Encanador (30)<br>• Carpinteiro (15)<br>• Revestidor Parede (51)<br>• Assentador Tijolos (114)<br>• Azulejista (38)<br>• Carpinteiro de Obra (55)<br>• Formação de Formadores (18)<br>• Prep. Básica p/ Trabalho (48) |
| **04** | **Detentos e egressos** (151) | • Pedreiro (83)<br>• Eletricista predial (26)<br>• Corte de cabelo (21)<br>• Confeitaria (21) |
| **05** | **Jovens em situação de risco** (1029) | • Serralheria (57)<br>• Panificação (61)<br>• Mecânica (61)<br>• Introd. Microinformática (317)<br>• Gráfica (60)<br>• Confecção Industrial (16)<br>• Office-Boy (95)<br>• Recepcionista (90)<br>• Operador de Caixa (86)<br>• Cabeleireiro (64)<br>• Datilografia (104)<br>• Embelezamento pessoal (18) |
| **06** | **Portadores de Deficiência (338)** | • Técnica artística (12)<br>• Artes Plásticas (10)<br>• Doces para festas (12)<br>• Serigrafia (10)<br>• Embalagem (13)<br>• Pintura em Tecido (12) |

(continuação)

| Nº. | PROGRAMAS | CURSOS |
|---|---|---|
| **06** | **Portadores de Deficiência** (continuação) | • Confecção de Bonecas (12)<br>• Língua de Sinais p/ Intérprete (20)<br>• Garçom (12)<br>• Formação Linguagem de sinais (20<br>• Estamparia (10)<br>• Sistema Braille (10)<br>• Datilografia (31)<br>• Informática: Introdução (48) e<br>• Windows/Word (39)<br>• Form. de Agentes de colocação (45)<br>• Secretária Doméstica (11)<br>• Pintura em Tela (11) |
| **07** | **Serviços pessoais** (652) | • Confeitaria (22)<br>• Congelamento (35)<br>• Cozinha (25)<br>• Cozinha Hospitalar (20)<br>• Corte e Costura (42)<br>• Doceria (24)<br>• Salgadeiro (18)<br>• Manut. Eq. Informática (84) (67)<br>• Ornamentação e Mudas (19)<br>• Massagista (23)<br>• Decoração de Festas Infantis (33)<br>• Direção defensiva: transporte de Pessoas (13), cargas (14)<br>• Fotógrafo comercial (14)<br>• Embelezamento pessoal (15)<br>• Reparador de Eletrodomésticos (14)<br>• Encanador (11)<br>• Cartazista/Letrista (19)<br>• Árbitro de Futebol (39)<br>• Cabeleireiro (23)<br>• Formação de Vigilantes (20)<br>• Eletricista (17)<br>• Mecânico de motores: (gasolina/ álcool (22) diesel (19) |
| **08** | **Turismo** (562) | • Confeitaria: Introd.(26) e Aperfeiçoa-mento (26)<br>• Organização Eventos (44)<br>• Informações Turísticas (72)<br>• Básico em Camareira (66) |

(continuação)

| Nº. | PROGRAMAS | CURSOS |
|---|---|---|
| **08** | **Turismo** (continuação) | • Cozinheiro Básico (94)<br>• Garçom Básico (61)<br>• Copeiro Básico (67)<br>• Cozinha Regional (106) |
| **09** | **Artesanato e Desenvolvimento de Comunidade** (438) | • Habilidades Manuais (57)<br>• Iniciação Artesanal (63)<br>• Confeitaria (47) - Congelamento (24)<br>• Cabeleireiro (23)<br>• Embelezamento pessoal (23)<br>• Culinária (69)<br>• Tapeçaria (21)<br>• Bordado: Vagonite (27), Pto Cruz (38)<br>• Cerâmica artística (21)<br>• Formação de Instrutores (25) |
| **10** | **Seguro Desemprego** (1169) | • Operador de galoneira (40)<br>• Operador de overloque (40) (20)<br>• Operador de interloque (40)<br>• Modelagem industrial (47) (12)<br>• Mecânico de Máq. de Confecção (20)<br>• Arranjos natalinos (18)<br>• Informática: Introdução (143) (48) (93); Excel (49) (18); Word (17) (186)<br>• Panificação (22)<br>• Datilografia (21)<br>• Auxiliar de Departamento Pessoal (24)<br>• Auxiliar de Escritório (23)<br>• Costura Reta (24)<br>• Soldador Elétrico (12)<br>• Sapataria (24)<br>• Costura Industrial (93)<br>• Serralheiro (12)<br>• Secretária informatizada (45)<br>• Qualidade de venda (59)<br>• Editoração gráfica (19) |
| **11** | **Conscritos das Forças Armadas** (92) | • Pedreiro em Geral (16)<br>• Pintor de Parede (14)<br>• Eletricista Predial (12)<br>• Encanador hidráulico (09)<br>• Eletricista de Auto (20)<br>• Funilaria e Pintura (21) |

Fonte: Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda/MS

## Quadro nº. 21
## Programas Estaduais/Emergenciais

| Nº. | PROGRAMAS | CURSOS |
|---|---|---|
| **01** | **Saúde** (276) | • Auxiliar de Enfermagem: (40), (35), (36) (90)<br>• Téc. Radiologia Médica (48)<br>• Atendimento em Consultório Dentário (27) |
| **02** | **População Indígena (**271) | • Computação (127)<br>• Corte e Costura (43)<br>• Culinária (24)<br>• Mecânica de automóveis (30)<br>• Pintor (09)<br>• Eletricista (15)<br>• Preparação Básica para o Trabalho (23) |
| **03** | **Autogestor (298)** | • Administrando meu próprio negócio (80)<br>• Técnicas de Gerenciamento básico (20)<br>• Contabilidade para micro e pequenas empresa (25)<br>• Informatizando minha empresa (75)<br>• Introdução à Qualidade Total (13)<br>• Planejamento Estratégico Investimento (25)<br>• Qualidade de Atendimento (60) |

Fonte: Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda/MS

Os dados revelam que no exercício foram ministrados 142 cursos, para 168 turmas, totalizando 8.507 treinandos, dos quais 98,98% eram trabalhadores urbanos, empregados ou não, já que deste universo 28,47% encontravam-se em atividade no setor público.

Dentre os elementos não disponíveis encontra-se a meta para o exercício. Vemos, entretanto, que em Campo Grande atingiu-se em 1997 (8.507), o que representa 77,33% do número de treinandos de 1996.

Quanto ao número de programas desenvolvidos em 1997, comparado ao resultado obtido no ano anterior, vemos que se permaneceu em marca 17,65% também aquém da alcançada em 96, quando foram desenvolvidos 17 programas em Campo Grande.

### 4.4.3 Qualificação Profissional/Campo Grande - MS - 1998

Em 1998 foram desenvolvidos treze programas, sendo ministrados 221 cursos para 245 turmas, atingindo, em Campo Grande, 9.746 treinandos, 98,46% da área urbana.

**Quadro nº. 22**
**Programas Nacionais**
**1998**

| Nº. | PROGRAMAS | CURSOS |
|---|---|---|
| **01** | **Administração Pública** (1890) | • Microinformática: Introdução (102); Word (89) (15); Excel (17) Corel Draw (17); Access (18); Auto cad (43); Informática aplicada à Prestação de Contas (20); Informática (494)<br>• Noções de higiene e téc. Limpeza (80)<br>• Gerência administrativa (51)<br>• Comport pró-ativo e Qualid. de vida (25)<br>• Elaboração de Planos, Programas e Projetos (46) Redação Oficial (50); (113)<br>• Qualidade de serviços gerais (26)<br>• Qualidd e produtividd no atendim. (50)<br>• Cuidando da nossa infância (50)<br>• Trab. Merendeira e Ação Educativa (28)<br>Condutor de veículos oficiais (26) |

(continuação)

| Nº. | PROGRAMAS | CURSOS |
|---|---|---|
| **01** | **Administração Pública** (continuação) | Recepcionista (30)<br>Secretária (30)<br>• Form.Multiplicador adm. de ed. (40)<br>Lógica de Programação (60)<br>• Elaboração Orçamento Público (29)<br>• Qualidade total na Adm.Públ. (100)<br>• Chefia e Liderança (97)<br>• Balanço, análise e prest. contas (12)<br>• Administração de Pessoal (19)<br>• Balanços e Balancetes (30)<br>• Licitação e Contratos (58)<br>• Adm. e prest. contas (13)<br>• Contabilidade int. e ext. Adm. Púb.(12) |
| **02** | **Assentamentos e comunidades rurais** (150) | • Administração Rural (15)<br>• Organização Rural (45)<br>• Reg. Pulverizador (11)<br>• Primeiros Socorros (50)<br>• Organização e gestão sindical (29)<br>• Carpinteiro de obra (16)<br>• Pedreiro Geral (145) (12); Especiali–zação (21)<br>• Revestidor de parede (112) (15) (24)<br>• Assentador de tijolos (62) (26)<br>• Azulejista (17)<br>• Pintor de obra (28) (13) (42) |
| **03** | **Indústria da Construção** (921) | • Marceneiro (37) (12)Prep. Básica:Nível I (63); Nível II(32)Eletricista (18) (13) (14)<br>• Tecnologia de bambu na C. Civil (15)<br>• Legislação Aplicada na C. Civil (110)<br>• Formação de Formadores (63)<br>• Mestre de Obras (11) |
| **04** | **Bancários** (198) | • Iniciação empresarial (18)<br>• Técnicas de venda (37)<br>• Crédito e Cobrança (21)<br>• Introdução à microinformática (20)<br>• Comunicação com Público (38)<br>• Matemática Financeira (64) |

(continuação)

| Nº. | PROGRAMAS | CURSOS |
|---|---|---|
| **05** | **Jovens em situação de risco** (1262) | • Aux. Departamento Pessoal (17)<br>• Auxiliar de escritório (18) (27)<br>• Cartazista/Letrista (31)<br>• Informática: Introdução (22) (160); Manutenção Equip. (21); Editoração Power Point (21) Digitador (30),<br>• Informática (cont.): Excel (91); Windows 95/Word 7.0 (111)<br>• Estoquista (40)<br>• Balconista (31)<br>• Cozinha Industrial (10)<br>• Office-Boy (19)<br>• Correspondência Comercial (26)<br>• Costureiro Básico (19)<br>• Tecelagem (20)<br>• Marcenaria (20); Operad. Máquinas (28); Fabr. e montagem móveis (28)<br>• Serralheria: Medição, corte e solda (30); Fabr. e montagem (30)<br>• Corte e Costura: Fabr. Malhas (22); Fabr. Camisa e Calça Social (18)<br>• Panificação (20) (30)<br>• Reformas e Reparos Prediais (10); Mecânico (30)<br>• Pedreiro em Geral (15<br>• Horticultura (20)<br>• Recepcionista (60) (26)<br>• Secretária Informatizada (21)<br>• Atendim. Estab. Comercial (41)<br>• Atendim. Recreação Infantil (19)<br>• Auxiliar Serviços Externos (22)<br>• Leiturista (19)<br>• Técnicas de Vendas (20)<br>• Básico em Confeitaria (19)<br>• Técnicas Artísticas (10)<br>• Estamparia (11)<br>• Língua de Sinais: para surdos (12); para intérpretes (15)<br>• Auxiliar de Cozinha (13)<br>• Sandália bordada (14)<br>• Artesanato em Jornal (13) |

(continuação)

| Nº. | PROGRAMAS | CURSOS |
|---|---|---|
| **06** | **Portadores de Deficiência** (285) | • Microinformática: Introdução (11)<br>• Cultivo de plantas medicinais (11)<br>• Artesanato do Pantanal (85)<br>• Telemarketing (15)<br>• Massoterapia (14)<br>• Brinquedos pedagógicos (10)<br>• Tapeçaria em barbante (17)<br>• Massas e Pães (11)<br>• Biscoitos caseiros (10)<br>• Sistema Braille (15)<br>• Agentes multiplicadores (43)<br>• Oficina manut./fabric. Muletas, Cad. Rodas (25) |
| **07** | **Serviços Pessoais** | • Manicura (103)<br>• Reparador ap. eletrônicos (45)<br>• Eletricista Montador de Padrão (24)<br>• Secretária Executiva (30)<br>• Operador Telemarketing (21)<br>• Qualidade de Atendimento (33)<br>• Office-boy/girl (27)<br>• Auxiliar Serviços Gerais (24)<br>• Arranjo Flores Naturais (12)<br>• Pizzaiolo (09)<br>• Treinamento Gerencial Básico (66)<br>• Iniciação empresarial (70)<br>• Int. gestão Qualidade Total (30)<br>• Excelência nas relações internas de trabalho (30)<br>• Técnicas de Venda (62)<br>• Formação preços venda (33)<br>• Eletricista (reparos) (20)<br>• Cartazista/Letrista (43)<br>• Microinformática: Introd. (40); Word (70); Manutenção de Eq (64)<br>• Bicicletaria (16)<br>• Doméstica (44)<br>• Confeitaria (20)<br>• Salgadinhos p/ festas (25) |

(continuação)

| Nº. | PROGRAMAS | CURSOS |
|---|---|---|
| **07** | **Serviços Pessoais** (continuação) | • Eletricista de auto (46)<br>• Confecção malhas (26)<br>• Panificação (22)<br>• Produção eventos (22)<br>• Corte e Costura (45)<br>• Bordado e Crochê (30)<br>• Empregabilidade no varejo vivo (75)<br>• Atendimento ao público (50)<br>• Venda criativa (50)<br>• O cliente chegou! E agora? (50)<br>• Formação de Formadores (28)<br>• Qualificação do professor leigo (208)<br>• Formação de Teatro (21)<br>• Iluminação (13)<br>• Sonorização (14)<br>• Eletricista (reparos ) (20) |
| **08** | **Turismo** (399) | • Garçom (30)<br>• Barman (28)<br>• Copeiro (32)<br>• Relações internas Bares/Rest (48)<br>• Doces Caseiros (23)<br>• Noções básicas op. Turísticas (25)<br>• Noções básicas camareira (22)<br>• Noções básicas emissão bilhetes (29)<br>• Noções básicas merendeira (27)<br>• Noções básicas recepcionista hotel (28)<br>• Pizzaiolo (26)<br>• Qualidade prestação serviços setor turismo (81) |
| **09** | **Artesanato e Desenvolvimento de Comunidade** (504) | • Hab.manuais: tricô (39); Crochê (30)<br>• Artesanato: Marionetes de "papier maché" (32); Teatro de Sombras (32); Marionetes Alegóricas (27);<br>• Marionetes – Técnica de Jornal (34)<br>• Roteiro Teatro de Marionetes (32)<br>• Manipulação de Marionetes (29) |

(continuação)

| Nº. | PROGRAMAS | CURSOS |
|---|---|---|
| **09** | **Artesanato e Desenvolvimento de Comunidade** (continuação) | • Direção e Montagem Marionetes (29)<br>• Gerenciam. Prod. e Administr. (28)<br>• Embelezamento pessoal (40)<br>• Reciclagem mat. Tapeçaria (28)<br>• Cabeleireiro (40)<br>• Arranjos natalinos (43)<br>• Madeira e acabamento (19)<br>• Fibras vegetais – Novos Produtos (22) |
| **10** | **Seguro-Desemprego** (1253) | • Técnica de Vendas (16) (61)<br>• Estoquista informatizado (32)<br>• Cartazista/Letrista (15)<br>• Secretária informatizada (16)<br>• Balconista Informatizada (31)<br>• Telemarketing (17)<br>• Microinformática: Excel (40) (72) (46) (40); Digitação (121); Editoração (96); IPD/Windows/Word (265) (31) (40) (120)<br>• Panificação (33)<br>• Eletricista auto (23)<br>• Soldador (20)<br>• Mecânico: Gasolina/Álcool (22); Diesel (20)<br>• Datilografia (40)<br>• Gerenciamento do próprio negócio (36) |

Fonte: Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda/MS

**Quadro nº. 23**
**Programas Estaduais/Emergenciais**
**1998**

| Nº. | PROGRAMAS | CURSOS |
|---|---|---|
| **01** | **Saúde** (298) | • Auxiliar de Enfermagem (153)<br>• Técnico em Radiologia (45)<br>• Atendente de Farmácia (50)<br>• Copeiro Hospitalar (18)<br>• Cozinheiro Hospitalar (18)<br>• Auxiliar de Cozinha Hospitalar (14) |
| **02** | **População Indígena** (274) | • Intr. Microinformática (30)<br>• Confecção malhas (20)<br>• Embelezamento pessoal (23)<br>• Pintura em tecido (24)<br>• Doces caseiros (17)<br>• Pequenos reparos domésticos (14)<br>• Conservação e Higiene de Produtos Alimentares (20)<br>• Pedreiro em geral (15)<br>• Eletricista de Auto (20)<br>• Salgadinhos para festas (22)<br>• Panificação (46)<br>• Mecânico (23) |
| **03** | **Autogestor (651)** | • Iniciando um Pequeno Grande negócio (66)<br>• Iniciação empresarial (93)<br>• Treinamento gerencial básico (101)<br>• Introdução à Qualidade Total (85)<br>• Qualidade no atendimento (93) (25)<br>• Administrando meu próprio negócio (69)<br>• Telemarketing (99)<br>• Técnicas de Venda (20) |

Fonte: Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda/MS

Os elementos constantes da documentação obtida e aqui expostos, permitem-nos algumas considerações, que são, porém, insuficientes para serem conclusivas. Isto exige que outras medidas sejam

por nós adotadas, como o estabelecimento de distinção entre a formação profissional clássica, via escolarização, e os programas de qualificação profissional.

É o que nos propomos a fazer a seguir.

# CAPÍTULO V

# EDUCAÇÃO E TRABALHO

## 5.1 Formação ou qualificação profissional?

Após procurarmos identificar as causas e as conseqüências do desemprego, assim como a proposta governamental para minimizar seus efeitos e as ações para tanto desenvolvidas em Campo Grande, não podemos deixar de continuar questionando em que medida, em meio a tantos problemas que são alheios ao trabalhador, sua “qualificação” vai

contribuir para que os objetivos do discurso governamental - ou seja, a redução do desemprego -, sejam alcançados.

A pesquisa bibliográfica nos mostrou que estas mesmas preocupações atingem muitos outros. Vemos, à guisa de exemplo, FRANCO (2000:101) fazendo indagações semelhantes, ao manifestar sua dúvida: *"O que significa preparar para o trabalho em um mundo como este? Que conhecimentos, para que trabalho?"*

Buscando conceitos que favoreçam melhor interpretação de nossa realidade, vemos que MANFREDI (1997:2-29), tendo como ponto de partida as expressões **qualificação**, **competência** e **formação profissional**, analisou as áreas de conhecimento envolvidas, com o intuito, conforme afirma, de *"demarcar as diferenças existentes nas diferentes abordagens, quer no âmbito teórico como político, pois, no nosso entender, tais conceitos expressam sentidos e intenções diferentes"*. (MANFREDI, 1997:2-3)

No que concerne à **qualificação,** a autora observa que, ao longo de nossa história recente, o termo adquiriu diferentes significados, uma vez que sua base teórica, tanto pode estar na economia da educação, quanto na sociologia do trabalho.

1. No primeiro caso, duas noções de qualificação foram construídas:

   a) no período compreendido entre os anos 50 e 60 o conceito de **qualificação** começou a ser utilizado, sendo associado a idéias

pertinentes à **Teoria do** C**apital Humano,** difundida por Theodore Schultz e Frederic Harbison, dentre outros,

> *"(...) que defendiam a importância da instrução e do progresso do conhecimento como ingredientes fundamentais para a formação do chamado* ***capital humano, de recursos humanos****, isto é da escassez de pessoas possuidoras de habilidades-chave para atuarem nos setores em processo de modernização"*. (MANFREDI, 1997:4)[67] (Grifos da autora).

Continua a autora afirmando que, neste contexto, a função da educação básica escolar passou a ter, também, outro significado: preparar indivíduos *"para o treinamento, mais que para ocupações determinadas (...),* sendo entendido que *"A educação prévia ao emprego (...) determina a sensibilidade do indivíduo para continuar aprendendo e compreendendo.* Neste sentido, a educação escolar passou a ser vista como algo que carecia de complementação - o treinamento técnico -, de forma tal que o trabalhador estivesse apto a contribuir para o desenvolvimento econômico. A autora esclarece, ainda, que:

> *"De acordo com este parâmetro, a noção de desenvolvimento econômico está associada à expansão do nível de emprego e ao estabelecimento de políticas*

[67] Sílvia MANFREDI define como **modernização "***a eleição e o modelo industrial capitalista como modo de produção, consumo, estilo de vida, e a integração em um padrão de desenvolvimento industrial adotado nos países capitalistas do ocidente*". Quanto à **formação de capital humano,** a autora explicita que, na visão de Harbison, significa *"'o processo de formação e incremento de número de pessoas que possuem habilidades, a educação e a experiência indispensáveis para o desenvolvimento político e econômico de um país'"*.(Grifos nossos)

> *públicas voltadas para a ampliação das oportunidades de escolarização"*.(MANFREDI, 1997:5)

É importante destacar que não podemos comparar o mercado de trabalho da época com o atual, podendo mesmo tais medidas, independentemente da filosofia contida, terem sido adequadas para o período em questão, quando a economia encontrava-se em expansão.

b) A fase subseqüente, conforme demonstra MANFREDI (1997:6-7) vigorou no período 60/70, quando o termo adotado passou a ser **qualificação formal.** Na época era interessante difundir a idéia que a educação formal, por si, já preparava o indivíduo para o trabalho, oferecendo, nas palavras da autora *"(...) mais educação, em média, do que a realmente necessária no emprego"* (MANFREDI, 1997:7).[68]

2 Quando passaram a ser adotados - para melhor compreensão do termo - referenciais teóricos da sociologia do trabalho, outras concepções surgiram e, neste caso, conforme MANFREDI afirma,

> *"(...) a qualificação é concebida como sendo 'adstrita' ao posto de trabalho e não como um conjunto de atributos*

[68] Sílvia MANDREFI (1997:7) percebe aí, a preparação para a adoção do ideário neoliberal, como afirma "*Esta assertiva, em nossa opinião, procura dar respaldo científico às políticas neo-liberais de educação baseadas na visão do* ***Estado Mínimo****"*.(Grifo da autora)

> *inerentes ao trabalhador. (...) Nesse sentido o que importa, do ponto de vista da formação para o trabalho é garantir que os trabalhadores sejam preparados exclusivamente para desempenhar tarefas/funções específicas e operacionais".* (MANFREDI 1997:8-9)

Assim, a qualificação - ou nível de escolaridade - passa a ser valor considerado na hierarquização dos trabalhadores, pela associação estabelecida entre qualificação e competência.

KUENZER (1995:120-121) afirma que, através de elementos relativos à qualificação do trabalhador, são definidos, também, os níveis salariais:

> *"(...) entendendo-se por* ***operário qualificado*** *aquele que detém 'conhecimento compreensivo de teorias e práticas (...) adquirido com a formação universitária; que tem, pelo menos cinco anos de experiência profissional; que usa sua capacidade de julgamento (...); que tem iniciativa e habilidade para pensar (...) que cria métodos e procedimentos (...) ; que dá contribuições originais; que participa do processo decisório e atua principalmente no planejamento e preparação do trabalho a ser executado por outros (...); que tem muita responsabilidade (...); que exerce atividades de supervisão de várias pessoas.*
> *O* ***operário não qualificado*** *é o que detém conhecimentos 'práticos' elementares (...); que tem pouca experiência profissional; que não precisa utilizar sua capacidade de julgamento; que se restringe às tarefas de execução e não participa do processo decisório; (...) que tem pouca responsabilidade por equipamentos (...); que não exerce função de supervisão e chefia (...)." (KUENZER 1995:120) (Grifos nossos)*

MANFREDI (1997:10) complementa explicitando que, em tal situação, a qualificação transforma-se num instrumento de legitimação

das diferenças sociais, acrescentando que no processo em questão ambigüidades são percebidas: no caso dos cargos mais altos há uma *"supervalorização do conhecimento técnico-científico e desvalorização/valorização do conhecimento prático"* e, quanto aos demais cargos, apesar de ser apontado como suficiente o conhecimento prático na contratação de operários não qualificados, é valorizado o conhecimento obtido através da experiência.

Dentre as concepções mencionadas por MANFREDI (1997:24), outras embasadas nos referenciais da sociologia do trabalho merecem destaque:

1. a que considera a **qualificação social do trabalho e do trabalhador**, quando o próprio trabalho é entendido como agente de qualificação/desqualificação, já que dependendo das condições em que se desenvolve pode se fator de crescimento (ou de qualificação), como já afirmamos anteriormente, ou de alienação;
2. a da **qualificação tecnicista,** que associa qualificação e competência e está presente mais do que no discurso, mas na mentalidade dos que conceituam qualificação como *"competência e capacidade de agir, intervir, decidir em situações nem sempre previstas ou previsíveis*". (MANFREDI, 1997:15). Em tais situações o desempenho do trabalhador depende não da qualificação, mas de atributos pessoais adquiridos, como afirma MANFREDI (1997:16), *"no decurso da vida*

*ativa, tanto em situações de trabalho como fora deste".* Reunindo os diferentes saberes exigidos, hoje, pelo mercado de trabalho (o saber fazer, o saber pensar e o saber agir) esta concepção indica um rol de competências[69];

3. o último dos modelos descritos reporta-se a uma nova visão de competência – uma nova qualificação que envolve capacitação e treinamento, voltados para a multiqualificação ou polivalência e requer, seja para a ascensão funcional, permanência ou reinserção no mercado de trabalho, tanto o domínio de conhecimentos técnicos quanto a destreza em habilidades múltiplas.

Esta nova concepção tem como base aspectos discutidos também no âmbito educacional, como vemos em DELORS (1999:89-101). O autor discute as características que a educação deve apresentar, contemplando os quatro níveis de aprendizagem que o mundo global exige:

a) aprender a conhecer – ver no conhecimento um instrumento para conhecer o que nos rodeia, transformando o mundo em-si em um mundo para-si, entendendo o valor do saber, da memória, do

[69] A autora relaciona as competências que os empresários desejam observar em seus empregados e como resultado, vemos ser delineado o perfil do "empregado padrão". Com base em tipologia desenvolvida por Neise DELIZ, em "*Formação do trabalhador em contexto de mudança tecnológica*", publicada no Boletim Técnico do SENAC, em jan/abr, 1994, MANFREDI (1997:17) afirma que *"as exigências de qualificação profissional no setor terciário (...) envolvem cinco grandes grupos de competências:1. competências básicas e específicas relativas a um grupo específico de ocupações; 2. competências organizacionais e metódicas; 3. competências comunicativas; 4. competências sociais; 5. competências comportamentais."*

raciocínio, do estabelecimento de nexos entre as causas e os efeitos, do senso crítico;

b) aprender a fazer – as tarefas desenvolvidas mecanicamente (via adestramento) devem dar lugar a um exercício profissional especializado, pela aproximação das atividades física e intelectual. Neste processo a escolarização cresce em importância, por favorecer o acesso à tecnologia;

c) aprender a conviver - os aspectos até hoje considerados pela educação não contribuíram para que a humanidade soubesse enfrentar os conflitos decorrentes das diferenças. Com a interdependência crescente no mundo global, além do pluralismo, que permite a convivência entre valores e saberes diferentes, a preocupação deve contemplar os interesses comuns, quando o poder da força cede lugar ao poder da união; e

d) aprender a ser - perceber-se como um ser-em-devir, em ininterrupto processo de formação e transformação. Formação, não no sentido etimológico, cuja raiz é a forma, o molde, mas entendendo o desenvolvimento das potencialidades do educando.

Comparando a evolução do conceito de qualificação nos últimos decênios com o discurso e a desenvolvida em nosso país no presente, começamos a sentir que não está havendo a sincronia devida entre o discurso, a ação e a época. Vemos, por outro lado que Formação Profissional e Qualificação Profissional são termos adotados em todo o

mundo, o que significa que, com a mesma abrangência, são oferecidos cursos do gênero, o que não nos autoriza, entretanto, afirmar que todos são congêneres.

Trabalho apresentado por VILLAVICENCIO (1992:1), pesquisador mexicano, no IV Congresso Espanhol de Sociologia, realizado em Madri de 22 a 26 de setembro de 1992, comenta este fenômeno:

> *"Desde hace varias décadas, la calificación de los trabajadores ha sido estudiada por diversas disciplinas (...) La literatura sobre el tema da cuenta de diversos enfoques teóricos, así como de hipótesis y metodologías diferentes dejando ver que no hay consenso sobre su definición. (...) Conceptos como habilidad profesional, articulación de los saberes, calificación del empleo, calificación colectiva, entre otras, constituyen las variadas categorías con las que los autores analizan el problema."*

FRANCO (2000:103) faz a mesma reflexão, avançando, porém, nas conclusões:

> *Os termos formação profissional ou técnico-profissional, educação industrial ou técnico-industrial, qualificação, requalificação, capacitação ganham complexidade e novos significados em conseqüência da nova realidade produtiva e organizacional do trabalho (...) Surgem novos termos como reconversão e educação profissional. Não há consenso sobre os termos mais adequados, mas há critérios e referências teóricas para sua escolha."*

Ao mencionar como é vista a **formação profissional**, demonstra considerar o desemprego reflexo da globalização, ao afirmar:

> *"A formação profissional é vista como uma resposta estratégica, mas polêmica, aos problemas postos pela globalização econômica, pela reestruturação produtiva, pela busca de qualidade e da competitividade, pelas transformações do mundo do trabalho e pelo desemprego estrutural"*. FRANCO (2000:101)

Neste conceito são contempladas as diferentes visões que a autora percebe por parte de patrões e de empregados, uma vez que os primeiros entendem a formação profissional como uma estratégia para enfrentar a competitividade cada vez maior, por favorecer a elevação simultânea da produtividade e da qualidade dos produtos, tornado-os competitivos, enquanto reduzem o custo da produção. Quanto aos trabalhadores, conforme FRANCO (2000:102) procuram na formação profissional a *"aquisição de novas habilidades e conhecimentos para valorização de sua força de trabalho"*, o que eqüivale afirmar, buscam a permanência num mercado a cada dia mais exigente. No que concerne à visão governamental, a autora, analisando as publicações da SEFOR, já por nós comentadas, conclui que a formação oferecida *"tende a reduzir a educação ao atendimento às necessidades do mercado de trabalho e à lógica empresarial"*. (FRANCO, 2000:106).

MANFREDI e BASTOS (1997:119) afirmam que *"a formação profissional não constitui um fato novo na história dos trabalhadores brasileiros"*. Em pesquisa realizada no eixo Rio - São Paulo e referente à educação profissional promovida por entidades sindicais e

organizações populares, encontraram registros de cursos ministrados em 1929 no Rio de Janeiro, pela União dos Alfaiates, e em São Paulo, pela Associação dos Funcionários de Bancos do Estado de São Paulo.

MATTOS (1987:263-264) nos auxilia a mergulhar em águas mais profundas quando, em abordagem referente à formação do povo na Província Fluminense[70], faz menção à existência de cursos profissionalizantes desde 1836, transcrevendo trecho de discurso de João Caldas Viana, então Presidente da Província:

> *"A fundação do Colégio de Artes Mecânicas, criado pela Lei nº 37, de 22 de dezembro de 1836 – dizia o Presidente João Caldas Viana, em 1844 – 'fazendo os filhos de pais pobres habilitarem-se num ofício mecânico, aprendendo-o com perfeição, deve garantir um futuro à nossa população indigente, dar-lhes o hábito do trabalho, costumes e um emprego, tornando-os assim cidadãos úteis e pacíficos indivíduos que aguilhoados pelas necessidades naturalmente se teriam engolfado no pejo dos vícios e do crime'"*.

No tipo de formação encontrava-se, como ainda se encontra, a diferença no tratamento dirigido à classe dominante e à classe trabalhadora. Isto ocorreu durante, praticamente, os quinhentos anos de nossa história, já que desde a implantação do ensino convencional, com a chegada dos jesuítas, em 1549, aos pobres coube aprender o básico, para

[70] Pelo Ato Adicional de 1834, que desmembrou os municípios da Corte, foi criada a Província do Rio de Janeiro, chamada Fluminense, uma das mais prósperas do Império.

poder cumprir sua missão - fazer - e aos ricos, a quem cabia governar, a educação contemplava o saber.

Quando tratamos das questões pertinentes ao treinamento ou qualificação profissional, ao aprender a fazer, dissociado dos outros saberes hoje exigidos, sentimos que os trabalhadores são e continuarão sendo lesados, ao ser-lhes roubada a oportunidade de transformarem o que efetivamente são no que desejam ser, de transformarem-se, através da aquisição do saber. Parece-nos que, incorporando a ideologia hegemônica, os trabalhadores valorizam a prática, entendendo que a teoria é desnecessária. A teoria, por si, realmente não tem sentido, pois de acordo com o pensamento marxista a teoria nada transforma. Vemos, entretanto, que uma prática sem caráter teleológico não passa de atividade, como, na mesma linha, nos ensina VAZQUEZ quando afirma que *"tôda* [sic] *práxis é atividade, mas nem tôda* [sic] *atividade é práxis"*, complementando:

> *"A atividade propriamente humana só se verifica quando os atos dirigidos a um objeto para transformá-lo se iniciam com um resultado ideal, ou finalidade, e terminam com um resultado ou produto efetivo, real. (...) Essa atividade implica na intervenção da consciência, graças à qual o resultado existe duas vêzes* [sic] *– e em tempos diferentes -: como resultado ideal e como produto real"* (VAZQUEZ, 1977:185-187).

Não há, portanto, práxis, sem uma íntima associação entre teoria e prática e, neste contexto, o fazer não pode prescindir do saber.

Retornando ao nosso tempo, vemos, por outro lado, que o ritmo que rege as transformações que perpassam todas as áreas, exige que o trabalhador passe por um processo ininterrupto de educação: a educação permanente, que possibilita que tais transformações sejam por ele acompanhadas. Por isto VILLAVICENCIO (1992:3) afirma que *"(...) la calificación no puede ser aprehendida como una construcción teórica acabada, sino más bien como una noción heurística, que adquiere dimensiones diferentes"*.

O autor, como nós, demonstra preocupar-se com o nível de escolaridade de trabalhadores como os da América Latina, o que pode comprometer uma efetiva aprendizagem. Por isso conclui:

> *"(...) la calificación se define implícitamente a partir del conjunto de conocimientos técnicos y de la experiencia profesional adquirida por el trabajador. Afirmación que se contrapone a la realidad constada por nuestras investigaciones, donde observamos la falta de experiencia laboral y de formación escolarizada por parte de los trabajadores"*. VILLAVICENCIO (1992:6).

Quanto à escolarização, RIFKIN (1995:39) nos mostra que muito se enganam os que entendem que só nos países emergentes é constatada a realidade supramencionada, fazendo um comentário surpreendente:

> *"Segundo um estudo sobre 'Alfabetização Adulta na América', patrocinado pelo Departamento do Trabalho, o nível de instrução de mais de 90 milhões de americanos é tão fraco que sequer sabem 'escrever uma carta simples*

> *explicando um erro no extrato do cartão de crédito, decifrar os horários de partida do ônibus aos sábados ou usar a calculadora para determinar a diferença entre um preço de liqüidação e o preço normal* (...). *Atualmente, um em cada três adultos nos Estados Unidos é funcionalmente, marginalmente ou completamente analfabeto. Mais de 20 milhões de americanos ou são incapazes de ler ou não tem mais do que o nível de leitura da quinta série. Adicionalmente, 35 milhões têm menos que o nível de leitura da nona série. Como o educador Jonathan Kozol ressalta 'as qualificações para o emprego, com exceção dos trabalhos domésticos, começam ao nível da nona série'. Para esses americanos, a esperança de serem retreinados ou instruídos para uma nova função no setor da elite do conhecimento está dolorosamente fora do seu alcance. E mesmo que a reeducação e o retreinamento fossem implementados em escala maciça, não haveria disponibilidade suficiente de empregos de alta tecnologia na economia automatizada do século XXI para absorver o grande número de trabalhadores demitidos"*.

O autor afirma, ainda, que é impossível, através de meros treinamentos, contribuir para que trabalhadores sem qualquer qualificação profissional, supram a lacuna deixada pela falta de escolaridade, tornando-se profissionais de alto nível. Isto porque os poucos postos de trabalho existentes devem ser preenchidos por mão-de-obra especializada. Apesar disso o governo norte-americano pretende investir, conforme RIFKIN (1995:38).

> "(...) *mais de US$3,4 bilhões em recursos federais para atualizar os programas de treinamento existentes e iniciar novos projetos para o retreinamento dos mais de dois milhões de americanos que perdem seus empregos anualmente"*.

As considerações iniciais do autor são confirmadas por estudo desenvolvido em 1993, nos Estados Unidos, pelo Departamento do Trabalho, que revelou que, dentre os trabalhadores desempregados que haviam sido qualificados pelos programas, menos de 20% conseguiram ser reinseridos no mercado de trabalho, devendo, ainda, ser considerado que os salários então percebidos eqüivalem a cerca de 80% dos anteriores. Por razões como estas, cada vez mais cresce a dúvida dos de maior senso crítico. Afinal, retreinar para quê, é a indagação feita, se a relação custo-benefício demonstra que se trata de um investimento que não tem retorno, fato agravado pelo que ocorre no resto do mundo: a tecnologia substitui cada vez mais a utilização da mão-de-obra humana.

No Brasil informações como essas contemplam apenas algumas regiões do país e não todas, pela falta - quase que absoluta - de preocupação com o desnudamento da realidade, através da realização de pesquisas. Comprova nossa afirmação o fato de somente a partir de 1968, como nos ensina HOFFMANN (1980:75), começarem *"a ser publicados os resultados da primeira estatística oficial de desemprego, obtidos pela (...) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios"*. A ausência desta prática demonstra, ainda, que o planejamento não recebe a consideração que deveria, o que explica tantas políticas sendo implantadas sem continuidade, tantas voltas e meias voltas, sob o testemunho de uma nação que não é capaz de interpretar corretamente o que vê, enquanto aguarda de algum

governante, o apoio que julga merecer, isto é, aguarda favores sem entender que são direitos.

Conclui HOFFMANN (1980:51)

> *"A partir de 1968, o IBGE passou a realizar uma nova pesquisa, por amostra e de periodicidade trimestral, que contém valiosas informações sobre ocupação: além de outros dados demográficos, contém estatística da estrutura ocupacional, separada para cinco regiões do país, sobre remuneração e número de horas trabalhadas, além de apresentar, pela primeira vez, uma estatística oficial do desemprego aberto (...) Para fins de pesquisa, o país foi dividido em sete regiões: I - Guanabara e Rio de Janeiro; II - São Paulo; III - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; IV - Minas Gerais e Espírito Santo; V - (...) Maranhão, Piauí, Ceará., Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; VI - Distrito Federal; VII - a) Rondônia, Acre, Amazonas , Roraima, Pará e Amapá; b) Mato Grosso e Goiás".*[71]

Podemos observar que os interesses do Estado não são estáticos quanto ao apoio oferecido, pendendo, como já afirmamos, para o lado mais forte, daí a importância de trabalhadores e empresários terem clareza no que concerne aos próprios interesses, para poderem defendê-los.

Importante, neste ponto de nosso estudo, e já temos elementos que nos permitam, avaliarmos os resultados obtidos pelo desenvolvimento do PLANFOR em Campo Grande

## 5.2 Qualificação Profissional em Campo Grande/MS: uma análise preliminar

Foram várias as dificuldades a serem superadas na análise dos dados relativos aos Programas de Qualificação Profissional desenvolvidos em Campo Grande/MS, nosso universo de pesquisa. A primeira delas, referente ao exercício de 1996, foi o fato do documento obtido apresentar informações que não se complementam, pelo contrário, revelam imbricações:

a) na primeira parte do relatório vemos o número de alunos matriculados, o número de concluintes, os cursos ministrados, os níveis de habilidade e a carga horária, relativos ao **ano de 1996 até 26/01/97** e

b) na segunda parte, o mesmo documento relaciona a população alvo e número de treinandos por município, **até 30/12/96**, sem identificação, porém, dos cursos que beneficiaram a população mencionada.

A alternativa por nós encontrada, para superar este primeiro entrave, foi trabalhar com percentuais. Considerando o número total de alunos em todo o Estado e respeitando a categorização apresentada pelos

[71] Na época em questão, 1968, como já vimos, o estado de Mato Grosso do Sul ainda não tinha sido desmembrado do estado de Mato Grosso, o que ocorreu em 1977, com implantação em 1979.

próprios programas, observamos o percentual correspondente aos alunos matriculados em Campo Grande e, desta forma, retomando a relação de cursos, pudemos calcular os ministrados em Campo Grande, dado importante para podermos elaborar os quadros comparativos que apresentamos a seguir.

**Quadro nº. 24**
**CAMPO GRANDE: Plano Estadual de Qualificação Profissional – PEQ/MS**
**1996– 1998**

| Nº. | CURSO | 1996 | 1997 | 1998 | TOTAL | % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | Informática (Informatização – Digitação – Manutenção) | 4059 | 2676 | 2377 | 9112 | **31,15** |
| 02 | Formação de mão-de-obra para comércio / indústria / escritórios | 2268 | 377 | 1291 | 3936 | **13,45** |
| 03 | Serviço Público (Orçamento -Contabilidade Pública – Secretária – Redação) | 491 | 977 | 997 | 2465 | **8,43** |
| 04 | Indústria da Construção Civil (Mestre Obra – Pedreiro – Encanador) | 295 | 899 | 793 | 1987 | **6,79** |
| 05 | Autogestão | 589 | 298 | 922 | 1809 | **6,18** |
| 06 | Educação (Form. Formadores – Ling. Sinais – Prep.p/ trab. – Braille – Prof. Leigo) | 803 | 336 | 571 | 1710 | **5,85** |
| 07 | Serviços Pessoais (Manicura– Cabeleireiro – Fotógrafo – Massagista – Decorador) | 724 | 432 | 206 | 1362 | **4,66** |
| 08 | Indústria da Alimentação (Cozinha – Doces – Salgados – Panificação) | 175 | 550 | 514 | 1239 | **4,24** |
| 09 | Indústria de Vestuário | 482 | 457 | 150 | 1089 | **3,72** |
| 10 | Técnicas Artística e Artesanato | 86 | 302 | 620 | 1008 | **3,44** |
| 11 | Saúde | 135 | 296 | 298 | 729 | **2,49** |
| 12 | Serviços gerais em automóveis (Mecânico – Eletricista – Funilaria) | 265 | 200 | 204 | 669 | **2,29** |
| 13 | Serviços Gerais (Reparos) | 137 | 128 | 388 | 653 | **2,23** |
| 14 | Turismo | 108 | 288 | 234 | 630 | **2,15** |
| 15 | Datilografia | 217 | 156 | 40 | 413 | **1,41** |
| 16 | Técnicas Rurais | 121 | 56 | 141 | 318 | **1,09** |
| 17 | Indústria gráfica | 46 | 79 | -- | 125 | **0,43** |
| | **TOTAL** | **11001** | **8507** | **9746** | **29254** | **100,00** |
| | **%** | **37,61** | **29,08** | **33,31** | **100,00** | |

**Quadro nº. 25**
**CAMPO GRANDE: PEQ/MS**
**Setores beneficiados**
**1996– 1998**

| Nº | SETOR/GRUPO BENEFICIADO | 1996 | 1997 | 1998 | TOTAL | % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | Administração Pública | 1631 | 2420 | 1890 | 5941 | **20,26** |
| 02 | Comércio, Indústria e Serviços | 4706 | -- | -- | 4706 | **16,03** |
| 03 | Serviços Pessoais | 1465 | 652 | 1661 | 3778 | **12,87** |
| 04 | Jovens em situação de risco | 719 | 1029 | 1262 | 3010 | **10,25** |
| 05 | Seguro-Desemprego | -- | 1169 | 1253 | 2422 | **8,25** |
| 06 | Indústria da Construção Civil | 555 | 724 | 921 | 2200 | **7,50** |
| 07 | Turismo | 284 | 562 | 399 | 1245 | **4,24** |
| 08 | Autogestor | -- | 298 | 651 | 949 | **3,23** |
| 09 | Artesanato/Desenv. Comunidde | -- | 438 | 504 | 942 | **3,21** |
| 10 | Portadores de Deficiência Física | 178 | 338 | 285 | 801 | **2,73** |
| 11 | Saúde | 124 | 276 | 298 | 698 | **2,38** |
| 12 | População Indígena | 98 | 271 | 274 | 643 | **2,19** |
| 13 | Indústria Vestuário | 485 | -- | -- | 485 | **1,65** |
| 14 | Indústrias emergentes | 429 | -- | -- | 429 | **1,46** |
| 15 | Trabalhadores Rurais | 135 | 87 | 150 | 372 | **1,27** |
| 16 | Bancários | -- | -- | 198 | 198 | **0,67** |
| 17 | Detentos e Egressos | 41 | 151 | -- | 192 | **0,65** |
| 18 | Ferroviários | 127 | -- | -- | 127 | **0,43** |
| 19 | Jovens tipificados judicialmente | 122 | -- | -- | 122 | **0,42** |
| 20 | Conscritos das Forças Armadas | -- | 92 | -- | 92 | **0,31** |
| | **TOTAL** | **11099** | **8507** | **9746** | **29352** | **100,00** |
| | **%** | **37,82** | **28,98** | **33,20** | **100,00** | |

Embora a proposta apresentada pela SEFOR/MTb tenha sido exposta e discutida no capítulo três e a execução do PLANFOR, em Campo Grande/MS, detalhada no capítulo quatro, as dificuldades para análise mais profunda permaneciam. Objetivando superá-las, elaboramos os quadros nº. 24 e 25, que nos mostram, sob diferentes ângulos, os cursos ministrados em Campo Grande, no período compreendido entre 96 e 98

No quadro nº. 23 foram consideradas as áreas de conhecimento, enquanto no de nº. 24, detivemo-nos nos grupos, categorias e/ou setores atendidos. Em ambos, a ordem de apresentação dos dados respeita a freqüência. Assim, podemos visualizar, em ordem decrescente, os cursos ministrados e os setores ou grupos mais ou menos beneficiados. Deve ser ressaltado que os dados expressos nos dois quadros podem ser confirmados ou complementados, pela recorrência, aos **quadros nº. 19** (1996), **20 e 21** (1997) e **22** e **23** (1998).

O **Quadro nº. 24** demonstra que, por um lado, houve certo bom senso na eleição dos cursos ministrados, já que o percentual mais elevado (31,15%) indica a área da informática, posicionando-se, em segundo lugar, os voltados para o setor terciário e para a área administrativa do setor secundário. Trata-se da qualificação da mão-de-obra realmente absorvida por um mercado informatizado e direcionada para a prestação de serviços. Resta-nos saber se, com o nível de escolaridade apresentado, (pois, conforme o relatório de 96, a população alvo, em sua maioria, não conseguiu concluir o ensino fundamental), os alunos dispunham dos organizadores prévios exigidos para a aquisição dos conhecimentos propostos.

Observamos, ainda, na qualificação de trabalhadores da Construção Civil, um curso que se destaca pela simplicidade e importância: a utilização do bambu na construção civil, que deveria até ter sido

expandido para assentamentos rurais (mas não o foi), onde o plantio do bambu poderia ser adotado como meio de recomposição das matas ciliares, evitando-se, assim, o assoreamento dos rios e favorecendo, "a posteriori", a utilização do bambu também no revestimento de poços convencionais, segundo antiga técnica chinesa.

Por outro lado, o mesmo quadro nos mostra:

- a alocação de recursos financeiros do trabalhador, como é o FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, em cursos inadequados para os dias de hoje, como os de **Datilografia**, ministrados para 413 alunos, que dificilmente vão poder exercitar os conhecimentos adquiridos, já que máquinas de escrever quase não são mais encontradas;
- que, numa época em que a formação de professores é tão discutida e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, de novembro de 1996, mais rigorosa[72], em 1998, após, portanto, a lei ser sancionada, dentre os cursos da categoria Serviços Pessoais, encontramos um que se propõe a **Qualificar Professores Leigos**, com 208 alunos matriculados;
- a ocorrência de cursos ministrados para um número muito reduzido de alunos, como, em 1996, dentre os voltados para Portadores de Deficiência, com apenas **três** alunos matriculados, o que pode

[72] *"A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal"*. - Art. 62 da LDB

configurar-se desperdício de recursos (tanto humanos quanto financeiros), pela relação custo-benefício;

O **Quadro nº. 25** evidencia que o próprio Estado foi o maior beneficiado com o desenvolvimento dos programas: 20,26% dos alunos, em Campo Grande, são servidores públicos, fato que não fica tão claro no Quadro nº. 24, no qual o Serviço Público ocupa a 3ª posição, pelo fato dos cursos da área de informática serem computados à parte. Se os servidores que se matricularam nos cursos de informática forem incluídos no item destinado ao Serviço Público, o número de alunos passa de 2465 para 5687 e a diferença, em termos percentuais, entre Serviço Público e Informática, é reduzida de 22,72% para 0,69%. Assim, a configuração do quadro sofre alteração, uma vez que o setor de informática continua ocupando o primeiro lugar, agora com 20,13%,(e não mais os 31,15% anteriores), mas o segundo lugar, passa a ser ocupado pela Administração Pública, cujo percentual de 8,43% eleva-se para 19,44% (uma elevação da ordem de 11,01%). Esta postura parece-nos contraditória quando nos lembramos da proposta governamental, exposta neste estudo, de acordo com a qual o segmento a ser atingido, através do desenvolvimento dos programas, deveria ser, **prioritariamente, o dos desempregados** ou, conforme o texto original *"(...) os que sobrevivem na informalidade, os que 'sobram' da modernização ou sequer lograram se inserir no processo"*. SEFOR (1995:9).

Pode ser constatada, também, preocupação com os trabalhadores de empresas em fase de privatização, como eram, na época, os da Rede Ferroviária, assim como com os atingidos pela automação, como os Bancários, o que parece demonstrar a intenção de minimizar os efeitos negativos de outras políticas estatais, decorrentes da adoção do ideário neoliberal.

No que concerne à comunidade indígena, é importante que se destaque alguns aspectos da realidade estadual. Embora Mato Grosso do Sul seja o segundo estado brasileiro em população indígena, face às extremas dificuldades[73] enfrentadas nas aldeias de origem, foi desencadeado processo migratório, do qual redundou a fixação de milhares de indígenas nos centros urbanos. Segundo o "Censo dos Índios Desaldeados de Campo Grande – MS", realizado em 1999 pela Pastoral dos Índios, da Arquidiocese de Campo Grande, em conjunto com a Universidade Católica Dom Bosco, Prefeitura Municipal de Campo Grande e Conselho Indigenista Missionário, vivem em Campo Grande 918 famílias, com cerca de 3.836 pessoas, das quais 99,2% (3.805 pessoas), têm idade igual ou superior a 15 anos. Isto nos leva a inferir que número significativo de indígenas desenvolve atividades laborais para as quais não se encontram qualificados, uma vez que, de acordo com a cultura indígena, a agricultura e

[73] Dentre as dificuldades foram mencionadas, dentre outras: falta de condições físicas (11,87%), rendimentos insuficientes (35,95%), falta de educação e saúde (45,32%), falta de trabalho (51,42%).

o artesanato são as ocupações básicas. Observamos, ainda, que embora muitas equipes, constituídas por antropólogos, pedagogos e historiadores, dentre outros, atuem junto aos povos indígenas com vistas à preservação das raízes culturais, os cursos a eles oferecidos parece-nos não demonstrar tal preocupação[74].

Outras observações devem ser salientadas:

- só em 1996 os adolescentes autores de atos infracionais[75] foram beneficiados com cursos que poderiam favorecer sua efetiva reinserção social. Não nos parece fácil entender tal fato, uma vez que o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, no inciso XI, do art. 124, afirma que *"são direitos do adolescente privado de liberdade (...) receber escolarização e profissionalização";*

- o mesmo ocorreu em relação aos detentos e egressos do Sistema Penitenciário que, segundo dados do Departamento do Sistema Penitenciário, abriga, em Campo Grande, 1.294 internos (DSP, 2000:4). Neste universo, apenas 41 foram beneficiados pelo Programa de

[74] Lembramos que, de acordo com o Quadro nº. 17, em 1998 foram matriculados 274 indígenas nos cursos: Introdução à Informática, Confecção de malhas, Embelezamento pessoal, Pintura em tecido, Doces caseiros, Pequenos Reparos Domésticos, Conservação e Higiene de Produtos Alimentares, Pedreiro em Geral, Eletricista de Auto, Salgadinhos para Festas, Panificação e Mecânica.

[75] Os documentos mencionam, erroneamente, **Jovens** Tipificados Judicialmente, referindo-se aos que são recolhidos nas Casas de Guarda e Assistência ao Adolescente por ordem judicial.

> Qualificação/96, não sendo oferecidos cursos nos anos subseqüentes, embora haja amparo legal para o desenvolvimento de atividades laborais em Estabelecimentos Penais de Regime Fechado, através da Lei nº. 7.210, de 11/07/84[76], e a Divisão de Trabalho do Departamento não tenha condições de contribuir para que a legislação seja cumprida. Deve, ainda, ser considerado que, na época, o Departamento do Sistema Penitenciário, uma autarquia, era vinculado à mesma Secretaria de Estado de Cidadania, Justiça e Trabalho, responsável pela execução do Programa de Qualificação.

Acreditamos, por tudo que discutimos, que o mero treinamento, sem ter como base de sustentação um nível consistente de escolarização, não pode preparar o trabalhador para um mercado de trabalho com as características e necessidades que apresenta hoje.

Observamos, ainda, a existência de algumas contradições entre o discurso governamental, que parece embasado na **Teoria do Capital Humano;** a ação desenvolvida, que parece voltada para a **qualificação tecnicista;** o mercado, que tem consciência de que suas necessidades só serão atendidas através da **competência** de um corpo funcional que detenha os saberes elencados por DELORS, só adquiridos pela escolarização e o maior interessado, o trabalhador, que por

[76] Esta mesma lei protege o egresso do Sistema Penitenciário em seu primeiro ano de liberdade.

desconhecimento de si e do mundo não consegue identificar o que efetivamente é melhor para si.

Quanto ao ensino oferecido - especialmente pela rede pública -, acreditamos poder afirmar que não apresenta homogeneidade, pelo contrário, ocupa diferentes patamares, seja pelo nível de formação e atuação dos corpos docente e discente, seja pelas condições físicas e materiais existentes, chegando, em não raros momentos, a ter a credibilidade abalada.

Em reflexão sobre o tema, escrevemos:

> *"O ensino convencional, especialmente o da escola pública, na verdade está a cargo de profissionais tão explorados quanto os que forma; que sobrevivem a uma série de carências das quais resulta uma formação a cada dia mais precária, já que os baixos salários impossibilitam as reciclagens necessárias, a participação em eventos voltados para a discussão dos problemas da atualidade, e até a disponibilidade de tempo destinado ao estudo. Desta forma, o 'ensino' deixa de desenvolver habilidades, para massificar, deixa de ser instrumento de construção, para, não raras vezes, transformar-se em obstáculo para uma formação efetiva, deformando ao invés de formar". (*ALMEIDA, 1998*:*107-108).

Precisamos – e referimo-nos, agora, a todos os envolvidos - ter clareza, portanto, que mais do que o nível de escolaridade, interessa-nos, aqui, a qualidade do ensino, pois, como destaca DIMENSTEIN (1994:141):

> *"A educação não é apenas uma questão de cidadania. O nível de instrução do trabalhador tem relação direta com a*

> *produtividade e, portanto, com a riqueza material de um país".*

Parece-nos poder concluir que a qualificação almejada pelos empregadores é diferente da oferecida pelo Estado e da pretendida pelos trabalhadores e valemo-nos de conclusão de RIFKIN (1995:38) para complementar nosso raciocínio:

> *"É ingenuidade acreditar que grandes números de trabalhadores sem qualificação e semiqualificados, trabalhadores administrativos e operários possam ser treinados para tornarem-se físicos, cientistas da computação, técnicos de alto nível, biólogos moleculares, consultores empresariais, advogados, auditores, etc. Para começar, a lacuna nos níveis educacionais entre aqueles que precisam de emprego e o tipo de cargos de alta tecnologia disponíveis é tão grande que nenhum programa de treinamento poderia esperar atualizar de forma adequada o desempenho profissional de trabalhadores para que estivessem à altura do número limitado de oportunidades de cargos especializados que existem".*

Confrontando os elementos presentes na proposta governamental com os referenciais teóricos já considerados, vemos que se trata de política socioeconômica - na qual se destacam, tanto o caráter redistributivo, quanto o emancipatório -, voltada para a reinserção dos excluídos no processo produtivo e/ou elevação da renda familiar, como forma de reduzir as desigualdades existentes.

Vemos, ainda, que ao focalizar a acumulação do capital humano, no momento em que as políticas assistenciais são restringidas a

raros e específicos casos, o governo brasileiro insere-se no grupo individualista, segundo classificação de Singer, demonstrando entender que **o pobre deve ser estimulado a ajudar-se a si próprio,** como afirmamos anteriormente, podendo sua visão ser entendida como neoclássica (cf. Sanchis) ou neoliberal (cf. Singer).

Em momento algum, entretanto, vimos, nas últimas décadas, qualquer menção a enganos ou deslizes, mesmo diante das substituições no primeiro escalão do quadro funcional nas áreas econômica e de planejamento, nem ouvimos críticas a governos anteriores – como o de Fernando Collor, em relação ao qual o foco central sempre foi direcionado para as falcatruas e nunca à fiel obediência aos ditames do Consenso de Washington[77], fato desconhecido da grande maioria da nação brasileira.

Podemos inferir que, dentre os grandes erros de nossos governantes, destaca-se o de contribuir para que a população brasileira perceba-se pobre, corrupta, acomodada e, principalmente, incapaz.

---

[77] A expressão Consenso de Washington refere-se às conclusões de reunião realizada em Washington, em novembro/1989, da qual participaram representantes de órgãos governamentais norte-americanos, de órgãos financiadores internacionais, com sede em Washington, dentre os quais destacamos o FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e o Banco Mundial, além de representantes da área econômica dos países latino-americanos, com o objetivo de avaliar em que medida as "sugestões" deles emanadas vinham sendo seguidas na América Latina. As conclusões em questão referiram-se às medidas a serem adotadas: acesso à informação, capacidade de respostas imediatas às variações de taxas de câmbio, moedas e gastos do consumidor, além da recomendação pertinente à minimização do Estado, sendo aí deflagrados movimentos como os de privatização e os planos de demissão necessários para adequar o quadro funcional à estrutura reduzida. Ficam explicadas as atitudes de Collor de Melo que, a) com o confisco de recursos financeiros, impediu os gastos do consumidor, b) após amplo discurso referente às "carroças brasileiras", promoveu a abertura comercial desejada pelo capital estrangeiro, dentre outros.

Podemos inferir que, dentre os grandes crimes cometidos, destaca-se o de contribuir para que a nação brasileira sinta-se inferior (fato que, como vimos, tem sua origem no período colonial) e para que o jovem brasileiro mantenha-se cético em relação a qualquer proposta de transformação, pois uma nação que se torna incapaz de sonhar, jamais conhecerá o sabor da realização.

## 5.3 Qualificação Profissional em Campo Grande/MS: resultados obtidos

Conforme exposição pertinente aos objetivos do estudo ora apresentado, nossa proposta envolvia a obtenção, junto às categorias consideradas mais significativas de trabalhadores, de dados que permitissem avaliar os resultados do programa e, junto aos órgãos envolvidos, de dados referentes aos critérios adotados com vistas à definição dos cursos, população alvo, controle e avaliação. Entretanto, fatos ocorridos durante o desenvolvimento de nossa ação exigiram que a mesma fosse redirecionada, comprovando o caráter flexível do planejamento.

Inicialmente rumores e, posteriormente, a efetivação de denúncias junto ao Ministério Público Federal, fizeram com que as atenções de toda a população sul-mato-grossense se voltassem para a Superintendência de Qualificação Profissional, vinculada à então Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda de Mato Grosso do Sul, que teria desviado parte dos recursos financeiros do FAT destinados ao programa de qualificação profissional.

O caso, como amplamente divulgado pela imprensa local, provocou o desligamento do Superintendente de Qualificação Profissional do serviço público, o afastamento do Secretário de Estado de Trabalho, Emprego e Renda e a reestruturação da própria secretaria, o que deu origem à atual Secretaria de Estado de Assistência Social, Cidadania e Trabalho – SASCT, além de outros e tão sérios desdobramentos, haja vista que o Ministério do Trabalho suspendeu os repasses de recursos destinados às ações de qualificação no estado de Mato Grosso do Sul enquanto a questão não for totalmente elucidada e as responsabilidades identificadas.

A opinião pública – e certamente aí podem ser inseridos os trabalhadores beneficiados - dividiu-se entre os que defendiam e os que atacavam os órgãos envolvidos. Neste contexto, alguns aspectos foram observados:

1. manifestações de resistência de membros da equipe de avaliação do programa, quando procuramos estabelecer contato objetivando a

obtenção das informações desejadas, talvez pelo fato de temerem alusões à utilização de recursos, o que, na verdade, nosso estudo em nenhum momento envolveu;

2. qualquer comentário sobre resultados alcançados, emitido por funcionários da Secretaria ou por trabalhadores dos segmentos beneficiados, poderia estar imbuído de juízo de valor relativo ao problema anteriormente comentado.

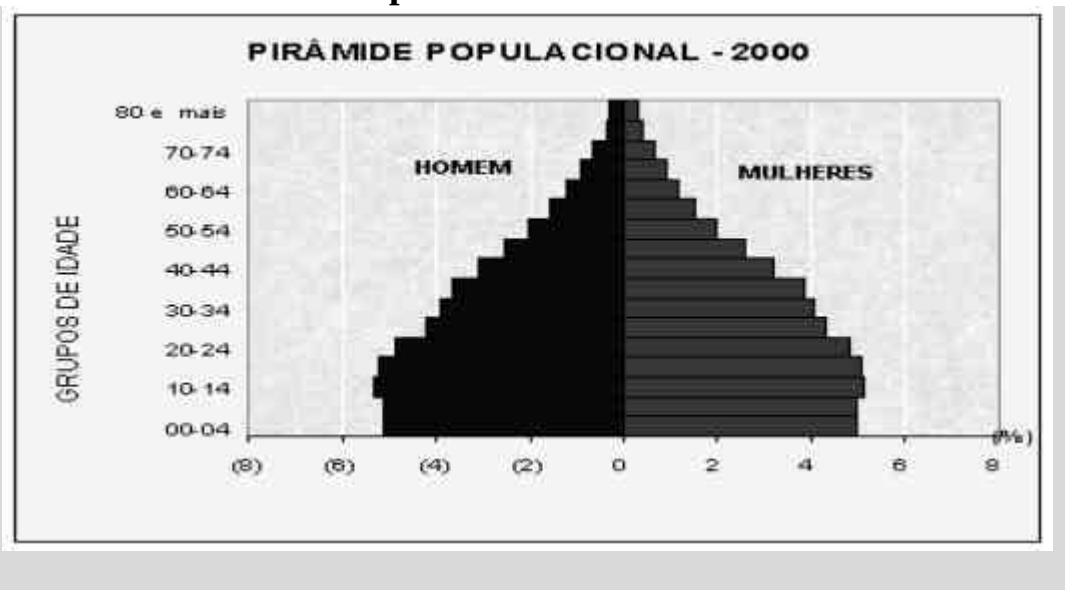
Ante o exposto, buscamos constatar a situação do mercado de trabalho de Campo Grande - presente e futuro -, através de outros dados, o que nos permitirá avaliar, até de forma mais convincente, os resultados obtidos, ponderando em que medida houve contribuição para que problemas futuros sejam evitados.

Com este intuito, entendendo que a primeira preocupação deve ser voltada para aspectos demográficos, uma vez que o ser humano deve ocupar sempre espaço privilegiado em qualquer análise, buscamos elementos que nos permitam avaliar o que podemos desejar e/ou esperar no Estado de Mato Grosso do Sul. Valemo-nos, para tanto, de material divulgado pela SEPLANCT/MS na “internet”, que nos auxiliará nesta avaliação.

Em relação ao futuro próximo, comparando as pirâmides etárias relativas aos anos 2000 e 2020, podemos visualizar que, pela projeção efetuada, o mercado de trabalho deverá ter demanda estabilizada,

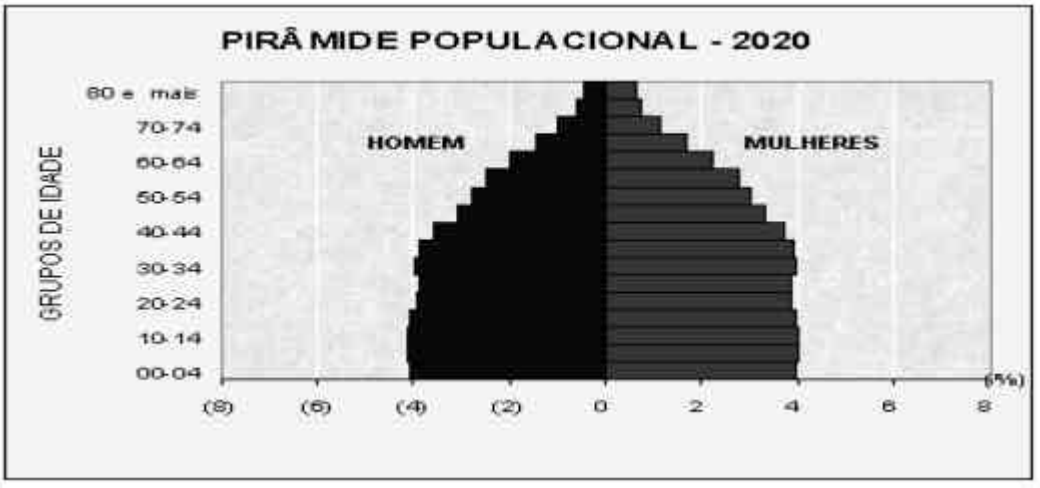
posto que ao contrário do que ocorre em 2000, quando a faixa etária de 10 a 14 anos apresenta-se levemente mais larga, pela redução da taxa de fertilidade e envelhecimento da população.

**Gráfico nº. 06**
**MS: pirâmide etária - 2000**




Programação Visual: Departamento de Informática/SEPLANCT/MS

**Gráfico nº. 07**
**MS: pirâmide etária - 2020**




Programação Visual: Departamento de Informática/SEPLANCT/MS

A pirâmide referente ao ano 2020 apresenta base mais estreita, revelando não só que a redução da Taxa de Fertilidade deverá ter continuidade, mas que isto tem como conseqüência natural o envelhecimento da população, que passará a ter índices equivalentes relativos às faixas de 0-4 a 30-34.

No que concerne aos aspectos econômicos, podemos observar os dados que são a seguir expostos: flutuação do CAGED, PEA e PIA, segundo a PNAD/IBGE e a evolução da mão-de-obra por setor econômico.

**Quadro nº 26**
**Campo Grande/MS: flutuação do CAGED**
**1995-1999**

| SITUAÇÃO | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 |
|---|---|---|---|---|---|
| Admitidos | 42.224 | 40.551 | 40.939 | 42.909 | 17.864 |
| Desligados | 46.135 | 39.448 | 39.950 | 44.809 | 19.429 |
| Saldo | -3.911 | 1.103 | 989 | -1.900 | -1.563 |

Fonte: SETER/CAGED

Com base nos dados oficiais apresentados no quadro nº. 26 podemos afirmar que entre 1995 e 1999 foi registrado um saldo negativo acumulado equivalente a 5.282 vagas no estoque de empregos. Observa-se que em 1995, quando foi gestado o PLANFOR, o desemprego atingia seu ponto mais significativo, mas, apesar do movimento favorável ocorrido em 96 e 97, o movimento descendente foi reiniciado em 98, prosseguindo seu declínio em 99.

Os dados divulgados pela SETER são acompanhados de outras informações que, por envolver também o mercado informal, não explicam a flutuação do CAGED, já que este se refere ao trabalho formal. Através das notas a seguir, que procuraremos justificar adiante, a SETER procurou evidenciar que entre 1995 e 1997:

1. a PEA (+6,60%) apresentou crescimento superior ao da população total (+2,69%) e da População em Idade Ativa –PIA (calculada com base no número de habitantes com idade igual ou superior a dez anos) (+3,57%);
2. a população desempregada na área urbana passou de 7,24% para 10,32%;
3. o trabalho doméstico foi o que mais cresceu, passando no período considerado de 7,89% para 9,65%;
4. o trabalho informal continuou a ocupar o segundo lugar em classificação, atingindo, em 1997, 19,55% da população ocupada;
5. o setor terciário (comércio e serviços), que apresentou saldo positivo em 1997, encerrou o ano de 1998 com saldo negativo (-2020 empregos).

Analisando as informações da SETER e mesmo a flutuação do CAGED, vemos que todos os elementos se complementam, permitindo a apreensão da situação vivenciada pela população. Pelas diferentes

conformações das pirâmides etárias de 1988, 1991 e 1996, pudemos observar a elevação da PIA, pelo envelhecimento da população total, que teve sua evolução limitada pela redução da Taxa de Fertilidade. As dificuldades que perpassam a vida de toda a população, passaram a exigir - com maior intensidade ainda – tanto a contribuição feminina na renda familiar, quanto a permanência do idoso no mercado de trabalho, assim como o desenvolvimento de atividades remuneradas por adolescentes e jovens.

Confirmando o que procuramos demonstrar ao longo de nosso estudo, ao baixo índice de escolaridade direcionou a PEA para determinados setores, especialmente o de serviços, quando a possibilidade de obter rendimento, face às restrições do mercado, concentra-se no chamado serviço autônomo[78]. O mesmo ocorreu com o trabalho doméstico, que não exige qualificação.

Podemos inferir, ainda, que, com exceção do trabalho doméstico, na maior parte dos casos com registro em carteira, o serviço "autônomo" permaneceu na informalidade e prova disso são as campanhas publicitárias do governo federal, conclamando a população para "garantir o futuro" inscrevendo-se na Previdência.

[78] Neste setor podemos inserir os que fazem pequenos reparos elétricos e hidráulicos, os vendedores de toda a sorte de produtos, assim como as diaristas e lavadeiras dentre outros.

Buscando complementar as informações necessárias, com vistas à apreensão da real situação do mercado de trabalho urbano local em 1999, valemo-nos de documento relativo à oferta de empregos e perfil das vagas existentes no município, resultante de pesquisa por amostragem realizada entre janeiro e julho/1999 pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho, através da Coordenadoria Geral do Trabalho, mediante a coleta de dados em Agências de Emprego particulares[79] , na Agência Municipal de Empregos e do Balcão de Empregos do Sistema Nacional de Empregos – SINE, divulgados através de jornais.

Salientamos que dos dados presentes no Relatório, consideramos apenas os relativos aos setores econômicos secundário e terciário, pelo fato de nosso estudo ter como sujeito o trabalhador urbano. Valemo-nos do estudo comparativo elaborado com os dados relativos aos anos de 98 e 99 com o intuito de favorecer a avaliação de possíveis alterações.

Podemos notar, pelo material coletado, redução na oferta de empregos, conforme transcrição a seguir.

[79] Segundo o Relatório, na fase inicial da pesquisa funcionavam em Campo Grande três Agências de Emprego particulares, que em 1999 tinham encerrado suas atividades.

**Quadro nº. 27**
**CAMPO GRANDE: vagas oferecidas por setor econômico**
**1998 – 1999**

| **SETORES** | **1998** | | **1999** | | D% |
|---|---|---|---|---|---|
| Primário | 279 | 3,39% | 331 | 4,25% | +18,64% |
| Secundário | 1.562 | 18,96% | 736 | 9,46% | - 52,88% |
| Terciário | 6.396 | 77,65% | 6.714 | 86,29% | + 4,97% |
| **TOTAL** | **8.237** | **100,00%** | **7.781** | **100,00%** | |

Fonte: SAST/PMCG

O Relatório procura explicar a redução drástica apresentada pelo setor secundário (-52,88%):

> *"A queda no setor (...) foi ocasionada pelas atividades da Indústria Gráfica (60%), Indústria de Transformação (52,50%), Construção Civil (44,04%), Indústria em Geral (16,13%) e Construção Pesada, sendo esta a responsável pela redução mais significativa, 95,01%. Contrapondo-se a essa retração, ressalta-se que a Indústria da Alimentação apresentou um crescimento de 148,72% no ano de 1999".(SAST/PMCG 1999:15)*

Podemos afirmar que na medida que a luta pela sobrevivência exigiu que mais braços de cada família fossem utilizados no trabalho remunerado, e a elevação da PEA o comprova, os hábitos familiares foram alterados. Em tais casos as Cozinhas Industriais representam o auxílio que as famílias necessitam, sem contarmos com o

fato de que tanto pelo cardápio (que oferece número limitado de pratos), quanto pela quantidade (menor do que a caseira), o processo acaba se tornando mais econômico, o que significa afirmar que, para nós, a elevação apresentada pela Indústria da Alimentação encontra-se plenamente justificada.

**Quadro nº. 28**
**Campo Grande: oferta de empregos segundo a faixa etária**
**Setores secundário e terciário**
**1998-1999**

| Período/Setor / Faixa etária | 1998 | | 1999 | |
|---|---|---|---|---|
| | **Secund.** | **Terc.** | **Secund.** | **Terc.** |
| 14 a 18 anos | - | 1,75% | - | 1.96% |
| 18 a 25 anos | 14,53% | 19,35% | 2,85% | 7,83% |
| 25 a 35 anos | 48,33% | 42,34% | 21,33% | 20,85% |
| 35 a 50 anos | 17,03% | 18,60% | 7,47% | 4,48% |
| Acima de 50 anos | 0,51% | 0,75% | 0,82% | 0,45% |
| Indiferente | 19,69% | 17,21% | 67,53% | 64,43% |
| **TOTAL** | **100,00%** | **100,00%** | **100,00%** | **100,00%** |

Fonte: SAST/PMCG

O quadro nº. 28 evidencia que alterações nos dois setores ocorreram: em 1998 era sensível a preferência por trabalhadores com idade entre 35 e 50 anos, situação transformada em 99, quando deixou de ser importante o fator idade, já que número significativamente maior de empresas manifestou indiferença quanto a este elemento.

**Quadro nº. 29**
**CAMPO GRANDE: oferta de empregos segundo a escolaridade**
**Setores secundário e terciário**
**1998-1999**

| Período/Setor / Escolaridade | 1998 | | 1999 | |
|---|---|---|---|---|
| | **Secund.** | **Terc.** | **Secund.** | **Terc.** |
| Alfabetizada(o) | - | 1,73% | 0,95% | - |
| I grau incompleto | 82,46% | 25,01% | 62,36% | 40,56% |
| I grau completo | 6,53% | 15,37% | 10,60% | 25,40% |
| II grau incompleto | 0,26% | 9,40% | 1,77% | 3,19% |
| II grau completo | 1,98% | 24,17% | 2,31% | 15,54% |
| Superior incompleto | - | 5,71% | 0,41% | 0,56% |
| Superior completo | 1,15% | 0,41% | 0,14% | 0,53% |
| Indiferente | 7,62% | 18,20% | 21,46% | 14,22% |
| **TOTAL** | **100,00%** | **0100,00%** | **100,00%** | **100,00%** |

Fonte: SAST/PMCG

No quadro nº. 29 podemos observar que as exigências foram deslocadas. Em 1998 a incidência maior concentrava-se na linha correspondente ao I grau incompleto, ao passo que em 1999 percebe-se que começou a ser sentida a elevação na linha correspondente ao II grau completo. Importante considerarmos que o curso superior completo praticamente não aparece. Parece-nos que as empresas que necessitam de profissionais com qualificação específica solicitam encaminhamento por parte de agências que adotam técnicas também específicas para recrutamento e seleção.

O último quadro que nos interessa é relativo à experiência na função.

Quadro nº. 30
Campo Grande: oferta de emprego segundo a experiência
1998-1999

| Período/Setor / Experiência | 1998 | | 1999 | |
|---|---|---|---|---|
| | **Secund.** | **Terc.** | **Secund.** | **Terc.** |
| Seis meses | 14,66% | 16,31% | 5,16% | 13,76% |
| Um ano | 20,26% | 23,73% | 51,09% | 21,48% |
| Mais de um ano | 29,96% | 8,76% | 15,49% | 4,19% |
| Indiferente | 26,12% | 51,20% | 28,26% | 69,57% |
| **TOTAL** | **100,00%** | **0100,00%** | **100,00%** | **100,00%** |

Fonte: SAST/PMCG

Vemos que no setor secundário, se em 98 a experiência exigida era distribuída pelos diferentes níveis, em 99 passou ficar mais concentrada nas linhas relativas a **um ano** e **indiferente**, enquanto que no setor terciário, embora os focos para **um ano** e **indiferente** tenham sido mantidos, pode-se perceber, em 99, a elevação na última opção. Uma tentativa de justificativa para essas evidências talvez seja a mentalidade vigente, segundo a qual é preferível, muitas vezes, um funcionário sem experiência e "sem vícios", já que o treinamento necessário pode ser oferecido pela própria empresa.

# À GUISA DE CONCLUSÃO

Ao termo de tantas reflexões, embora algumas dúvidas tenham permanecido, explicações foram certamente encontradas, e só poderão ser comprovadas pelo devenir, no processo dialético e ininterrupto de tantas sínteses, resultantes das sucessivas transformações que atingem tudo e todos.

Propusemo-nos a avaliar em que medida as práticas adotadas pelos órgãos governamentais, relativas à qualificação do trabalhador, reduziram o desemprego registrado em Campo Grande/MS, no período compreendido entre 1996 e 1998.

Aqui já detectamos a primeira falha do sistema: um único órgão, como a Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda/MS, desenvolvendo, através de diferentes superintendências, atividades que, embora distintas, são complementares - captação de vagas no mercado de trabalho, emissão de Carteiras de Trabalho e Previdência Social, cadastramento, seleção e encaminhamento de mão-de-obra, seguro

desemprego e oferecimento de cursos de qualificação e/ou requalificação profissional -, durante o período considerado não se preocupou em valer-se da própria estrutura para acompanhar, controlar e avaliar os programas em desenvolvimento. Desta forma, as atividades de uma Superintendência foram desconsideradas pela outra, já que na Intermediação de Emprego não foram efetuados registros de participação de trabalhadores em cursos de formação, assim como nos Programas de Qualificação não foi mencionado o número de trabalhadores reinseridos no mercado. Nenhum dado foi registrado no sentido de recomendar ou não as atividades que desenvolviam, o que impossibilitou, segundo nos parece, pela falta absoluta de controle, as correções sempre necessárias na execução de qualquer plano, programa ou projeto.

Apesar de termos procurado reconstruir a trajetória do termo **qualificação,** com todas as conotações que lhe foram conferidas nas últimas décadas de nossa história, não encontramos, em nenhum momento, embasamento teórico que nos autorize a afirmar que um processo de treinamento pode preencher as lacunas deixadas pelo ensino básico, ao passo que muitas foram as alusões procurando demonstrar o contrário.

Com o intuito de avaliar a consistência e a dimensão dos resultados obtidos, procuramos conhecer de perto o processo em toda a sua extensão. Neste sentido, se por um lado procuramos visitar órgãos federais, estaduais e municipais - real e virtualmente -, coletando dados,

estabelecendo nexos num trabalho, também ininterrupto, de análise e síntese, por outro, participamos de trabalhos, como o Programa Municipal de Qualificação Profissional de Campo Grande/MS, em dois dos seus momentos: a) quando as prioridades relativas aos cursos a serem oferecidos foram estabelecidas e b) durante a elaboração do próprio programa.

No primeiro momento, a Prefeitura Municipal de Campo Grande realizou Audiência Pública, da qual participaram os membros da Comissão Municipal de Emprego, representantes do governo de Estado e de entidades locais, dentre as quais as universidades. Nesta oportunidade, com base em resultados de pesquisa desenvolvida pela Coordenadoria Geral do Trabalho/SAST[80], foram discutidas as novas exigências do mercado de trabalho, questões pertinentes à formação profissional, as necessidades apresentadas pelos trabalhadores, assim como as consideradas prioritárias.

No momento seguinte, do qual também participamos, tendo em mãos propostas dos segmentos organizados da sociedade, a equipe da Coordenadoria Geral do Trabalho e a Comissão Municipal de Emprego, puderam elaborar o Programa Municipal de Qualificação Profissional/2000, que subsidiou o Plano Estadual de Qualificação Profissional/MS/2000 naquilo que concerne ao município de Campo Grande.

[80] O material mencionado é “Oferta de Empregos e o Perfil das Vagas no Município de Campo Grande: Relatório Final”

A participação neste trabalho foi, para nós, gratificante, uma vez que, tendo já concluído a avaliação dos cursos oferecidos no período por nós pesquisado, pudemos contribuir para que alguns aspectos fossem revistos, dentre os quais podem ser mencionados: número de matrículas de servidores públicos, definição dos cursos oferecidos à comunidade indígena e percentual de vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais.

As atividades por nós desenvolvidas ou acompanhadas, que foram adquirindo sentido com as observações e a pesquisa bibliográfica - parte de nossa vida nos últimos anos – permitem-nos concluir, ao término de nosso estudo, que não há como dissociar educação e trabalho. Entendemos ter reunido informações que comprovam que a educação, sempre a serviço do capitalismo, cresce hoje em importância por constituir-se, para o capital, num poderoso instrumento para a superação da crise que o ameaça, e, para o trabalho, numa das poucas garantias de permanência no sistema produtivo.

A intensificação da globalização, em sua dimensão econômica, pode ser entendida como alternativa encontrada na busca pela expansão do mercado, o mesmo ocorrendo em relação à qualidade que os produtos devem apresentar, assim como aos preços praticados, o que nos remete à adoção da tecnologia, que a cada dia torna-se mais sofisticada, visando, simultaneamente, à elevação da produtividade, à redução do custo

de produção, favorecendo a participação num mercado, também a cada dia mais competitivo.

Aí começam, principalmente nos países em desenvolvimento, a emergir dificuldades pertinentes à inserção e permanência no mercado de trabalho, pelo nível de escolarização que, face à nova organização produtiva, é insuficiente.

As políticas sociais públicas voltadas para a formação do trabalhador, não resta dúvida, são importantes. Neste momento da história - não nossa, mas da humanidade, pois não podemos nos esquecer que estamos na era global – com tantas e constantes transformações, as políticas de qualificação ou requalificação profissional não podem ser olvidadas. Devem ser vistas, porém, como forma de aperfeiçoar um conhecimento já construído pelo trabalhador durante uma trajetória que se inicia na escola, num processo permanente de educação, não podendo ser consideradas, de maneira isolada, como mecanismos de redução do desemprego.

Fazemos tal afirmação entendendo que se o aprimoramento da formação profissional for desenvolvido com base nas exigências apresentadas pelo mercado, isto é, se são estabelecidos liames entre a educação e o trabalho, este mercado deve apresentar condições para a absorção da mão-de-obra que, como vimos, se encontra em elevação, o que exige a implementação de outras políticas, objetivando o fortalecimento do sistema econômico.

A questão merece especial atenção, pois envolve forças distintas, em esferas diferentes, atuando no mesmo processo. Vemos que, se por um lado, planos, como o PLANFOR, são lançados pelo governo federal, por outro, constitui-se atribuição dos governos estaduais, subsidiados pela esfera municipal, sua execução.

O PLANFOR deve ser entendido como parte de um conjunto de medidas setoriais. Assim, se não forem desenvolvidas as políticas que lhe são complementares, não podemos esperar resultados animadores que, como observamos, não foram constatados em Campo Grande, o que significa afirmar que parcela populacional vem sendo prejudicada pelas ações governamentais, quando estas carecem da complementação necessária.

Os prejuízos atingem, entretanto, parte de um segmento que é incapaz de perceber tal fato por não ter consciência de si, de mundo e de classe, o que impede a existência da consciência política, mecanismo responsável pela reação ante uma farsa que a tantos envolve.

Acompanhamos o desgaste de integrantes do povo e de governos estaduais e municipais, que enfrentam diretamente o problema do desemprego, sendo impotentes para solucioná-lo.

Hoje, mais do que nunca, temos consciência de que a educação é fator primordial para que qualquer indivíduo possa exercer sua cidadania, como aqui também discutimos. Sabemos, também, que não é por

acaso que a escola é considerada, por tantos, um dos aparelhos ideológicos do estado, conforme reflexão inserida no capítulo dois. Ao estabelecer os nexos existentes entre a educação e o trabalho, pudemos constatar que os próprios governantes sabem perfeitamente disso, pois, ao longo de nossa história sempre se valeram da educação, como instrumento, não do desenvolvimento por todos almejado, mas do crescimento econômico, canalizando, para as mesmas mãos – as da classe dominante – os lucros e méritos alcançados.

Hoje, mais do que nunca, temos consciência de que uma economia em recessão é incapaz de absorver - como também observarmos em nosso estudo -, a mão-de-obra dos que ingressam anualmente no mercado de trabalho, dos que se encontram em exercício profissional e dos que não podem deixar de trabalhar, mesmo após a aposentadoria, por não conseguirem sobreviver com os recursos que lhes são devolvidos pela mesma previdência que recebeu mensalmente suas contribuições durante trinta e cinco anos.

Vemos, também, que em todas as áreas mencionadas, dentre outras, as decisões maiores são de competência da União e, embora não raras vezes determinações constitucionais sejam olvidadas, quando há interesse, no que concerne ao poder decisório a esfera federal não abre mão das prerrogativas legais, que resguardam o poder soberano que detém.

Os dados coletados nos permitem inferir que, ao contrário do que gostaríamos, as medidas governamentais adotadas entre 1996 e 1998 e voltadas para o desemprego não obtiveram, em Campo Grande/MS, os resultados esperados, não tendo reduzido, portanto, o índice de desemprego registrado.

Por apresentar tantas interfaces, o tema de nosso estudo tem sido e continuará a ser o centro da preocupação de muitos pesquisadores que, como nós, desejam contribuir para que a realidade em nosso país seja transformada; para que o povo brasileiro - qualquer que seja sua origem ou seu domicílio - não só aprenda a sonhar, mas e, principalmente, possa concretizar seus sonhos.

Podemos, pelo interesse de tantos, que buscam fazer novas leituras, confrontando discursos, legislações e ações, procurando conferir novas formas aos aspectos conservadores de uma sociedade, constatar muitos focos de resistência.

A esperança não está fenecendo. Pelo contrário: somos um povo em construção e, em Campo Grande, como em todo o país, alguns elementos novos surgem, indicando que muitas sementes estão germinando.

Mesmo que não o seja para muitos governantes, a educação está sendo vista de outra maneira pela sociedade. Nossas universidades têm milhares de trabalhadores-estudantes, que, multiplicando jornadas, buscam aprender. São manifestações de um tempo novo.

Temos, portanto, que ter mais do que esperança. A luta de tantos não pode parar, mas é preciso, com paciência, aguardar o desabrochar das flores que darão um novo colorido à nossa gente sofrida.

A luta não pode parar, mas é tempo de aguardar, com paciência, que, o calor de uma nação que demonstra, pela sua história, ser capaz de crescer, favoreça o amadurecimento dos frutos, que darão origem, queremos crer, a um novo momento histórico, no qual todos, e não apenas alguns, tenham acesso a uma vida plena, ponto final de uma linha que nasce na confluência resultante da associação entre a educação e o trabalho.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


ALMEIDA, R. S. A. de. *Sistema penitenciário*: um estudo sobre a contribuição do Serviço Social no processo de reinserção social do detento. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB. Campo Grande, MS: 1993. Texto digitado.

_____.A escola que tivemos e a escola que queremos. IN: *Série-Estudos: periódico do Mestrado em Educação da UCDB.* Campo Grande, MS: UCDB, 1996. N.4 (nov. 1996) p.139–173.

_____. *Consciência e escolarização:* um estudo sobre a construção da identidade do jovem trabalhador e suas relações com a escolaridade. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB. Campo Grande, MS: 1998. Texto digitado.

_____. Consciência e Escolarização (Confidence and Schooling). IN: *Revista Serviço Social & Realidade*. Franca, SP: UNESP, 1998. 7 (2) p.123-152.

ALMEIDA, R. S. A de et alii. As minorias e a globalização. IN: *Multitemas: periódico das comunidades departamentais da UCDB.* Campo Grande, MS: UCDB, 1999. n.14 (ago/99) p.90-109.

ALMEIDA, R. S. A. de e TAVEIRA, J. C. *O Morador de Rua de Campo Grande/Ms* - condições de vida: prováveis causas e expectativas. Campo Grande, 2001. Texto digitado.

AUED, B. W. (org.) *Educação para o (des)emprego (ou quando estar liberto da necessidade de emprego é um tormento).* Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BARROS, A. J. da S. e LEHFELD, N. A. de S. *Fundamentos de metodologia científica*: um guia para a iniciação científica. 2. ed. ampliada. São Paulo: Makron Books, 2000.

BATISTA, N. P. *O consenso de Washington:* a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 3. ed. São Paulo: Programa Educativo Dívida Externa, 1995.

BERGER, P. e LUCKMANN, T. *A construção social da realidade.* 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BOBBIO, N., MATEUCCI, N. e PASQUINO, G. *Dicionário de Política.* 11. ed. Brasília, DF: UnB, 1998.

BONETI, L. W. Estado e exclusão social hoje IN: ZARTH, Paulo Afonso et alii. *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 1998.

BRASIL. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 que dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências.

_____. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 que dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - Dados estatísticos relativos aos censos de 1940 a 2000.

_____. Lei nº. 7.210. Lei de Execução Penal, de 11 de julho de 1984, publicada no D. O. U., de 13 de julho de 1984.

_____. - Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985, que dispõe sobre o I Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA.

_____. Lei.nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. 2. ed. Campo Grande: Conselho Tutelar, s.d.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. *Plano decenal de educação para todos*. MEC/UNESCO. Brasília,DF: MEC, 1994.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. *Diretrizes para uma política nacional de jovens e adultos*. Brasília, DF: MEC/FNUAP, 1994.

_____. Ministério do Trabalho, Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional – SEFOR. *Educação Profissional:* um projeto para o desenvolvimento sustentado. Brasília, DF: SEFOR, 1995.

_____. *Plano Nacional de Educação Profissional:* termos de referência dos programas de educação profissional. Brasília, DF: SEFOR, 1996.

_____. *Plano Nacional de Educação Profissional:* trabalho e empregabilidade. Brasília, DF: SEFOR, 1996.

_____. *Habilidades, uma questão de competências?* Brasília, DF: SEFOR, 1996.

_____. Lei nº. 9.394/96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Senado Federal Centro Gráfico, 1997.

_____. Leis. *Constituição: 1988.* Texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas emendas Constitucionais nº. 1/92 a 16/97 e emendas Constitucionais de Revisão nº. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições técnicas, 1997.

BRUM, A. J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes/Ijuí, RS: UNIJUÍ, 1998.

CARVALHO, M. C. M. de (org.) *Construindo o saber - metodologia científica:* fundamentos e técnicas. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

CATTANI, A. D. *Trabalho & autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CHIZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais.* São Paulo: Cortez, 1991.

CODO, W. *O que é alienação*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. Relações de trabalho e transformação social. IN CODO, W e LANE, S. T. M. (orgs). *Psicologia social:* o homem em movimento. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

COSTA, J. F. A ética e seus inimigos. IN: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (org.). *Ética.* Rio de Janeiro: Garamond, 1997.

COVRE, M. de L. M. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social.* Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DELORS, J. Os quatro pilares da educação IN: _____. *Educação: um tesouro a descobrir*. 3.ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: MEC/UNESCO, 1999.

DEMO, P. *Cidadania menor*: algumas indicações quantitativas de nossa pobreza política. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

_____. *Política Social, educação e cidadania*. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1996.

DIMENSTEIN, G. *O cidadão de papel:* a infância, a adolescência e os direitos humanos. 7.ed. São Paulo: Ática, 1994.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, Secretaria Especial para Assuntos Fundiários, Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso do Sul – TERRASUL. *Atividades – 88/89.* Campo Grande, MS: Gráfica Brasília, 1990.

_____. Secretaria de Estado de Cidadania, Justiça e Trabalho. *Diagnóstico Sócio-Econômico de Mato Grosso do Sul.* Campo Grande, MS: SEFOP, 1997.

_____. Secretaria de Estado de Cidadania, Justiça e Trabalho. *Relatório Conclusivo/1996:* situação do plano desde o início até 26/01/97. Campo Grande, MS: SCJT, 1997.

_____. Secretaria de Estado de Finanças, Orçamento e Planejamento. *Dados socioeconômicos municipais de Mato Grosso do Sul: 1990/96. Campo Grande, MS: SEFOP, 1997.*

_____. *Plano Estadual de Qualificação Profissional/MS – 1997*. Campo Grande, MS: SCJT, 1998.

_____. *Plano Estadual de Qualificação Profissional/MS – 1998*. Campo Grande, MS: SCJT, 1999.

_____. Departamento do Sistema Penitenciário. *Padrinhos de Cela.* Campo Grande, MS: DSP, 2000. Texto digitado.

_____. Fundação de Promoção Social de Mato Grosso do Sul. *Plano Plurianual da Assistência Social de Mato Grosso do Sul* – 2000 a 2003. Campo Grande, MS: Diosul, 2000.

FALEIROS, V. de P. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil IN: *Capacitação em Serviço Social e Política Social:* Política social. Brasília, DF: CFESS, UnB, ABEPSS, CEAD/NED, 2000 (módulo 3).

FERREIRA, N. *Cidadania:* uma questão para a educação. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FORRESTER, V. *O horror econômico.* São Paulo: UNESP, 1997.

FRANCO, M. C. Formação profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo Brasil, México e Itália. IN: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FREITAG. B. *Estado, Estado e sociedade*. 6. ed. Ver. São Paulo: Moraes, 1986.

FRIGOTTO, G. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador. IN: GOMEZ, C. M. (org.) *Trabalho e conhecimento:* dilemas na educação do *trabalhador*. 3.ed.. São Paulo: Cortez, 1995.

_____ .*Educação e a crise do capitalismo real*. 2. ed. Sapo Paulo: Cortez, 1996.

GÉNÉREUX, J. *O horror político*: o horror não é econômico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GNACCARINI, J. C. *Latifúndio e Proletariado:* a formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural. São Paulo: Polis, 1980. (Coleção Teoria e História, v.7).

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. IN: MINAYO, M. C. (org.) *Pesquisa social*: teoria, método e criatividade. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GORENDER, J. *"Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro"*. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1987.

GUIMARÃES, A. P. As classes perigosas. IN: MENDONÇA, S. R. e FONTES, V. M. *História do Brasil recente:* 1964: 1992. 4. ed. São Paulo: Ática, 1996.

HABERMAS, J. O Estado-Nação europeu frente aos desafios da globalização: o passado e o futuro da soberania e da cidadania. IN: *Novos Estudos CEBRAP*. N. 43. nov. 95. São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências Ltda.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

HOFFMANN, H. *Desemprego e subemprego no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1980. (Ensaios; 24).

KUENZER, A. Z. *Pedagogia da fábrica:* as relações de produção e a educação do trabalhador. 4.ed. São Paulo: Cortez,1995.

LEÃO, I. B. Contra o desemprego, educa-se ou qualifica-se? IN: Estado de Mato Grosso do Sul, Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda. *O trabalho em Mato Grosso do Sul:* dados estatísticos. Campo Grande, MS: SETER, 1999.

LUCKESI, C. C. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Cortez, 1990.

LÜDCKE, M. e ANDRÉ, M. *Pesquisa em educação:* abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MANFREDI, S. M. e BASTOS, S. Experiências e projetos de formação profissional entre trabalhadores brasileiros. IN: Revista *Educação & Sociedade*. Campinas, SP: Cedes, 1997. n.60. p.117-141

MANFREDI, S. *Trabalho, qualificação e educação:* das imagens conceituais e políticas. Texto apresentado no VIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA. Brasília, DF: de 07 a 09 de agosto de 1997.

MARX, K. *O capital*: crítica da economia política: livros I e II. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MARTINS, G. I. V. *Indicadores demográficos do desenvolvimento econômico no Mato Grosso do Sul (1970-1996).* Campo Grande, MS: UCDB, 2000.

MARTINS, J. de S. *Exclusão social e a nova desigualdade.* .São Paulo: Paulus, 1997.

MATTOS, I. R. *O tempo saquarema.* São Paulo: HUCITEC; Brasília, DF: INL, 1987. (Estudos históricos)

MENDONÇA, S. R. e FONTES, V. M. *História do Brasil recente:* 1964: 1992. 4. ed. São Paulo: Ática, 1996.

NEUMANN, L. e DALPIAZ, O. *Realidade brasileira:* visão humanizadora. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

OFFE, C. *Capitalismo desorganizado*: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1995.

OFICINA DE IDÉIAS. *10 medidas para a infância brasileira*. Iniciativa da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração e Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança. Apoio UNICEF. São Paulo: BANGRAF, 1994.

PAULIANE, L. M. e BRAGA, M. B. *A nova contabilidade social*. São Paulo: Saraiva, 2000.

PEREIRA, P. A. *Concepções e propostas das políticas sociais em curso:* tendências, perspectivas e conseqüências. Brasília, DF: NEPPOS/CEAM/UnB, 1994.

POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho, Coordenadoria Geral de trabalho. *Oferta de empregos e o perfil das vagas no município de Campo Grande/MS:* Relatório Final. Campo Grande, MS, 1999. Texto digitado.

RIBEIRO, J. U. *Política*: quem manda, por que manda, como manda. 2. ed. rev. pelo autor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron, 1995

ROCHA, S. Governabilidade e pobreza: o desafio dos números. IN VALLADARES, L. e COELHO, M. P. *Governabilidade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SANCHIS, E. *Da escola ao desemprego*. Rio de Janeiro: AGIR, 1997.

SANTOS, B. de S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

SEMERARO, G. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SEVERINO, A. J. *Filosofia*. São Paulo: Cortez, 1994.

SILVEIRA, U. *Igreja e conflito agrário:* a Comissão pastoral da Terra na região de Ribeirão Preto. Franca, SP: 1998.

_____. Aula da disciplina "O Mundo rural", ministrada no Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado – em Serviço Social, convênio UNESP/UCDB, em 07/05/1999, no campus da Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS.

SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas*. 4. ed.São Paulo: Contexto, 2000.

SOLA, J. A. *Canudos:* uma utopia no sertão. São Paulo: Contexto, 1989 (Coleção Repensando a História).

SOUZA, H. J. de. *Como se faz análise de conjuntura*. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.* São Paulo: Atlas, 1995.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO. Centro de Pesquisas, Assessoria e Consultoria Econômicas – CEPACE, Arquidiocese de Campo Grande, Prefeitura Municipal de Campo Grande e Conselho Indigenista Missionário. *Censo dos Índios desaldeados de Campo Grande, MS*. Campo Grande, MS: 1999. Texto digitado.

VAZQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VIEIRA, L. *Cidadania e globalização.*Rio de Janeiro: Record, 1997.

VILLAVICENCIO, D. *Por una definición de la calificación de los trabajadores*. Trabalho apresentado no IV Congreso Español de Sociologia. Madri: 24-26 septiembre, 1992.

WANDERLEY, L. E. Comentário. IN: ROSA, Cleisa M Maffei (org). *População de Rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: HUCITEC, 1995.

WEREBE, M. J. G. *30 anos depois:* grandezas e misérias do ensino no Brasil. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

Jornais:

“FOLHA DE S.PAULO”. São Paulo: 01/05/1998, Caderno Especial, p.1.

“FOLHA DE S. PAULO”. São Paulo: 03/12/1996. Caderno 3. p. 6.

“CORREIO DO ESTADO”. Campo Grande, MS:27/01/1998. Cad. A. p. 5.

Home pages:

http://www.mec.gov.br

http://www.dieese.org.br

http://www.pmcg.ms.gov.br

http://www.seplanct.ms.gov.br/

http://www.seter.ms.gov.br/

# ANEXOS

# ANEXO A

## MATO GROSSO DO SUL
## RANKING DA POPULAÇÃO ACIMA DE 15 ANOS SEM INSTRUÇÃO OU COM MENOS DE UM ANO DE ESTUDO

| MUNICÍPIO | RANKING | MUNICÍPIO | RANKING |
|---|---|---|---|
| 1. Japorã | 41,14 | 40. Eldorado | 18,77 |
| 2. Juti | 30,85 | 41. Paranaíba | 18,75 |
| 3. Tacuru | 30,20 | 42. Bonito | 18,68 |
| 4. Paranhos | 29,95 | 43. Bataguassu | 18,12 |
| 5. Santa Rita do Pardo | 25,14 | 44. Itaporã | 17,78 |
| 6. Caracol | 24,33 | 45. Ribas do Rio Pardo | 17,75 |
| 7. Coronel Sapucaia | 24,21 | 46. Fátima do Sul | 17,74 |
| 8. Vicentina | 23,85 | 47. Naviraí | 17,72 |
| 9. Pedro Gomes | 23,85 | 48. Coxim | 17,67 |
| 10. Alcinópolis | 23,79 | 49. Miranda | 17,49 |
| 11. Itaquiraí | 23,75 | 50. Selvíria | 17,35 |
| 12. Taquarussu | 23,37 | 51. Terenos | 16,95 |
| 13. Iguatemi | 22,45 | 52. Laguna Carapã | 16,93 |
| 14. Novo Horizonte do Sul | 22,34 | 53. Sete Quedas | 16,80 |
| 15. Caarapó | 22,19 | 54. Jaraguari | 16,75 |
| 16. Douradina | 22,06 | 55. Camapuã | 16,44 |
| 17. Jatei | 21,86 | 56. Costa Rica | 16,35 |
| 18. Deodápolis | 21,53 | 57. Aparecida do Taboado | 16,33 |
| 19. Dois Irmãos do Buriti | 21,49 | 58. Mundo Novo | 16,32 |
| 20. Rio Negro | 21,20 | 59. Rio Verde de Mato Grosso | 16,24 |
| 21. Inocência | 21,17 | 60. Água Clara | 15,44 |
| 22. Antônio João | 21,16 | 61. Nova Alvorada do Sul | 15,10 |
| 23. Amambai | 21,13 | 62. Nova Andradina | 14,94 |
| 24. Rochedo | 20,67 | 63. Sidrolândia | 14,86 |
| 25. Bataiporã | 20,43 | 64. Aquidauana | 14,70 |
| 26. Bodoquena | 20,42 | 65. Rio Brilhante | 14,10 |
| 27. Aral Moreira | 20,39 | 66. Jardim | 13,80 |
| 28. Nioaque | 20,24 | 67. Três Lagoas | 13,12 |
| 29. Glória de Dourados | 20,01 | 68. Bela Vista | 12,85 |
| 30. Angélica | 19,86 | 69. Ladário | 12,28 |
| 31. Cassilândia | 19,65 | 70. Sonora | 11,94 |
| 32. Guia Lopes da Laguna | 19,47 | 71. Maracaju | 11,67 |
| 33. Brasilândia | 19,39 | 72. Ponta Porã | 10,86 |
| 34. Anaurilândia | 19,29 | 73. Dourados | 13,84 |
| 35. Ivinhema | 19,27 | 74. Corumbá | 10,49 |
| 36. Porto Murtinho | 19,03 | 75. São Gabriel do Oeste | 9,39 |
| 37. Bandeirantes | 18,95 | 76. Chapadão do Sul | 8,21 |
| 38. Anastácio | 18,94 | 77. Campo Grande | 7,67 |
| 39. Corguinho | 18,79 | | |

Fonte IBGE – 1996 apud SEFOP/MS

# ANEXO B

## Classificação dos estados brasileiros segundo o IDH – 1996*

| ESTADO | **Valor do IDH** | **Classificação** | **Classificação PIB per capita** | **Classificação IDH Longevidade** | **Classificação IDH Educação** |
|---|---|---|---|---|---|
| Rio Grande do Sul | 0,871 | 1 | 4 | 2 | 3 |
| Distrito Federal | 0,858 | 2 | 1 | 6 | 1 |
| São Paulo | 0,850 | 3 | 2 | 11 | 2 |
| Santa Catarina | 0,842 | 4 | 6 | 5 | 5 |
| Rio de Janeiro | 0,838 | 5 | 3 | 12 | 4 |
| Paraná | 0,827 | 6 | 5 | 10 | 6 |
| Mato Grosso do Sul | 0,826 | 7 | 8 | 7 | 7 |
| Espírito Santo | 0,816 | 8 | 9 | 4 | 8 |
| Amazonas | 0,797 | 9 | 7 | 9 | 15 |
| Amapá | 0,781 | 10 | 13 | 3 | 10 |
| Minas Gerais | 0,779 | 11 | 10 | 13 | 11 |
| Mato Grosso | 0,769 | 12 | 11 | 8 | 12 |
| Goiás | 0,760 | 13 | 12 | 15 | 9 |
| Roraima | 0,749 | 14 | 16 | 1 | 14 |
| Rondônia | 0,715 | 15 | 14 | 17 | 13 |
| Pará | 0,688 | 16 | 18 | 14 | 16 |
| Acre | 0,665 | 17 | 17 | 16 | 20 |
| Sergipe | 0,663 | 18 | 15 | 20 | 19 |
| Bahia | 0,609 | 19 | 20 | 19 | 21 |
| Pernambuco | 0,577 | 20 | 21 | 23 | 17 |
| Rio Grande do Norte | 0,574 | 21 | 19 | 25 | 18 |
| Maranhão | 0,512 | 22 | 25 | 21 | 22 |
| Ceará | 0,506 | 23 | 23 | 22 | 24 |
| Piauí | 0,502 | 24 | 26 | 18 | 23 |
| Alagoas | 0,500 | 25 | 22 | 24 | 26 |
| Paraíba | 0,466 | 26 | 24 | 26 | 25 |

Fonte: IPEA/IBGE apud PAULIANE e BRAGA (2000, 245-246)

* Os autores observam que, *"por alguma razão desconhecida a tabela não traz os dados do estado de Tocantins"*.

ALMEIDA, R. S. A. de. *Educação e Trabalho:* as políticas sociais públicas e o desemprego em Campo Grande/MS. Campo Grande, 2001. 229 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Campus de Franca. 2001. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

## RESUMO

A presente tese é resultado de estudos desenvolvidos com o objetivo de investigar as causas do desemprego e os efeitos das políticas sociais públicas voltadas para sua redução. O sujeito da pesquisa foi o trabalhador urbano de Campo Grande (MS), que se constituiu no universo pesquisado, e o período considerado foi o compreendido entre 1996 e 1998, correspondente à primeira fase do Plano Nacional de Educação Profissional - PLANFOR. Por tratar-se de uma situação particular de uma comunidade, optou-se pelo estudo de caso, procurando-se desenvolver análises enfocando o PLANFOR, da concepção (no âmbito federal) à execução, - de responsabilidade da esfera estadual, subsidiada pela administração pública municipal, - até os resultados obtidos. Para tanto foi realizada pesquisa de campo, através da qual foram coletados dados que possibilitassem a identificação: 1) do índice de desemprego registrado antes e depois do desenvolvimento dos Planos Estaduais de Qualificação Profissional/MS, no período considerado; 2) dos cursos de qualificação oferecidos e das categorias profissionais beneficiadas; 3) dos resultados obtidos. A abordagem foi qualitativa, embasada na vertente dialética, podendo, quanto à finalidade, ser classificada como pesquisa descritiva e explicativa. A pesquisa de campo envolveu a análise documental e observação direta ou participante e foi complementada pela pesquisa bibliográfica, que perpassou todo o processo. Concluiu-se que as medidas governamentais voltadas para o desemprego não obtiveram, em Campo Grande (MS), os resultados esperados.

Palavras-chave: educação, trabalho; desemprego; políticas sociais públicas.

ALMEIDA, R. S. A. de. *Education and Work:* the government social politics and the unemployment in Campo Grande/MS. Campo Grande, 2001. 229 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Campus de Franca. 2001. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

**ABSTRACT**

The thesis in hand is the result of studies developed with the objective of investigating the causes of unemployment and the effects of government social politics directed towards reducing it. The subject of the research was the urban worker in Campo Grande (MS), who builds his life in the universe researched and the period under consideration was between 1996 and 1998, corresponding to the first phase of the National Professional Education Plan – PLANFOR. As a specific community situation was being handled, the case study was chosen, endeavouring to develop analyses focusing on the PLANFOR, from its beginning (on a federal level) to its carrying out, - of responsibility in the state sphere, subsidized by municipal public administration, - up to the results obtained. For this, field research was carried out, from which data were collected which made possible the identification: 1) of the index of registered unemployment before and after the development of the State Plans for Professional Qualification /MS, within the considered period; 2) of the qualification courses offered and of the professional categories that benefitted; 3) of the results obtained. The approach was qualitative, based on a dialectic thrust, making possible, according to the intention, the classification of descriptive and explanatory research. The field research involved documental analysis and direct or participating observation and was complemented by bibliographical research, which permeated the whole process. It was concluded that government measures directed towards unemployment did not obtain, in Campo Grande (MS), the results expected.

Key Words: education, work; unemployment; government social politics.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Franca, 26 de junho de 2001

REGINA STELA ANDREOLI DE ALMEIDA